

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**KELVIN YUQUIMITSU YAMAGUTI**

**DIREITO, FEMINISMO(S) E LITERATURA:  
convergências a partir da obra “Perto do Coração Selvagem” de Clarice  
Lispector**

**CURITIBA**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**KELVIN YUQUIMITSU YAMAGUTI**

**DIREITO, FEMINISMO(S) E LITERATURA:  
convergências a partir da obra “Perto do Coração Selvagem” de Clarice  
Lispector.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação da  
Faculdade de Direito do Setor de Ciências Jurídicas  
da Universidade Federal do Paraná, como requisito  
parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Carla Harmatiuk Matos  
Co- orientadora: Prof<sup>a</sup> Msc. Lígia Ziggiotti de Oliveira.

**CURITIBA**

**2015**

## TERMO DE APROVAÇÃO

KELVIN YUQUIMITSU YAMAGUTI

**Direito, Feminismo(s) e Literatura: convergências a partir da obra  
Perto do Coração Selvagem de Clarice Lispector**

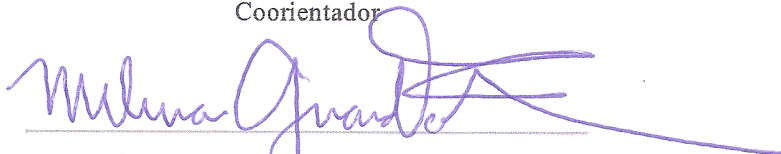
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de  
Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de  
Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte  
banca examinadora:



ANA CARLA HARMATIUK MATOS  
Orientador



LÍGIA ZIGGIOTTI DE OLIVEIRA  
Coorientador



MELINA GIRARDI FACHIN - *Direito Público*  
Primeiro Membro



CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK  
Segundo Membro

À Sueli e Thaís,  
que fazem da prosa da minha vida, poesia.

## AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica é estrada longa, de trajetos múltiplos e veredas intrincadas. Aventurar-se nela não é tarefa fácil, mas vez ou outra somos surpreendidos por caminhantes que entrecortam nossos destinos para atribuir alguma leveza às dificuldades da caminhada. Alguns deles, por sua experiência, brilhantismo e generosidade, tratam de nos guiar—viajantes novatos que somos — pela segurança de seus passos, sem jamais olvidar, no entanto, de nos instigar a descobrir novos caminhos ao longo da jornada. Aos professores Aldacy Rachid Coutinho, Ana Carla Harmatiuk Matos, Celso Luiz Ludwig, Clémerson Merlin Clève, Danielle Annoni, Kátya Regina Isaguirre Torres, Lígia Ziggotti de Oliveira, Luiz Edson Fachin, Manoel Caetano Ferreira Filho, Melina Giradi Fachin e tantos outros que iluminaram os percursos do meu aprendizado (seja na graduação, seja durante a pesquisa para este trabalho monográfico), resta o sentimento de eterna gratidão por suas valorosas lições.

Alguns outros, por sua vez, parecem dotados de uma capacidade única de enxergar o encanto e a beleza dos cenários percorridos, por mais áridos e espinhosos que eles possam parecer. Assim, não fosse à poesia dos olhos da minha mãe Sueli e da minha irmã Thaís, nenhum passo dessa jornada teria realmente valido a pena.

Às companheiras de caminhada —Juliana, Jéssica, Paula e Stephanie — que comigo compartilharam não apenas os momentos de vívida alegria na faculdade, mas também a dura rotina por ela imposta, a exaustão das noites insones que antecederiam as avaliações e todo o horror causado pelo fantasma da procrastinação, devo grande parte de todos os bons momentos que pude viver na Santos Andrade.

Aos amigos de mais de uma década (ou quase isso)— Ana, Andrea, Brennda, Caroline, Dayane, Guilherme, Jefferson, Jéssica, Luíza, Renata e Thais — que mesmo tomando caminhos distintos na encruzilhada da escolha profissional permanecem dando significado ao significante “amizade”, devo muito mais do que posso retribuir em carinho e admiração.

Externo meus agradecimentos, por fim, àqueles que, mesmo sem perceber,

foram fundamentais para a construção desta visão poética do mundo jurídico, que ora levanto como bandeira. Fosse o mundo jurídico composto por mais pessoas como a Dr<sup>a</sup> Eloisa Helena Machado e os servidores Ana Cláudia, Douglas, Karla e Márcia, pouco precisaríamos falar da necessidade de (mais) poesia no Direito.

## RESUMO

A presente monografia parte da obra literária “Perto do Coração Selvagem”, de Clarice Lispector, para problematizar o papel de coadjuvação atribuído às mulheres por uma racionalidade social estruturada sobre bases patriarcais. Intenta-se, pela via da disciplina do “Direito e Literatura”, sensibilizar os operadores do Direito sobre as condições de opressão experimentadas pelas mulheres em sua cotidianidade e, por vias de consequência, promover uma abertura do discurso jurídico aos influxos das produções teóricas feministas. Justifica-se a proposição deste trabalho, pela persistência das condições de disparidade verificadas no cotejo entre vivências masculinas e femininas em sociedade, mesmo após a cristalização da igualdade entre gêneros pela Constituição Federal de 1988. O aporte da literatura feminista, especialmente quando inserida dentro de uma proposta pedagógica de ensino jurídico, surge como pedra angular de uma plataforma interdisciplinar de educação para o gênero, capaz de aproximar o discurso dos direitos humanos e fundamentais da realidade concreta dos indivíduos.

**PALAVRAS CHAVE:** Direito e Literatura; Feminismo; Literatura Feminista; Clarice Lispector; Ensino Jurídico.

## **ABSTRACT**

The follow study assumes the literary work "Near to the Wild Heart ", written by Clarice Lispector, in order to discuss the supporting role assigned to women at a social rationality structure based at a patriarchal foundations. It intends, through the program of "Law and Literature", to raise awareness among the legal professionals about the oppressive conditions experienced by women at their everyday lives and, by implications, promote an opening of the legal discourse to the feminist theories' inflows. The approach of this work is justified by the endurance of disparity conditions verified between male and female experiences at society, even after the crystallization of gender equality by the Federal Constitution of 1988. The contribution of feminist literature, especially when pedagogical proposal is inserted into a legal education, arise as a cornerstone of interdisciplinary program to gender, able to bring close the discussion of human and fundamental rights to tangible reality of people.

**KEYWORDS:** Law and Literature; Feminism; Feminist Literature; Clarice Lispector; Legal Education.



“There are two kinds of spiritual laws, two kinds of conscience, one in men and a quite different one in women. They do not understand each other; but the woman is judged in practical life according to the man's law, as if she were not a woman but a man. The wife in the play finds herself at last entirely at sea as what is right and what wrong; natural feeling on the one side, and belief in authority on the other, leave her in utter bewilderment. A woman cannot be herself in the society of today, which is exclusively a masculine society, with laws written by men, and with accusers and judges who judge feminine conduct from the masculine standpoint. She has committed forgery, and it is her pride; for she did it for love of her husband, and to save his life. But this husband, full of everyday rectitude, stands on the basis of the law and regards the matter with a masculine eye.

Soul-struggles. Oppressed and bewildered by belief in authority, she loses her faith in her own moral right and ability to bring up her children. Bitterness. A mother in the society of to-day, like certain insects, (ought to) go away and die when she has done her duty towards the continuance of the species. Love of life, of home, of husband and children and kin. Now and then a womanlike shaking off of cares. Then a sudden return of apprehension and dread. She must bear it all alone. The catastrophe approaches, inexorably, inevitably. Despair, struggle, and disaster”

- Henrik Ibsen

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. DIREITO, FEMINISMO(S) E LITERATURA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS.....</b>	<b>15</b>
2.1. AS INTERFACES ENTRE DIREITO E LITERATURA.....	15
2.2. AS ABORDAGENS FEMINISTAS AO FENÔMENO LEGAL.....	22
2.3. DIREITO E LITERATURA COMO TECNOLOGIAS DE GÊNERO.....	28
<b>3. AS SÍSTOLES E DIÁSTOLES DO CORAÇÃO SELVAGEM.....</b>	<b>32</b>
3.1. CLARICE LISPECTOR E A LITERATURA FEMINISTA.....	32
3.2. A NÁUSEA DE JOANA: REPULSA ÀS CONVENÇÕES.....	36
3.3. A VÍBORA: TENSÕES ENTRE O ESPÍRITO LIVRE DE JOANA E AS AMARRAS DO PATRIARCADO.....	45
3.4. A VIAGEM: RUMO A UMA VIVÊNCIA LIVRE.....	59
<b>4. HORIZONTES EMANCIPATÓRIOS DA LITERATURA NO DIREITO.....</b>	<b>63</b>
4.1. HOMENS A JULGAR MULHERES: POR UMA RACIONALIDADE EMPÁTICA.....	63
4.2. PRECISAMOS FALAR SOBRE GÊNERO: OS APORTES DA LITERATURA FEMINISTA NA EDUCAÇÃO (JURÍDICA).....	79
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Vinte e sete anos depois da promulgação da Constituição que assentou a igualdade entre gêneros como garantia fundamental da República<sup>1</sup>, as dissimetrias verificadas entre as vivências masculinas e femininas ainda marcam profundamente a realidade social brasileira. Se os homens nascem com o mundo inteiro como condição de possibilidade, as mulheres ainda devem derrubar as grossas paredes que as confinam na esfera privada para acessar uma parcela desse mesmo espaço.

Esse descompasso verificado entre as marchas do normatizado e do praticado desvela “a falência do modelo jurídico da modernidade”<sup>2</sup>. Incapaz de promover transformações substanciais num cenário social marcado pela violência — física e simbólica — contra as mulheres, o Direito se vê às voltas com um comando constitucional que não se permite cristalizar numa sociedade estruturada sobre bases patriarcais.

O próprio discurso jurídico, aliás, não parece ter nada de neutro no que se refere às suas percepções sobre o gênero. A corrente filosófica da *feminist legal theory* denuncia há tempos o modo como o processo de sexualização (*sexualization*) e hierarquização (*hierarchization*) dos distintos caracteres atribuídos a homens e mulheres repercute no domínio da conformação do Direito como uma estrutura essencialmente masculina (*Law as male*).

Nem é preciso ir muito longe para vislumbrar os motivos que dão sustentação a essa orientação masculina do discurso jurídico. A mera análise dos quadros de composição das instâncias de poder da sociedade (v.g. o Judiciário e Legislativo) é ilustrativa desse fenômeno. Verifique-se, a esse respeito, a composição majoritariamente masculina do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJ/PR,

---

1 Art. 5º, CF/88 - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;  
[...]

2 FACHIN, Melina Girardi. *Direitos Humanos e Fundamentais: do discurso teórico à prática efetiva. Um olhar por meio da literatura*. Porto Alegre: Nuria Fabris Editora, 2007, p. 16.

onde 63,5% dos magistrados são homens<sup>3</sup>, bem assim como do Parlamento brasileiro, onde os homens ocupam 81,9% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 84% das vagas do Senado Federal<sup>4</sup>. Desde o cenário apresentado, não se afigura incomum a turvação das pautas e *standpoints* femininos no processo de criação, interpretação e aplicação da Lei. Assim é que, já no Século XVII, François Poullain de La Barre sustentava que “os que fizeram e compilaram as Leis, por serem homens, favoreceram seu próprio sexo, e os jurisconsultos transformaram as Leis em princípios”<sup>5</sup>.

Diante dos inúmeros empecilhos erigidos em torno da concretização de uma real igualdade entre homens e mulheres na sociedade, faz-se mister investigar novas abordagens teóricas que aproximem o distante discurso dos direitos humanos e fundamentais da dura realidade de opressão e violência experimentada por milhares de mulheres no país<sup>6</sup>.

A Literatura feminista emerge, nesse contexto, como valioso instrumento de aproximação entre as distantes sendas do normatizado e do praticado. É que ao expor os leitores aos dramas e dores experimentados pelas personagens femininas, as narrativas abrem possibilidades de questionamento e transformação da realidade, muito mais amplas que as deferidas pelo discurso histórico<sup>7</sup>, por exemplo.

---

3 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Censo do Poder Judiciário 2013: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – Relatório Magistrado. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Censo/Relat%C3%B3rios\\_Magistrados/Tjs/Magistrados\\_-\\_TJ\\_Paran%C3%A1.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Censo/Relat%C3%B3rios_Magistrados/Tjs/Magistrados_-_TJ_Paran%C3%A1.pdf). Acesso em 22 de julho de 2015.

4 INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Women in National Parliaments. Situation as of 1<sup>st</sup> June 2015. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em 22 de julho de 2015.

5 LA BARRE, François Poullain de *apud* BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Trad.: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 16.

6 Em pesquisa realizada pelo Instituto Avon em conjunto com o Data Popular, constatou-se que 56% dos homens já cometeram algum destes atos de violência contra as suas companheiras ou ex-companheiras: xingou (53%), empurrou (19%), ameaçou com palavras (9%), deu um tapa (8%), deu um soco (4%), impediu de sair de casa (7%), arremessou algum objeto durante a briga (6%), humilhou em público (5%), obrigou a fazer sexo sem vontade (2%) e/ou ameaçou com alguma arma (1%). Isso tudo apenas no campo das violências admitidas pelos entrevistados. (INSTITUTO AVON, DATA FOLHA. *Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher*. Nov/2014. Disponível em: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa\\_instituto22x44\\_5.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf). Acesso em: 24 de julho de 2015.

7 A opção pela literatura como canal de transformação da realidade é explicada por Martha Nussbaum a partir de bases aristotélicas: “el arte literario, decía el [Aristóteles], es “más filosófico”

É na base da construção de uma subjetividade feminina capaz de romper com os condicionamentos impostos pelo domínio masculino e de atribuir às mulheres o poder de protagonizar os seus próprios destinos, que se justifica a escolha da obra “Perto do Coração Selvagem”, de Clarice Lispector, como supedâneo à articulação entre Direito, Feminismo(s) e Literatura.

O valor da obra eleita não decorre apenas da força de seu enredo – que tensiona a racionalidade masculina do mundo e os desejos de transgressão da personagem Joana com relação aos *standards* morais que lhes são impostos pelo patriarcado – mas também de seu próprio simbolismo para a crítica literária brasileira. “Perto do Coração Selvagem”, conforme registra Elódia Xavier, inaugura a chamada “*feminist phase*”<sup>8</sup> da literatura de autoria feminina no Brasil, cuja característica essencial repousa no enfoque atribuído às mulheres e aos seus discursos.

Os potenciais emancipatórios femininos presentes nesses discursos literários assentam-se, como se verá mais adiante, em sua capacidade de lançar luz sobre os espaços de opressão de gênero, que, por não raras vezes, acabam sendo naturalizados pelo atropelo da habitualidade.

O viés interdisciplinar conferido ao Direito a partir de uma leitura conjunta com os aportes da Literatura e das produções teóricas feministas oportuniza uma investigação muito mais ampla sobre a condição da mulher no âmbito familiar, na medida em que aporta novos matizes para a compreensão de suas reais demandas, bem como para o desvelamento das estruturas de poder que sustentam os discursos masculinistas hegemônicos. Trata-se, nestes termos, de fazer ecoar a voz feminina dentro de um espaço essencialmente dominado por homens.

Para os fins que orientam o presente estudo, afasta-se das premissas

---

que la historia, porque la historia se limita a mostrar “qué sucedió”, mientras que las obras literarias nos muestran “las cosas como podrían suceder” em la vida humana” ( p. 29).

8 Categorização proposta originalmente por Elaine Showalter (SHOWALTER, Elaine. *A Literature of Their Own: British Women Novelists from Brontë to Lessing*. Revised and expanded edition. Londres: Virago Press, 2009) e replicada no contexto literário brasileiro por Elódia Xavier (XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória. In: *Revista Mulheres & Literatura*, Rio de Janeiro, vol. 3, p. 18, 1999). Melhor aprofundamento sobre as interseções entre a teoria feminista no campo dos Estudos Literários será realizado no Capítulo I.

metodológicas que embasam os clássicos trabalhos de Direito e Literatura produzidos nas vertentes do “*Law in Literature*” de Richard Posner<sup>9</sup>, em que o diálogo entre as disciplinas surge a partir da análise de obras que explicitam a relação entre os discursos jurídico e literário em seus textos; e do “*Law as Literature*” de Benjamin Nathan Cardozo<sup>10</sup>, em que se objetiva analisar o(s) estilo(s) literário(s) das *judicial opinions*.

O amparo da literatura para a compreensão da subjetividade feminina no contexto relacional das famílias milita, aqui, por métodos de abordagem mais alinhados à orientação defendida por Martha Nussbaum, para quem a confluência entre as arenas jurídica e literária perpassa um processo de sensibilização empática do leitor (espectador judicioso) com a posição desprivilegiada ocupada pelas minorias humanas<sup>11</sup>, categoria em que se incluem as mulheres.

As reflexões produzidas na arena do Direito a partir de sua abertura — especialmente pela via do ensino jurídico — aos discursos humanizantes da literatura e à potência crítico- transformadora das teorizações feministas, surgem como instrumentos valiosos para a concretização de um projeto de igualdade na arena jurídica, que o liberte de um solipsismo masculinista e que defira maior atenção às dificuldades e peculiaridades que se impõem nas vivências femininas.

---

9 POSNER, Richard. Law and Literature: A Relation Reargued. *Virginia Law Review*. v. 72, n. 8, p. 1351-1392, 1986.

10 CARDOZO, Benjamin Nathan. Law and Literature. *Selected Writings of Benjamin Nathan Cardozo by Margaret E. Hall*. p. 339, 1947

11 A noção contemporânea de “minorias” não se estrutura a partir do critério puramente quantitativo, ao revés, estabelece-se desde a apreciação da possibilidade de intervenção desses grupos em instâncias decisórias de Poder. É por essa razão que são consideradas minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberais e etc. (SODRÉ, Muniz. *Por um conceito de minoria*. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT16042010145008.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2015).

## 2. DIREITO, FEMINISMO E LITERATURA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Literature can tell us what the world is like.

Literature can give standards and pass on deep knowledge, incarnated in language, in narrative.

Literature can train, and exercise, our ability to weep for those who are not us or ours.

Who would we be if we could not sympathize with those who are not us or ours? Who would we be if we could not forget ourselves, at least some of the time? Who would we be if we could not learn? Forgive? Become something other than we are?

- Susan Sontag

### 2.1. AS INTERFACES ENTRE DIREITO E LITERATURA

Direito e Literatura não são campos estranhos entre si. Embora a relação entre as duas disciplinas não reste tão evidente como outrora, quando o homem das leis era também o homem das letras, a exemplo de Marcus Tullius Cicero (107 a.C. - 44 a.C.)<sup>12</sup>, os inflexos do discurso literário no domínio do normatizado vêm oferecendo um amplo espaço de possibilidades para a problematização do fenômeno jurídico<sup>13</sup>.

Conforme observa Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, o alargamento dos horizontes dos estudos literários propiciado pelo deslocamento de seu foco de investigação, da natureza e das funções da literatura para a arena dos “*cultural studies*”<sup>14</sup>, tratou de evidenciar o “Direito como campo privilegiado para a apreensão

12 GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito e Literatura*. John Henry Wigmore, Benjamin Nathan Cardozo e Lon Fuller. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25388-25390-1-PB.pdf>. p.01. Acesso em: 26 de julho de 2015.

13 Vera Karam de Chueiri assim sintetiza as inflexões produzidas pelo discurso literário sobre o fenômeno jurídico: “Direito e Literatura é um novo campo de possibilidades para questões formais e materiais que afligem tanto o Direito quanto a Literatura. Porém, no campo da crítica do Direito, incorpora às demandas políticas e éticas de reconstrução de um mundo mais igualitário e justo a sensibilidade estética do gosto literário” (CHUEIRI, Vera Karam de. Direito e literatura. In: BARRETTO, Vicente de Paulo (Org.). *Dicionário de Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro/São Leopoldo: Renovar/Unisinos, 2006. p. 233-235)

14 O *locus* de desenvolvimento dos *cultural studies* no campo da crítica literária é minudentada por Geraldo Ramos Pontes Junior nos seguintes termos: “Assim, entre diferentes esferas, o lugar da interdisciplinaridade se refaz na própria redistribuição de papéis das ciências e seu valor para a crítica literária. Ainda assim, a literatura, tornando-se significativa na observação de uma realidade que procura não somente criticar mas também testemunhar e que lhe seria tão mais arrebatadora quanto capaz de lhe trazer novos repertórios, revitaliza sua relação com o público leitor. Com um novo perfil

dos contextos sociais”<sup>15</sup>. Desde o enfoque dessa perspectiva, o tom polissêmico encartado pela expressão “Direito e Literatura” passou a assumir contornos de maior concretude e autonomia.

A percepção de que o discurso literário, por não raras vezes, buscava elementos no universo jurídico para explorar os meandros da natureza humana em suas produções, e que, de outro lado, o Direito buscava recursos estilísticos e técnicas narrativas típicas da Literatura para a estruturação de seus próprios discursos, conduziu à gênese, no âmbito das ciências jurídicas, de três arquétipos de coordenação entre Direito e Literatura: o Direito na Literatura, o Direito como Literatura e a Literatura como veículo do Direito<sup>16</sup>.

Conquanto a taxonomia das relações entre as duas searas de conhecimento não repouse sobre bases consensuais<sup>17</sup>, a supra indicada classificação demonstra-se relevante na medida em que desvela as bases acadêmicas fundacionais da relação entre Direito e Literatura. Outras propostas de categorização, a nosso ver mais consentâneas à dinâmica e pluralidade da disciplina, serão exploradas em momento posterior.

### **O Direito na Literatura (Law in Literature),** cujas formas incipientes surgem

---

de engajamento ou de posicionamento e ainda que conjugado a interesses mercadológicos, o papel da literatura acirrou-se na discussão de questões identitárias, de gênero e orientação sexual, seguindo o espaço aberto ao discurso dos movimentos sociais nesses campos, ou mesmo iniciado por discussões teóricas do pós-estruturalismo. Muitos desses temas foram abordados nos estudos literários brasileiros.” (PONTES JR., Geraldo Ramos. Os estudos culturais e a crítica literária no Brasil. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 44, p. 17-36, Dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182014000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 26 de julho de 2015.

15 GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes, *op. cit.*, p. 02.

16 Idem, *passim*.

17 Thomas Morawetz, por exemplo, sugere que as interseções entre Direito e Literatura podem ser subsumidas em quatro perspectivas: Direito na Literatura (*Law in Literature*), Direito como Literatura (*Law as Literature*), Direito da Literatura (*Law of Literature*) e Direito como objeto de influência da Literatura (*Law as influenced by Literature*). (MORAWETZ, Thomas. Empathy and Judgment. In: *Yale Journal of Law & Humanities*. Vol.8. Article 8, p. 518).

Andrés Botero Bernal, a seu turno, sustenta a vagueza dos sintagmas “na”, “como” e “da” para a explicitação das relações entre as duas disciplinas postulando uma classificação ordenada por um viés teleológico. Propõe, nesse sentido, seis modelos ideais: o retórico, o expositivo, o metodológico, o metodológico, o analítico, o jurídico e o estético. (BERNAL, Andrés Botero. *Derecho y Literatura: un nuevo modelo para armar. Instrucciones de uso*. Disponível em: [www.jus.unitn.it/cardoza/Review/2008/Botero.pdf](http://www.jus.unitn.it/cardoza/Review/2008/Botero.pdf), pp.03/04. Acesso em: 26 de julho de 2015.



com os trabalhos de John Henry Wigmore (1863-1943), lança foco sobre as percepções dos literatos a respeito dos instrumentos e personagens que compõe a prática jurídica. Trata-se, em síntese, de um viés metodológico que vislumbra nas representações ficcionais do Direito e seus fenômenos – discursos, instituições e procedimentos – uma linguagem universal que colabora com o desenvolvimento da cultura e da comunidade jurídica<sup>18</sup>.

Em John Henry Wigmore, esse arco estabelecido entre as duas disciplinas surge, de modo preliminar, a partir de suas ponderações críticas acerca da passagem bíblica do Novo Testamento que retrata o momento em que o magistrado Pôncio Pilatos delega o poder (jurisdicional) de julgar Jesus Cristo à população<sup>19</sup>. Ao lado dessas aproximações entre as narrativas bíblicas e a hermenêutica jurídica, temática que, a propósito, suscitou inúmeros outros debates no âmbito da teoria e da filosofia do direito<sup>20</sup>, notabilizou-se o autor pela identificação e sistematização de um rol de obras literárias de traços relevantes ao mundo jurídico.

Em *A List of One Hundred Legal Novels*<sup>21</sup>, John Henry Wigmore introduz uma lista de narrativas que margeiam temáticas relevantes à formação do jurista desde quatro perspectivas principais: i) romances que descrevem cenas de julgamento, com enfoque nas habilidades do personagem condutor do interrogatório; ii) romances que retratam traços típicos dos operadores do direito e de suas carreiras profissionais; iii) romances que abordam métodos legais de persecução e punição criminal e iv) romances em que a perspectiva jurídica surge na trama como externalidade afetadora de direitos e de comportamentos de personagens.

A categorização supra foi posteriormente revisitada pelo constitucionalista estadunidense Richard H. Weisberg, mediante o alargamento dos espaços de

---

18 TRINDADE, André Karam. Kafka e os paradoxos do Direito: da ficção à realidade. *Revista Diálogos do Direito*. Disponível em <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/download/63/76>. Acesso em: 26 de julho de 2015.

19 WIGMORE, John Henry. Pontius Pilate and Popular Judgements. *Journal of American Judicature Society*, n. 25, 1941, pp. 60-61.

20 Cf. GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes, *op. cit.*, p. 08.

21 WIGMORE, John Henry. A List of One Hundred Legal Novels. *Illinois Law Review*, n.17, 1922, pp. 26-41.

interseção entre as disciplinas e a atualização da lista de “ficções legais”. Assim é que passam a assumir relevo para o universo jurídico: i) os romances envolvendo grandes cenas de julgamento e/ou extensivas representações das investigações preliminares e das oitivas pré- processuais; ii) os romances protagonizados por operadores de direito, ainda que a temática jurídica não componha o enredo da obra; iii) os romances em que diplomas normativos (e.g. estatutos, decretos, leis e etc) assumem um papel estruturante na trama e iv) os romances que tensionam o relacionamento entre os indivíduos, o direito e a(s) concepção(ões) de justiça<sup>22</sup>.

Sob o enfoque desta primeira forma de interlocução entre as disciplinas, cânons literários como *O Mercador de Veneza* de William Shakespeare, *Os Irmãos Karamázov* de Fiódor Dostoiévski, *O Processo* de Franz Kafka, *O Círculo de Giz Caucasiano* de Bertold Brecht e *O Sol é para Todos* de Harper Lee, apenas a título exemplificativo, adquirem feições de relevo no processo de formação do jurista.

**O Direito como Literatura (Law as Literature)** desponta como teoria a partir da publicação, em 1938, do ensaio “*Law and Literature*” pelo magistrado da Suprema Corte dos Estados Unidos, Benjamin Nathan Cardozo (1870-1938)<sup>23</sup>. Vislumbrando bases comuns entre as obras ficcionais e as peças judiciais, Cardozo arguia que a argumentação jurídica perpassava, necessariamente, a estilística literária, eis que o Direito, à semelhança da Literatura, restava informado pelos caracteres da clareza e da persuasão.

O que se intenta, através dessa corrente metodológica, é o estabelecimento de uma unidade hermenêutica entre as duas disciplinas, que evidencie a amplitude semântica contida não apenas nos discursos literários, como também nos discursos jurídicos. Trata-se, aqui, de compreender o Direito como produto linguístico marcado, também, pelos influxos da interpretação textual do domínio literário.

Essa via metodológica adquire relevância quando posta em cotejo com a crise do positivismo jurídico (*lato sensu*), empecada por sua dificuldade em “aceitar a viragem interpretativa ocorrida na filosofia do direito (invasão da filosofia pela

---

22 WEISBERG, Richard H. Wigmore, and the Law and Literature Movement. *Cardozo Legal Studies Research Paper n. 177*, 2006, p. 3. Disponível em: [http://ssrn.com/abstract=951700\\_\\_ou](http://ssrn.com/abstract=951700__ou) <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.951700>. Acesso em: 27 de julho de 2015.

23 CARDOZO, Benjamin N. Law and Literature. In: *Yale Law Journal*, n. 48, 1938, pp. 489-507.

linguagem) e suas consequências no plano da doutrina e da jurisprudência”<sup>24</sup>.

A aproximação entre a crítica literária e o fenômeno jurídico, verificada a partir da percepção do discurso normativo como resultado da relação entre o labor do intérprete e a realidade fática, defere à norma jurídica a amplitude necessária para responder às exigências práticas das comunidades contemporâneas<sup>25</sup>. É no potencial transformador da hermenêutica que repousa a relevância do Direito como Literatura.

A **Literatura como veículo do Direito** exsurge no ano de 1949, com a publicação do artigo *The case of the speluncean explorers*<sup>26</sup>, pelo jurista estadunidense Lon Fuller. A narrativa, ambientada no ano de 4300, trata das diversas percepções de Justiça manifestadas por magistrados durante o julgamento dos quatro membros sobreviventes de um deslizamento de terra ocorrido durante uma expedição espeleológica.

O enredo gravita em torno das circunstâncias que conduziram ao homicídio de Roger Whetmore, membro da expedição sorteado, através de um jogo de dados, para servir de alimento aos companheiros até a chegada do resgate. As condições extraordinárias envoltas na decisão dos exploradores, especialmente naquilo que tange à previsão de esgotamento dos suprimentos até a data estimada para os seus resgates, apresentam-se como cenário fecundo para o estudo da Teoria do Direito.

Partindo das premissas fornecidas pelo método maiêutico, Lon Fuller introduz os leitores a diferentes correntes da hermenêutica jurídica a partir dos *standpoints* externados pelos magistrados componentes da fictícia Suprema Corte de Newgarth: o jusnaturalismo do *justice* Foster, o conservadorismo do *justice* Tatting, o

---

24 STRECK, Lênio Luiz. Aplicar a “letra da lei!” é uma atitude positivista? *Revista Novos Estudos Jurídicos (NEJ)*, v.15, nº 1, pp. 158-173, 2010. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/2308>. Acesso em 27 de julho de 2015.

25 FACHIN, Luiz Edson. FACHIN, Melina Girardi. GONÇALVES, Marcos Alberto Rocha. Morte e Vida Severina: um ensaio sobre a propriedade rural no Brasil contemporâneo a partir das lentes literárias. Disponível em: <http://fachinadvogados.com.br/artigos/FACHIN%20Morte%20e%20Vida.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2015.

26 Publicado no Brasil sob o título “O caso dos exploradores de caverna” (FULLER, Lon. *O Caso dos Exploradores de Cavernas*. Trad. Plauto Faraco de Azevedo. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1993)

positivismo do *justice* Keen e o realismo jurídico do *justice* Handy Jr<sup>27</sup>.

O estreitamento das relações entre a Literatura como veículo do ensino jurídico ressurgem em Lon Fuller, com a publicação do livro *The Morality of Law*<sup>28</sup> em 1964, onde o autor apresenta *The case of the envious defendants*<sup>29</sup>. A narrativa lança foco às inquietações do Ministro da Justiça de um país fictício a respeito da retroatividade de normas de responsabilização dos chamados denunciantes invejosos. Esses, valendo-se do espaço de legalidade de um regime autoritário, denunciavam seus desafetos ao Estado, por motivações absolutamente mesquinhas, para vê-los condenados à pena capital. À similitude da obra anterior, plúrimas concepções de direito, moral e justiça são apresentadas ao leitor a partir das opiniões manifestadas pelos deputados consultados pelo Ministro da Justiça.

Em ambas as narrativas parece evidente o papel central da Literatura produzida por juristas para juristas como lastro para a discussão de problemas que afligem a Teoria e a Filosofia do Direito. O aporte oferecido por uma ficção especificamente desenvolvida para a reflexão jurídica, frutifica experiências altamente positivas ao ensino do Direito.

Pois bem, não obstante os três proto-modelos ora apresentados se assumam como perspectivas fundantes da relação entre Direito e Literatura, as veredas em que se entrecortam as disciplinas são muito mais plurais. Não se olvida, por evidente, do caráter meramente didático da divisão proposta, entretanto, outras pretensões classificatórias parecem abranger, de modo mais satisfatório, o amplo leque de possibilidades encetadas pela nova arena de estudos.

Andrés Botero Bernal sugere uma taxonomia baseada na finalidade encerrada pela abertura do discurso jurídico às inflexões da literatura. Sob tal

---

27 O Chief Justice Truepenny, presidente da Corte Suprema que recebe o recurso de apelação dos réus, vota pela improcedência das razões recursais esperando que o Chefe do Poder Executivo atendesse os pedidos de clemência dos acusados.

28 FULLER, Lon L. *The morality of law*. New Haven: Yale University Press, 1964. VIII, 202p. (Stores lectures on jurisprudence, 1963).

29 Publicado no Brasil sob o título: “O caso dos denunciantes invejosos”. (DIMOULIS, Dimitri. *O caso dos denunciantes invejosos: introdução prática às relações entre Direito, Moral e Justiça*. Com tradução do texto de Lon L. Fuller, parte da obra *The Morality of Lay*. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007).

perspectiva, apresenta uma classificação sextipartida entre os modelos: retórico, expositivo, metodológico, analítico, jurídico e estético. No primeiro deles, o **modelo retórico**, a disciplina jurídica busca a literatura como artifício de adorno de sua redação. No **modelo expositivo**, o Direito socorre-se à Literatura para extrair exemplos ilustrativos que amparem a tese a ser sustentada. No **modelo metodológico** a Literatura apresenta-se ao Direito como método de acesso a determinado objeto de investigação. Essa técnica é usualmente empregada no âmbito da História do Direito para (re)construir a memória forense. No **modelo analítico** assume-se que o discurso literário resta inserido dentro de uma determinada cultura jurídica, cuja identificação deve se distanciar dos contextos do investigador jurídico e do autor da obra literária. No **modelo jurídico** preocupa-se com o plexo de direitos morais e patrimoniais do autor de uma obra literária, incluindo-se aqui as eventuais consequências jurídicas derivadas de textos literários<sup>30</sup>. No **modelo estético**, por fim, pretende-se elevar o texto jurídico como ponte entre a Literatura e o Direito. Trata-se de uma tentativa de fundir nas peças judiciais a estética própria da Literatura e o caráter vinculante do Direito para a sociedade<sup>31</sup>.

Cumpra observar que as categorias apresentadas não se revelam de modos absolutamente puros e/ou estanques, ao revés, imiscuem-se entre si estabelecendo um campo de interseção extremamente rico e fértil ao ensino e à problematização do Direito.

Na senda dos referenciais metodológicos propostos por Andrés Botero Bernal, orienta-se o presente estudo, conforme adiante se verificará, segundo as premissas definidas pelos modelos expositivo e analítico.

---

30 Essa perspectiva também é nominada Direito da Literatura.

31 BERNAL, Andrés Botero. *op.cit*, pp. 1-8.

## 2.2 ABORDAGENS FEMINISTAS AO FENÔMENO LEGAL

Expostas as condições de possibilidade da disciplina do Direito e Literatura, incumbe explorar as abordagens críticas levantadas pelo(s) feminismo(s) em face do discurso jurídico. O Direito, compreendido como o plexo de instituições formais normatizadoras da vida em sociedade, resta estruturado sobre determinadas concepções culturais decantadas ao longo da história<sup>32</sup>. A tradução jurídica dos fenômenos sociais (contexto normativo) emerge, nessas circunstâncias, a partir de um tensionamento entre os valores erigidos por uma comunidade (contexto axiológico) e a dinâmica das transformações sociais (contexto fático)<sup>33</sup>, revelando-se, assim, como um produto do “compromisso entre interesses contraditórios de juristas, políticos e forças sociais”<sup>34</sup>.

A compreensão do processo de construção jurídica como espaço de luta entre interesses antagônicos eleva o Direito à condição de instância fundamental ao avanço das pautas dos grupos sociais minoritários, incluindo-se aqui, as mulheres. Sob tal perspectiva, o discurso jurídico passa a ser vislumbrado pelos movimentos feministas desde uma perspectiva dual: de um lado, como instrumento de poder voltado à manutenção de um determinado *status quo* e, portanto, infenso a numerosas críticas por parte daqueles que são postos na periferia do conceito de “sujeitos de direito”; de outro, como ferramenta dotada de potenciais emancipadores por força da oxigenação possibilitada pela via da hermenêutica jurídica. Este caráter bifronte das reflexões feministas sobre o fenômeno jurídico é sintetizada por Geraldo Tadeu Moreira Monteiro nos seguintes termos:

O Direito (...) participa primeiramente da estruturação de relações sociais ao definir “estatutos” e sancionar “papéis”. Em segundo lugar, realiza uma *escolha política* por determinados valores aos quais atribui um caráter de *consenso*. Em terceiro lugar, legitima ideologicamente, pelo recurso à

---

32 MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *Construção jurídica das relações de gênero*: O processo da codificação civil na instauração da Ordem Liberal Conservadora do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003, p. 13.

33 PIMENTEL, Sílvia. *A evolução dos Direitos da Mulher. Norma-Fato-Valor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1978, pp. 164-169.

34 MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *op. cit.*, p. 13.

referência legal- racional, as existentes distribuições de privilégios e encargos. Em quarto e último lugar, garante, na forma da lei, os direitos de uns e outros conforme as hierarquias sociais e os ditames das estratégias de dominação. O Direito é, no entanto, um sistema aberto que autoriza interpretações divergentes. Por isso, pode ser utilizado para fundamentar reivindicações de direitos por parte dos grupos dominados<sup>35</sup>

A adoção de um viés feminista para o escrutínio do fenômeno jurídico demonstra-se especialmente relevante no processo de desmistificação da posição de alteridade comumente atribuída à mulher. Pensar a figura feminina como o “outro”, nos termos de Simone de Beauvoir, conduz a sua assunção como objeto inessencial, em contraponto à subjetividade e à essencialidade da figura masculina<sup>36</sup>. É justamente no cerne desta estrutura de oposição homem/mulher que se radicam as principais críticas dos movimentos feministas ao fenômeno jurídico.

Incursionar pela temática das teorizações feministas do Direito vindica, como medida preliminar, a definição de algumas premissas metodológicas. Em primeiro lugar incumbe destacar a aproximação do presente estudo às produções teóricas do feminismo estadunidense. Não se trata, aqui, de lançar mão de toda a trajetória histórica dos movimentos feministas brasileiros e latino- americanos, nem de olvidar do plexo de circunstâncias fáticas que diferenciam o cenário político nacional do contexto experimentado pelos Estados Unidos. A profundidade dos debates e das construções teóricas desenvolvidas pelo(s) movimento(s) nos Estados Unidos, no entanto, pode servir de prelúdio aos desafios a serem enfrentados pelo feminismo brasileiro<sup>37 38</sup>.

---

35 *Ibidem*, pp. 29/30.

36 BEAUVOIR, Simone de. *op. cit.* pp. 10-12.

37 Na mesma linha metodológica ora adotada surgem os trabalhos de Isabel Cristina Jaramillo (JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho: estudio preliminar. In: *El género em derecho: ensayos críticos*, pp. 103-128. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/48759/>) e Lúcia Ziggioni de Oliveira (OLIVEIRA, Lúcia Ziggioni de. *(Con)formação da(s) identidade(s) da mulher no Direito das Famílias Contemporâneo: perspectivas feministas sobre o individual e o relacional em família*. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.2015.).

38 As perspectivas jurídico- feministas na América Latina surgem em linhas tão plurais e difusas quanto as suas pautas de reivindicação. Conforme observam as pesquisadoras Sonia E. Alvarez, Elisabeth Jay Friedman, Ericka Beckman, Maylei Blackwell, Norma Stoltz Chinchilla, Nathelie Lebon, Marysa Navarro e Marcela Ríos Tobar, “a heterogeneidade dos feminismos latino americanos e

O segundo ponto a ser assentado diz com o modo de exposição do Direito ao crivo crítico das análises feministas. A anatomia do fenômeno jurídico, conforme exposto por Alda Facio<sup>39</sup>, compreende três componentes dialeticamente reacionados: a Lei formalmente promulgada (**componente formal normativo**), o conteúdo atribuído às regras e princípios pelas Cortes e demais agentes estatais responsáveis por sua aplicação (**componente estrutural**) e as construções produzidas pela doutrina, pelos costumes, pelas tradições e pelas leis não escritas (**componente político-cultural**). É na compreensão de que norma, doutrina e decisão subestimam as reais relações de poder, que se destaca o ponto cego do Direito em relação às mulheres<sup>40</sup>.

O terceiro ponto, por fim, refere-se à adoção de uma via estratégica para a desconstrução dos masculinismos presentes na estrutura do discurso jurídico. Conforme indicado por Francis Olsen, ao estabelecimento da posição de alteridade das mulheres, seguiu-se a consolidação de um sistema dualista de oposição entre masculino e feminino desde as insígnias da racionalidade/ sensibilidade, atividade/ passividade, objetividade/ subjetividade e dentre outros. Referido antagonismo, reflete-se no sistema jurídico desde três perspectivas: primeiro, pela atribuição de determinados caracteres, tidos como exclusivos e imutáveis, a cada um dos sexos (**sexualization**). Enquanto o homem reivindicou os apanágios da racionalidade, atividade e objetividade, restou à mulher os atributos da sensibilidade, passividade e subjetividade<sup>41</sup>. Segundo, pelo estabelecimento de uma hierarquia entre as características retromencionadas, com a primazia daquelas qualificadas como

---

caribenhos te desafiado uma compreensão uniforme de algumas questões- chave o movimento feminista como saúde reprodutiva, educação, violência contra mulheres, direitos trabalhistas, sexualidade e globalização (neoliberal)". (ALVAREZ, Sonia E. *et. all.* Encontrando os feminismos latino- americanos e caribenhos. In: *Revista de Estudos Feministas*. 11 (2): 360, jul-dez/2003, p. 544).

39 FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: *El género em derecho: ensayos críticos*, pp. 181-224. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/48759/>

40 BARTLET, Katherine T. Feminist Legal Methods. In: *Harvard Law Review*, Cambridge, v. 103, nº 4, February 1990, p. 832.

41 OLSEN, Francis. The Sex of Law. In: *The Politics of Law: A Progressive Critique*. Edited by David Kairys. New York: Pantheon Books, 1990, p.453.



masculinas (**hierarchization**)<sup>42</sup>. Essa estratégia de hierarquização assume especial relevo no processo de dominação masculina a partir da construção do *mito do eterno feminino*<sup>43</sup>, através do qual se reiteram as características estatuídas pelo processo de sexualização, condicionando o “ser verdadeiramente mulher” àqueles atributos colacionados à imagem do sexo feminino como morais e socialmente desejáveis. Terceiro, pela compreensão do Direito como fenômeno essencialmente vinculado às características de racionalidade, objetividade e abstratividade, vindicadas pelos homens como seus atributos naturais (**law as male**)<sup>44</sup>.

A cada uma das perspectivas apresentadas, contrapõe-se uma categoria de crítica feminista ao Direito. A corrente reformista legal (**legal reformist**) põe em xeque as concepções cunhadas pelo processo de sexualização. Embora aceite que os atributos da racionalidade e objetividade melhor sirvam ao discurso jurídico, aponta a sua deficiência quando aplicados às mulheres, seja pela negação de condições de igualdade (formal e material), seja pela assimilação dos parâmetros masculinos pelo Direito, ou mesmo pela abstenção legal no âmbito das relações pessoais domésticas<sup>45</sup> <sup>46</sup>. A principal pauta desse movimento refere-se à

---

42 *Ibidem*, p. 454.

43 Sobre a temática, aduz Simone de Beauvoir: O “eterno feminino” é o homólogo da “alma negra” e do “caráter judeu”. O problema judaico é, de resto, em conjunto, muito diferente dos dois outros: o judeu para o anti-semita é menos um inferior do que um inimigo e não se lhe reconhece neste mundo nenhum lugar próprio: o que se deseja é aniquilá-lo. Mas há profundas analogias entre a situação das mulheres e a dos negros: umas e outros emancipam-se hoje de um mesmo paternalismo e a casta anteriormente dominadora quer mantê-los “em seu lugar”, isto é, no lugar que escolheu para eles; em ambos os casos, ela se expande em elogios mais ou menos sinceros às virtudes do “bom negro”, de alma inconsciente, infantil e alegre, do negro resignado, da mulher “realmente mulher”, isto é, frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem. Em ambos os casos, tira seus argumentos do estado de fato que ela criou”. E continua: “Um dos benefícios que a opressão assegura aos opressores é de o mais humilde destes se sentir superior: um “pobre branco” do sul dos Estados Unidos tem o consolo de dizer que não é um “negro imundo” e os brancos mais ricos exploram habilmente esse orgulho. Assim também o mais medíocre dos homens julga-se um semideus diante das mulheres.” (BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Trad.: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 18).

44 OLSEN, Francis. *op. cit.* p. 454.

45 *Idem*. p.459.

46 Embora a história das legislações brasileiras demonstre a persistência legislativa no estabelecimento de padrões morais/ comportamentais às mulheres, verifica-se certa timidez do legislador em intervir no seio familiar para a tutela de seus membros. Registra-se a título exemplificativo, que a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), definidora de mecanismos de tutela da mulher vítima de violência doméstica por parte de seu cônjuge/companheiro somente

operacionalização de reformas legais para a tutela das mulheres.

A vertente que vislumbra o Direito como produto do patriarcado (**law as patriarchy**) assimila os caracteres atribuídos a ele pelo processo de sexualização, porém rejeita a hierarquização da objetividade sobre a subjetividade, da atividade sobre a passividade, da racionalidade sobre a sensibilidade e etc. Por essa via, identifica-se o Direito como parte da estrutura de dominação masculina, cujos contornos são tendencialmente opressivos às mulheres<sup>47</sup>.

O viés apresentado pela teoria crítica do fenômeno legal (**critical legal theory**) vislumbra as posições manifestadas pelos outros dois movimentos com cautela. Conquanto reconheça os benefícios obtidos pela corrente reformista na esfera dos direitos da mulher e o caráter opressivo do Direito tal como sugerida pelo *law as patriarchy*, vê com desconfiança o papel de uma teoria legal abstrata (e pretensamente neutra) para o alcance desses benefícios, assim como a ideia de que o fenômeno jurídico seja, em essência, masculino. A esse respeito, arguem os representantes da *critical legal theory*, que o Direito, como produto resultante da atividade intelectual humana, não possui uma natureza imutável, revelando-se, em sentido absolutamente oposto, como fenômeno estruturado sobre as moveáveis categorias produzidas pelo dualismo que opõe as categorias masculino/ racionalidade/ objetividade/ principiológico a feminino/ irracionalidade/ subjetividade/ contextualidade<sup>48</sup>.

É no seio da teoria crítica do fenômeno jurídico que exsurtem os métodos legais feministas (*feminist legal methods*) como canais de abertura para a transformação e oxigenação do Direito. A proposta de deslocamento do enfoque da “substância” para o “método”, tal como sugerida por Katharine T. Bartlett, assume relevância na medida em que possibilita o rompimento com o ciclo de replicação das estruturas machistas de poder<sup>49</sup> e estabelece uma base comum entre os plúrimos

---

emergiu no contexto normativo nacional em 2006, por força da condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no julgamento do caso nº 12.051.

47 OLSEN, Francis. *op. cit.* p. 461.

48 Idem. p. 462.

49 Sobre o assunto, defende Katherine T. Bartlett: “Feminists cannot ignore method, because if they seek to challenge existing structures of power with the same methods that have defined what counts

movimentos feministas e a diversidade de suas pautas<sup>50</sup>.

Sob tais insígnias, Katharine T. Bartlett apresenta três métodos legais para a inclusão da voz feminina no fenômeno jurídico: o “perguntar para a mulher” (*asking the woman question*), a “razão prática feminista” (*feminist practical reasoning*) e a “elevação/ criação de consciência” (*consciousness raising*).

“Perguntar para a mulher” (**asking the woman question**) significa perquirir se os textos jurídicos consideram, de modo satisfatório, os valores e dados advindos das experiências femininas em suas formulações. O objetivo desse viés metodológico é expor “os modos como as escolhas políticas e os arranjos institucionais contribuem para a subordinação feminina”<sup>51</sup>.

Embora fuja ao tema desenvolvido no presente estudo, não é demais rememorar que o eclipsamento da condição feminina no âmbito dos textos legais, tal como revelada pelo método apresentado, em muito se deve ao problema da falta de representatividade da mulher no Parlamento. Embora a ampliação da participação feminina na arena política ainda pareça desafiar os atuais instrumentos do Direito Eleitoral, movimentações incipientes para a operacionalização de mudanças vem sendo desenvolvidas pela doutrina, a exemplo dos apontamentos apresentados por Eneida Desiree Salgado e Renata Caleffi em recente artigo<sup>52</sup>.

A “razão prática feminista” (**feminist practical reasoning**) contextualiza os enunciados normativos a partir das contingências e dos aspectos práticos da realidade. Essa perspectiva metodológica parte da compreensão de que a decisão judicial é informada pela Lei e pelas circunstâncias específicas do caso concreto, para tentar explicitar as ideologias políticas e morais que nela se ocultam sob o selo

---

within those structures, they may instead “recreate the illegitimate power structures [that they are] trying to identify and undermine” (BARTLETT, Katherine. *op. cit.* pp. 830-831)

50 Analisando as diversas correntes do movimento feminista, Isabel Cristina Jaramillo identificou as vertentes do feminismo liberal clássico, feminismo liberal social, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo cultural e feminismo crítico. (JARAMILLO, Isabel Cristina. *op. cit.* pp.113-120)

51 BARTLETT, Katharine T. *op. cit.* p. 843. Tradução livre para: “Asking the woman question reveals the ways in which political choice and institutional arrangement contribute to women's subordination”.

52 CALEFFI, Renata. SALGADO, Eneida Desiree. *Propostas para aumentar a participação feminina na política brasileira*. Consultor Jurídico-CONJUR. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-mai-02/propostas-aumentar-participacao-feminina-politica>. Acesso em 01 de agosto de 2015.

da neutralidade.

A “criação/ elevação de consciência” (**consciousness raising**), por fim, consiste na articulação de grupos femininos que, compartilhando narrativas individuais, pretendem despertar a consciência coletiva a respeito da realidade de opressão experimentada pelas mulheres na cotidianidade. O principal objetivo encartado por esse meta- método é informar a teoria legal com os dados levantados pelo processo de elevação de consciência, de modo a revelar “a dimensão social da experiência individual e a dimensão individual da experiência social”<sup>53</sup>. O objetivo central desse meta- método, assim nominado por servir de base de sustentação aos demais, é o empoderamento individual e coletivo das mulheres.

A opção metodológica pelo eixo feminista demonstra-se frutífera na medida em que viabiliza a “inserção crítica da figura da mulher e do significado do feminino”<sup>54</sup> na análise do fenômeno jurídico. Do mesmo modo, o espaço de liberdade deferido pelo feminismo, em suas manifestações não essencialistas, aos influxos de outros vieses epistemológicos, permitem a incorporação de outras vozes ao movimento, igualmente eclipsadas pelos grupos sociais hegemônicos.

Assim é que a corporificação do feminismo como perspectiva de análise crítica do Direito, não trata apenas de romper com o solipsismo que aflige as mulheres tomadas em seu sentido genérico; viabiliza-se, igualmente, a adição de elementos refinadores desse conceito para abranger, também, as mulheres pobres, negras, trans, não- heterossexuais e etc, comumente carecedoras de maior atenção por parte do Estado e dos operadores do direito.

### **2.3. DIREITO E LITERATURA COMO TECNOLOGIAS DE GÊNERO**

Mas afinal, que tem a Literatura e o Feminismo a dizer ao Direito? Conquanto uma análise preliminar não deixe transparecer, juristas e literatos feministas insurgem-se contra um problema em comum: o eclipsamento da voz feminina pelo espaço de centralidade conferido aos discursos literários e jurídicos produzidos pelo

---

53 BARTLETT, Katharine T. *op. cit.* p. 864.

54 OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de. *op.cit.*, p. 16.

homem (branco e heterossexual).

À semelhança do que ocorre na arena jurídica, a Literatura também se encontra às avessas com a assunção de um padrão masculino como “medida do mundo”. Essa perspectiva, conforme anteriormente indicado, trata de colocar o homem, sujeito de direitos, no centro do poder, lançando a mulher, objeto, a um papel absolutamente periférico. O estudo desse movimento, centrípeto em referência ao eixo de poder para o homem e centrífugo para a mulher, permite desvelar as estruturas de dominação masculina estabelecidas pelo patriarcado.

Sobre a temática, parecem interessantes os aportes trazidos por Teresa de Lauretis a respeito do papel dos discursos (e.g. cinematográfico, literário, midiático, institucional, entre outros) na produção e reprodução de um sistema dualista de oposição entre homens e mulheres. Partindo da análise da plataforma cinematográfica, a autora expõe o duplo processo através do qual a representação de gênero é construída e reconstruída: ao mesmo tempo que a tecnologia de gênero e os discursos institucionais com poder de controlar o campo do significado social produzem, promovem e “implantam” determinadas representações de gênero<sup>55</sup>; os interlocutores, ao serem submetidos aos influxos das práticas, discursos e instituições socioculturais, passam a reproduzir essas tecnologias de gênero por meio da auto-representação.

Essa dupla via de construção e reconstrução das representações de gênero é sintetizada por Emerson Erivan de Araújo Ramos e Thaíse Silva Rodrigues, nos seguintes termos:

O indivíduo ao ser interpelado pela ideologia se reconhece como sujeito dela, passando a praticar todos os rituais de reconhecimento ideológico que o determina como sujeito concreto, individual e insubstituível, sendo a categoria de sujeito construída a partir daí, e esse mesmo sujeito irá intervir na construção dessa mesma ideologia, reproduzindo-a e, conseqüentemente, interferindo no seu processo produtivo<sup>56</sup>

---

55 LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 228.

56 RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. RODRIGUES, Thaíse Silva. Direito como tecnologia de gênero: uma análise de caso. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis/SC, 2013, p. 4. Anais Eletrônicos. disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384782608\\_ARQUIVO\\_EmersoRamos.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384782608_ARQUIVO_EmersoRamos.pdf). Acesso em: 09 de agosto de 2015.

Sob tal perspectiva, parece-nos que ao lado do cinema, da mídia e da literatura, exsurge também o Direito como *locus* privilegiado de construção de identidades “gendradas”. Isso porque, o discurso jurídico, à semelhança das demais tecnologias, ao mesmo tempo em que impõe determinadas representações de gênero à sociedade, é, posteriormente, retroalimentado pelas auto-representações produzidas no âmbito da subjetividade de seus interlocutores. Os impactos gerados por esse processo de “engendramento” reverberam de modo muito mais intenso na arena do Direito em face do seu caráter normativo- conformador das relações sociais.

A despeito do aparente contorno autopoietico do processo de “engendramento”, vislumbram-se potenciais emancipadores nos discursos feministas situados nas margens das representações hegemônicas de gênero. Em analogia às técnicas do cinema de vanguarda, Teresa de Lauretis observa que paralelamente ao espaço representado (as concepções estereotípicas de gênero), existe um *space- off* que inclui não apenas a câmera (o ponto de articulação e perspectiva através do qual a imagem/gênero é construída), como também o espectador (o ponto onde a imagem/gênero é recebida, reconstruída, reproduzida na/como subjetividade)<sup>57</sup>. É no trânsito entre o espaço discursivo (representado) das posições proporcionadas pelos discursos hegemônicos e o *space off* desses discursos que se viabiliza a apresentação, pelos movimentos feministas, dos termos de uma construção diferenciada de gênero.

Nesse ponto, o recurso às narrativas produzidas pela literatura feminista passa a emergir como ferramental prodigioso à iluminação dos *space- off* existentes no discurso jurídico. Ao deferir espaço de centralidade às personagens femininas e, ao mesmo tempo, denunciar os movimentos masculinistas vicejantes na sociedade, o discurso literário expõe os espaços obscurecidos pelas representações hegemônicas de gênero.

Os potenciais transformadores do diálogo estabelecido entre Direito, Literatura e Feminismo vêm sintetizados por Judith Resnik e Carolyn Heilbrun nos seguintes termos:

---

57 LAURETIS, Teresa de. *op. cit.* p. 237.

Ambos, “direito” e literatura”, compartilham a atividade de produzir narrativas que iluminam, criam e refletem mundos normativos; que trazem experiências que poderiam ser invisíveis ou silenciosas à vista do público. Ambos, direito e literatura, têm frequentemente assumido que, se não totalmente ausentes, as mulheres são o outro, o objeto do olhar masculino, o tema de discussão, não o interlocutor. Um olhar conjunto sobre o “direito” e a “literatura” nos permite ver como cada disciplina incorpora essas premissas (enquanto os homens falam, julgam, descrevem e imputam) e como desafiar essa visão arraigada da ordem social<sup>58 59</sup>.

Perceber as estruturas de dominação masculina e os mecanismos através das quais ela é mantida e reproduzida, configura medida fundamental para dar visibilidade às representações femininas de gênero que se situam nos *space off* do enquadramento da câmera, nos interstícios dos discursos hegemônicos.

O espaço de trânsito da crítica feminista situa-se justamente no antiparalelo estabelecido entre a representação hegemônica de gênero dos discursos androcêntricos e as contra-práticas desenvolvidas nos *space off* dessas representações. Habitar esse espaço de contradição é, conforme sustenta Teresa de Lauretis, a condição de possibilidade do(s) movimento(s) feminista(s)<sup>60</sup>.

---

58 HEILBRUN, Carolyn. RESNIK, Judith. Convergences: Law, Literature and Feminism. *Faculty Scholarship Series. The Yale Law Journal*, v. 99, Paper n. 909, 1990, p. 1914. Disponível em: [http://digitalcommons.law.yale.edu/fss\\_papers/909](http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/909). Acesso em: 02 de agosto de 2015.

59 Tradução livre para: “Both “law” and “literature” share the activity of generating narratives that illuminate, create, and reflect normative worlds, that bring experiences that might otherwise be invisible and silent into public view. Both law and literature have often assumed that if not totally absent, women are the other, the object of the male gaze, the subject of the discussion, not the speaker. Looking at the “law” and at the “literature” together enable us to see how each discipline incorporates these assumptions (as men speak, judge, describe, and ascribe) and how to challenge that shared vision of the social order”.

60 LAURETIS, Teresa de. *op. cit.* p. 238.

### 3. AS SÍSTOLES E DIÁSTOLES DO CORAÇÃO SELVAGEM

Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiam as peles de abrigo.

Assim era a vida entre os índios onas e os yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las.

Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

- Eduardo Galeano

#### 3.1. CLARICE LISPECTOR E A LITERATURA FEMINISTA NO BRASIL

No capítulo anterior, tivemos a oportunidade de apresentar, em linhas gerais, as principais construções teóricas que buscaram estreitar as relações entre as arenas do Direito, do(s) Feminismo(s) e da Literatura. Na ocasião, restou assentada a literatura feminista como plataforma de um processo de imersão nas temáticas atinentes ao gênero.

Busca-se, no presente capítulo, realizar um resgate da produção literária de Clarice Lispector — responsável por inaugurar a fase feminista da literatura de autoria feminina no Brasil — para compreender, a partir de um posicionamento crítico, o *locus* atribuído às mulheres dentro uma sociedade orientada por valores patriarcais.

Tal como ocorre nas instâncias político- jurídicas, a organização patriarcal da sociedade também repercute na posição das mulheres no discurso literário<sup>61</sup>. Sejam nos debates acadêmicos, sejam nas premiações literárias nacionais e internacionais, ou mesmo em suas representações como personagens de uma narrativa, as mulheres são comumente relegadas a

---

61 Sobre o papel secundário atribuído às mulheres no campo da literatura, interessantes são os apontamentos de Camila Moraes no texto *“Homem ganha prêmio de Literatura”, a manchete que você nunca vai ler*, publicado na versão brasileira do Jornal eletrônico El País. (MORAES, Camila. *“Homem ganha prêmio de literatura”, a manchete que você nunca vai ler*. Jornal El País Brasil. Caderno Cultura. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/13/cultura/1439497611\\_407108.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/13/cultura/1439497611_407108.html). Acesso em 22 de setembro de 2015).



espaços de coadjuvação na Literatura.

A percepção da disparidade material existente entre homens e mulheres na sociedade lastreou o surgimento, na década de 1970, do feminismo radical, movimento vetorizado por pautas de concretização dos direitos conquistados pelos movimentos feministas precedentes<sup>62</sup>. Sob o estandarte da premência de reformas político- comportamentais rompedoras com as estruturas sociais patriarcais, essa vertente do feminismo espalhou-se também para a senda da crítica literária.

Conforme aponta Stephanie Carolina Andreossi, a assim nominada “crítica literária feminista” desponta nos Estados Unidos a partir de dois momentos distintos. No primeiro deles, capitaneado pela escritora Kate Millet, realiza-se um levantamento dos estereótipos femininos presentes em produções literárias de autoria masculina. Num segundo instante, empuçado pela crítica literária Elaine Showalter, pretende-se estabelecer um cânon literário feminino em oposição às produções masculinas<sup>63 64</sup>.

No plano nacional, as raízes históricas da autoria feminina remontam à segunda metade do século XIX com a publicação do Romance “*Úrsula*”<sup>65</sup> (1859) por Maria Firmina dos Reis. Desde então, tal espécie de produção literária vem buscando traçar trajetória própria, conquistando, de modo gradual, espaços de destaque ao lado da literatura produzida por autores homens.

---

62 GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Claridade, 2001, p. 16.

63 ANDROSSI, Stephanie Carolina. A crítica literária feminista e a crítica literária feminina : o caso de Marguerite Duras. In: *Revista Lettres Françaises*, v.12, 2011, pp. 253-262. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/lettres/article/view/5313>. Acesso em: 16 de agosto de 2015.

64 Estabelece-se uma crítica ao posicionamento externado por Elaine Showalter em razão de sua pretensão de estabelecer, pela via da ginocrítica, cânons literários masculinos e femininos opostos entre si. Tal proposta, segundo os críticos, replicaria a já criticada visão dualista que antagoniza o homem (racional, ativo, objetivo) à mulher (emocional, passiva, subjetiva).

65 Não se trata de marco pacífico para a historiografia literária. Segundo Zahidé Lupinacci Muzart: “O ano de 1859 é um marco na história do romance escrito por mulheres no Brasil, pois neste ano duas pioneiras publicam narrativas: a catarinense Ana Luisa de Azevedo Castro (1823? - 1869) e a maranhense Maria Firmina dos Reis.

O romance de Maria Firmina é considerado o primeiro romance de autoria feminina no Brasil, mas, na verdade, os dois acima citados foram publicados no mesmo ano, sendo a primazia de Ana Luiza, pois em 1858 já publicara sua narrativa em capítulos, em A Marmota, jornal do Rio de Janeiro, entre 13 de abril e 6 de julho de 1858.(MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: *Muitas Vozes*, vol. 2, n.2, ano 2013, pp. 247-248)

Elódia Xavier, replicando a classificação proposta por Elaine Showalter<sup>66</sup>, vislumbra três grandes etapas do percurso literário das obras de autoria feminina no Brasil. A primeira, chamada de **“feminine” (feminina)**, replicadora de padrões éticos e estéticos do período, teria se estendido entre 1859, com a publicação de *“Úrsula”*, até 1943, quando da publicação de *“Perto do Coração Selvagem”* por Clarice Lispector. A segunda, denominada **“feminist” (feminista)**, representada pela contestação e pelo desejo de ruptura com as estruturas patriarcais condicionantes, distende-se até meados da década de 1990, com os escritos de Lya Luft, Márcia Denser e Sônia Coutinho. Por fim, verifica-se o movimento intitulado **“female” (fêmea)**, fase identitária da literatura de autoria feminina, iniciada em 1994 com publicações de Adélia Prado (*“O Homem da Mão Seca”*) e Lya Luft (*“A Sentinela”*). Tais categorias, porém, não se apresentam de forma rígida e estanque, podendo ser encontradas imiscuídas em obras de uma mesma autora<sup>67</sup>.

À luz das categorias classificatórias propostas por Elaine Showalter, verifica-se que Clarice Lispector é quem primeiro lança bases, no Brasil, para uma transição da **“feminine phase”** para a **“feminist phase”**. A literatura, outrora essencialmente patriarcal e deferente às instituições sociais tradicionais, passa, neste segundo momento, a servir como instrumento de contestação do rígido modelo social estatuído pela sociedade e cancelado pela ordem jurídica vigente.

Essa alteração de paradigmas experimentada pela Literatura de autoria feminina tem lastro no advento da construção beauvoiriana do *“eterno feminino”*. A percepção de que a mulher, à semelhança de outras minorias, resta circunscrita a determinados modelos ideais de comportamento forjados por grupos sociais hegemônicos serviu de supedâneo à consolidação da chamada crítica mito-feminista<sup>68</sup>.

---

66 Crítica literária feminista autora de ‘A literature of their own: British women novelists from Brontë to Lessing’.

67 XAVIER, Elódia. *op. cit.*, p. 18.

68 Combinando elementos das críticas mítica e feminista, a crítica literária mito-feminista surge com o propósito de identificar os paradigmas míticos presentes na Literatura de autoria feminina e verificar as implicações subjacentes ao confronto estabelecido com a escritora. Trata-se, em verdade, de uma atividade de experimentação por meio da qual se joga com a reescrita da mitologia patriarcal a partir da perspectiva da mulher. (DOUGLASS, Ellen H. Para uma mitologia feminista do século XX. In: *Organon*. v.16, nº 16, 1989, pp. 26-33).

A atuação desse movimento literário crítico é operacionalizada por duas frentes principais: a primeira, dita antimitológica, sugere a gradual substituição, pela via das narrativas de autoria feminina, da mitologia patriarcal pelo “realístico”; a segunda, antipatriarcal, pugna pela destruição da mitologia androcêntrica em proveito de uma mitologia feminista<sup>69</sup>.

Central aqui é a problemática atinente à posição de alteridade conferida à mulher pelos discursos masculinistas hegemônicos. É que, ao definir a mulher como o “outro” do herói, o objeto a ser por ele buscado/ conquistado, o discurso literário patriarcal inaugura um “*mito da busca*”, mediante o qual se atribuem os caracteres da transcendência ao homem e os da imanência à mulher<sup>70</sup>.

A superação dessa perspectiva estigmatizante, produzida e reproduzida pela literatura masculina, perpassa o movimento de apropriação e transformação do “*mito da busca*” por parte das narrativas de autoria feminina. Ellen H. Douglass identifica, a esse respeito, três modelos gerais na busca literária da mulher: a **busca feminina**, correspondente às subnarrativas que servem de amparo à construção da narrativa dominante do herói masculino (v.g. as princesas dos contos de fadas, por excelência); a **busca da heroína masculina**, por meio da qual a protagonista rejeita o papel de passividade feminino para se apropriar dos caracteres da masculinidade (v.g. Joana D' Arc) e, por fim, a **busca feminista**, consubstanciada num desejo de ruptura com as construções identitárias de gênero e, por via de consequência, da própria estrutura mitológica patriarcal que lhe serve de fundamento<sup>71</sup>. Essa última forma de busca surge com maior nitidez na Literatura brasileira a partir de Clarice Lispector.

Tomando o prosaico como mote de suas narrativas, Clarice Lispector lança luz sobre os espaços de opressão feminina que restam ocultos pela internalização de definições culturais a respeito do papel da mulher na sociedade. Suas produções não apenas minam a concepção mitológica masculina, como também sinalizam o

---

69 DOUGLASS, Ellen H. Para uma mitologia feminista do século XX. In: *Organon*. v.16, nº 16, 1989, p. 27.

70 *Idem*, p. 29.

71 *Idem*, pp. 29-31.

caráter efêmero das estruturas da narrativa.

O valor de sua produção literária revela-se, neste sentido, por sua capacidade de fazer pensar e refletir a condição feminina. Através do domínio da técnica narrativa do fluxo de consciência, a autora logra estabelecer diálogo entre dois mundos em contradição: o externo, notadamente condicionado pelas instituições sociais tradicionais (Estado, Igreja e Família), que circunscreve a mulher à imanência do lar e da vida conjugal; e o interno, que consubstancia espaço de manifestação do desejo de autodeterminação feminino.

É precisamente por transitar entre as representações androcêntricas de gênero (o espaço externo, moldado pelas instituições sociais tradicionais) e o *space off* correspondente à subjetividade feminina (o espaço interno, constituído não apenas pelo ponto de articulação por meio do qual o gênero é construído, como também por suas auto-representações), que a obra clariceana demonstra-se prodigiosa.

Ao guiar Joana, a protagonista do romance *Perto do Coração Selvagem*, pelo limiar da transgressão com o modelo heteropatriarcal vigente, Clarice Lispector abre brechas no discurso masculinista hegemônico para pensar e fazer pensar as vias da emancipação feminina.

### **3.2. A NÁUSEA DE JOANA: REPULSA ÀS CONVENÇÕES**

A publicação do romance *Perto do Coração Selvagem*, em 1943, marca não apenas a estreia da jovem escritora Clarice Lispector no cenário literário nacional, como também inaugura, ao lado das produções de cânons como João Guimarães Rosa, a chamada “ficção de vanguarda” no Brasil. Se a assim nominada segunda fase do modernismo brasileiro (1930-1945), tão bem representada por autores como Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, trouxe mudanças substanciais no eixo temático da literatura<sup>72</sup>, a terceira fase modernista (1945 – 1960) buscou inovar a

---

<sup>72</sup> As propostas estéticas da segunda fase do modernismo brasileiro difundiram-se pelo país entre as décadas de 1920 e 1930, inaugurando uma literatura eivada de elementos regionais. Característica marcante dessa segunda onda do movimento diz a preocupação do autor em retratar a realidade social e os fatos históricos que o cercavam. Conforme observa Antônio Cândido: “Para esse tipo de romance, a realidade parecia o elemento decisivo. Ele procurava mostrar da maneira mais direta

forma de construção das narrativas.

Conforme observa Antônio Cândido, o advento das ficções de Clarice Lispector e João Guimarães Rosa trouxe novos sopros ao processo de reinvenção da linguagem esboçado pela fase do modernismo brasileiro que lhes antecedeu. Esses dois autores buscaram estabelecer “um equilíbrio novo entre tema e palavra, de modo que a importância de ambos fosse igual”<sup>73</sup>. A ideia era fazer o leitor experimentar o texto não como um farrapo do mundo imitado pelo verbo, mas como uma construção verbal que trazia o mundo em seu bojo<sup>74</sup>.

A literatura clariceana emerge, nesse contexto, sob premissas inovadoras. Sua narrativa dissocia-se de uma perspectiva de centralidade dos fatos, para alinhar-se a um posicionamento mais voltado aos reflexos da palavra na busca da verdade interior<sup>75</sup>. O que faz Clarice Lispector é desconstruir a estrutura cronológica e linear da narrativa “tradicional” em benefício de uma imersão sensorial no espectro da subjetividade de suas personagens.

Essa incursão no domínio íntimo da alma feminina assume especial relevo para o Direito, na medida em que expõe o tecido sócio-jurídico no qual o discurso literário resta inserido. Desvelam-se, com a ficção de Clarice Lispector, os espaços de opressão feminina invisibilizados pela pretensa normalidade da vivência familiar.

Em *Perto do Coração Selvagem*, romance de formação da personagem Joana estruturado a partir do resgate de fragmentos de sua infância e vida adulta,

---

possível o que era a sociedade brasileira, quais eram os problemas e as angústias do homem, com um senso de referência, isto é, uma preocupação dominante em relação ao cenário, à sociedade, aos comportamentos. Por isso, os romancistas da época davam na maioria a impressão de que a linguagem era algo subordinado ao tema.” (CÂNDIDO, Antônio. No começo era de fato o verbo. In: LISPECTOR, Clarice. *A paixão Segundo G.H.*. Ed. crit. org. por Benedito Nunes. Florianópolis: Arquivos da Unesco, 1988. p. XVII-XIX Disponível em: [http://www2.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/liminar/liminar\\_13.pdf](http://www2.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/liminar/liminar_13.pdf). Acesso em: 24 de setembro de 2015)

73 CÂNDIDO, Antônio. No começo era de fato o verbo. In: LISPECTOR, Clarice. *A paixão Segundo G.H.*. Ed. crit. org. por Benedito Nunes. Florianópolis: Arquivos da Unesco, 1988. p. 28. Disponível em: [http://www2.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/liminar/liminar\\_13.pdf](http://www2.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/liminar/liminar_13.pdf). Acesso em: 24 de setembro de 2015).

74 *Idem*, p. 28.

75 Conforme aponta o biógrafo Benjamin Moser, Clarice Lispector produz uma literatura “muito menos interessada no aparato romanesco da trama e personagens do que no processo através do qual a escrita poderia alcançar a verdade interior” (MOSER, Benjamin. *Clarice*,. ed. bolso [ebook]. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013. p. 79).

essa faceta da obra de Clarice Lispector assume maior robustez.

A cena de abertura do livro indica o tom prosaico que marcará toda a narrativa: Joana, ainda criança, impacienta-se com a monotonia do dia e insiste para que o pai lhe arranje alguma atividade. Ocupado com seus afazeres, o pai se exalta e diz à menina para que bata com a cabeça na parede, frase que faz irromper o seu choro silencioso. A passagem tem fim com a reconciliação entre pai e filha num abraço. Resta nítido, nesse ponto, que o destaque da obra clariceana não reside na grandiloquência dos fatos, mas nas minúcias da vida cotidiana.

O resgate das memórias da infância da personagem Joana é marcado pelo traço da ausência. Ausência da mãe Elza, falecida quando a protagonista era ainda muito pequena, e ausência da figura paterna, cuja morte sobrevém logo nos primeiros capítulos da obra. O infortúnio da orfandade conduz Joana à casa dos tios, local onde encontra “severidade e incompreensão”<sup>76</sup>.

O confronto entre o espírito livre de Joana e os valores retrógrados e aprisionadores de sua tia evidencia-se logo em seu primeiro encontro. Recebida pelo abraço corpulento da tia e por suas manifestações chorosas e cheias de consternação, Joana repele-a esbravejando “me deixe!”<sup>77</sup>. Sequencialmente, corre até a praia, local onde o turbilhão sinestésico provocado pelo gosto insosso da saliva da tia, pelo perfume doce que emanava de seus seios e pelo sentimentalismo débil ela lhe dirigia rebenta numa “náusea simultaneamente física e existencial”<sup>78</sup>.

A polarização entre as personalidades antagônicas de Joana e de sua tia intensifica-se no decorrer da narrativa, chegando a tensionamentos limítrofes no capítulo nominado “...O banho...”. Ao ser confrontada pela tia, em razão do flagrante do furto de um livro, Joana demonstra a naturalidade de quem vive alheia aos regramentos e convenções do mundo deontológico:

— Joana... Joana, eu vi...

---

76 FERNANDES, Clarice Cerqueira. Transgressões na obra clariceana: uma leitura de *Perto do Coração Selvagem*. In: *Darandina Revista eletrônica*, v.3,2010, p.2.

77 LISPECTOR, Clarice. *Perto do Coração Selvagem*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 33.

78 FRANCO JUNIOR, Arnaldo. A identidade feminina em Clarice Lispector: Tradição x descentramento. In: *Revista de Letras*, v.44, nº 2, 2004, p. 34.

Joana lançou-lhe um olhar rápido. Continuou silenciosa.  
 — Mas você não diz nada? — não se conteve a tia, a voz chorosa. — Meu Deus, mas o que vai ser de você?  
 — Não se assuste, tia.  
 — Mas uma menina ainda... Você sabe o que fez?  
 — Sei...  
 — Sabe... Sabe a palavra...?  
 — Eu roubei o livro, não é isso?  
 — Mas, Deus me valha! Eu já nem sei o que faça, pois ela ainda confessa!  
 — A senhora me obrigou a confessar.  
 — Você acha que se pode... que se pode roubar?  
 — Bem... talvez não.  
 — Por que então...?  
 — Eu posso.  
 — Você!? — gritou a tia.  
 — Sim, roubei porque quis. Só roubarei quando quiser. Não faz mal nenhum.  
 — Deus me ajude, quando faz mal, Joana?  
 — Quando a gente rouba e tem medo. Eu não estou contente e nem triste.<sup>79</sup>

Ao se posicionar fora do espaço de “normalidade” delimitado pelos *standards* morais e comportamentais do mundo dos adultos, Joana provoca o horror da tia, personagem cujas concepções de mundo encarnam, na expressão de Arnaldo Franco Junior, os “clichês da *vontade da humanidade*”<sup>80</sup>:

[...]  
 Mais tarde, passando pelo quarto da tia, Joana ouviu-a, a voz baixa e entrecortada de respirações. Joana colou o ouvido à porta, naquele lugar onde até já se via a marca de sua cabeça.  
 — Como um pequeno demônio... Eu, com minha idade e minha experiência, depois de ter criado uma filha já casada, fico fria ao lado de Joana... Eu nunca tive esse trabalho com nossa Armanda, que Deus a conserve para o seu marido. Não posso cuidar mais da menina, Alberto, juro... Eu posso tudo, me disse ela depois de roubar... Imagine... Fiquei branca. contei o padre Felício, pedi conselho... Ele tremeu comigo... Ah, impossível continuar! Mesmo aqui em casa, ela é sempre calada, como se não precisasse de ninguém... E quando olha é bem nos olhos, pisando a gente...  
 [...]  
 — É uma víbora fria, Alberto, nela não há amor nem gratidão. Inútil gostar dela, inútil fazer-lhe bem. Eu sinto que essa menina é capaz de matar uma pessoa...<sup>81</sup>

79 LISPECTOR, Clarice, *op. cit.*, pp. 44-45.

80 FRANCO JUNIOR, Arnaldo, *op. cit.* p. 34.

81 LISPECTOR, Clarice, *op. cit.* pp. 45-46.

A simples análise dos argumentos aventados pela tia no intuito de laurear seus próprios méritos como mãe e justificar a transferência da sobrinha a um internato, indica a aproximação dessa “*vontade da humanidade*” aos moldes definidos pela racionalidade patriarcal. A replicação da ideia do matrimônio como linha de chegada do processo de criação das filhas e como instância última de realização pessoal das mulheres trata de explicitar a formulação da condição feminina como “ser-para-o-outro”<sup>82</sup>, incapaz de se auto-realizar.

Essa força adquirida pela instituição do casamento não tem gênese na contemporaneidade; pelo contrário, Simone de Beauvoir é enfática, ainda no fim da primeira metade do século XX, ao indicar que o alvorecer de maiores oportunidades às mulheres nas searas laboral e educacional não logrou romper com o ideário que lhes atribui o matrimônio como principal carreira:

Abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que a dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva<sup>83</sup>

Tal concepção social, aliás, permanece pulsante mais de sessenta e cinco anos depois das teorizações de Beauvoir. Verifique-se, nesse sentido, o teor do recente estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA a respeito da tolerância social à violência contra as mulheres no Brasil. Num universo de 3.810 entrevistados, 78,7% assentiram, de modo total ou parcial, com a afirmação de que “toda mulher sonha em se casar”<sup>84</sup>. O dado é especialmente problemático porque se compatibiliza com o velho ideário patriarcal de que:

a mulher somente pode encontrar a plenitude numa relação estável com um homem, ou, ainda, de que depende de um companheiro que a sustente e, finalmente, de que é mais recatada e possui menos desejos sexuais, não

---

82 Trata-se da ideia de devoção absoluta da mulher ao cuidado dos outros membros da família. (cf. OLIVEIRA, Lígia Ziggiotti de. *op. cit.*, *passim*.)

83 BEAUVOIR, Simone de. *op. cit.*, p. 175.

84 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). *Tolerância Social à Violência contra as mulheres*, p.6. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf). Acesso em 24 de outubro de 2015.



almejando, portanto, uma vida de solteira ou de muitos parceiros.<sup>85</sup>

Os discursos de Joana vêm, a esse propósito, minar com esse conjunto de pré- concepções aprisionantes erigidas em torno do espaço de liberdade e auto-determinação da mulher. O diálogo da menina com a professora denuncia, nesse sentido, o seu profundo desconforto com os *standards* de realização pessoal feminina conformados por uma *ratio* patriarcal:

— O que é que se consegue quando se fica feliz? — sua voz era uma seta clara e fina. A professora olhou para Joana.  
— Repita a pergunta...?  
Silêncio. A professora sorriu arrumando os livros.  
— Pergunte de novo, Joana, eu é que não ouvi.  
— Queria saber: depois que se é feliz o que acontece? O que vem depois? — repetiu a menina com obstinação.  
A mulher encarava-a surpresa.  
— Que ideia! Acho que não sei o que você quer dizer, que ideia! Faça a mesma pergunta com outras palavras...  
— Ser feliz é pra conseguir o quê?  
A professora enrubescou — nunca se sabia dizer por que (sic) ela avermelhava. Notou toda a turma, mandou-a dispensar para o recreio.<sup>86</sup>

O retorno às ideias de Ellen H. Douglass a respeito do mito da *busca feminina*, nesse ponto, parece inevitável. Muitos podem sustentar a irrelevância ou a diminuta influência da literatura nas instâncias de poder atribuidoras de determinados *munus* sociais à mulher; ocorre, no entanto, que os ocupantes desses espaços de poder – jurídicos, políticos e sociais – são pessoas que, já na sua tenra infância, são submetidas a determinados estereótipos tradicionais de gênero, amoldadores daquela visão dualista que opõe homens e mulheres sob insígnias contrastantes<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.6.

<sup>86</sup> LISPECTOR, Clarice. *Op. cit.*, pp. 25-26.

<sup>87</sup> [A patriarchal woman is] a woman who has internalized the norms and values of patriarchy, which can be defined, in short, as any culture that privileges men by promoting traditional gender roles. Traditional gender roles cast men as rational, strong, protective, and decisive; they cast woman as emotional (irrational), weak, nurturing, and submissive. These gender roles have been used very successfully to justify inequities, which still occur today, such as excluding women from equal access to leadership and decision-making positions (in the family as well as in politics, academics, and the corporate world), paying men higher wages than women for doing the same job (if women are even able to obtain the job) and convincing women that they are not fit for careers in such areas as

Lois Tyson indica, a esse propósito, a força dos contos de fadas no processo de (con)formação da subjetividade feminina a determinados rótulos fabricados pela lógica patriarcal. Em *Bela Adormecida*, *Cinderela* e *Branca de Neve e os Sete Anões*, por exemplo, é recorrente a fórmula mitológica da busca feminina: jovens e doces princesas são resgatadas de terríveis situações por homens galantes que lhes conduzem ao altar para viverem “felizes para sempre”<sup>88</sup>. A evidente aproximação do instituto do matrimônio com a ideia de “premiação das boas mulheres” — com a graça da felicidade conjugal eterna — parece surgir como instância preliminar do contínuo processo de dominação masculina.

A própria história da regulamentação do instituto do casamento no cenário jurídico nacional traz a lume a aura de eternidade/ indissolubilidade desses laços. Isso porque, até 1977, ano de promulgação da Emenda Constitucional nº 09/1977<sup>89</sup>, inexistia a previsão do divórcio como causa legal de dissolução da sociedade conjugal<sup>90</sup>. O que havia, até então, era a arcaica figura do “desquite”, ato jurídico por meio do qual se encerrava a sociedade conjugal com separação de corpos e bens, mas mantinha-se o vínculo matrimonial, fato que obstava a celebração de um novo casamento.

O movimento de “gendramento” aqui observado, para seguir a terminologia proposta por Teresa de Lauretis, não se limita apenas à fase pueril; pelo contrário, desenvolve-se por toda a vida da mulher — e, também em grande medida, dos homens<sup>91</sup> — por força da influência dos canais midiáticos, cinematográficos,

mathematics and engineering. (TYSON, Lois. *Critical Theory Today: A User- Friendly Guide*. 3.ed. Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 81)

88 TYSON, Lois. *Critical Theory Today*. op. cit. p. 85.

89 **Art. 1º** - O § 1º do artigo 175 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 175 - .....**

**§ 1º** - O casamento somente poderá ser dissolvido, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos".

**Art. 2º** A separação, de que trata o § 1º do artigo 175 da Constituição, poderá ser de fato, devidamente comprovada em Juízo, e pelo prazo de cinco anos, se for anterior à data desta emenda.

90 A regulamentação do dispositivo constitucional criador do instituto do divórcio foi operada pela Lei nº 6.515/1977.

91 A respeito dos inflexos produzidos pela racionalidade patriarcal na esfera da vida dos homens

literários e afins<sup>92</sup> na implementação e programação de determinadas representações idealizadas de gênero.

Assim é que a psicóloga Maria Helena Fávero observa, a partir de estudo empírico realizado com estudantes de 12 a 18 anos, a presença de fortes elementos patriarcais nas opiniões exaradas pelos adolescentes como reação aos dilemas apresentados pela telenovela juvenil *Malhação*, temporada de 2001.

Na cena que serviu de mote ao debate, Valéria (personagem principal da cena) está grávida de Gui, seu ex- namorado que se encontra envolvido em um novo relacionamento amoroso com Nanda. Valéria, Gui, Nanda e outros personagens da novela estão à beira da piscina. Gui é abordado por Valéria, que lhe pede para passar um filtro solar em suas costas, alegando se tratar de uma recomendação médica. Enquanto Gui atende a solicitação da ex- namorada, é observado por dois grupos: o primeiro, formado por três rapazes que fazem comentários elogiosos sobre a beleza de Valéria, e o segundo, composto por Nanda e sua amiga Solene. Gui, que saíra correndo para se trocar, está sozinho no vestiário, sem camisa, quando Valéria adentra. Ela chega por trás dele, sem que ele se dê conta, e, antes de se deixar notar, tira a parte de cima do biquíni. Então, chama-o pelo nome, ele se vira, ela lhe sugere terminar o que haviam iniciado na piscina minutos antes. Gui expressa surpresa, mas acaba por dirigir-se até Valéria, beijando-a.

As discussões produzidas após a exibição da cena tratam de corroborar a

---

verifique: DOWD, Nancy E. Asking the man question: masculinities analysis and feminist theory. In: *Harvard Journal of Law and Gender*. v.33, nº 2, Summer 2010, pp. 415-430. Disponível em: <http://www.law.harvard.edu/students/orgs/jlg/vol332/415-430.pdf>.)

92 Tratando sobre o tema, Lois Tyson dispõe: "I call myself a patriarchal woman because I was socially programmed, as are most women and men, not to see the ways in which women are oppressed by traditional gender roles. I say that I'm recovering because I learned to recognize and resist that programming. For me, such recognition and resistance will always require effort – I'm recovering rather than recovered – not because I internalized patriarchal programming years ago but because that program continues to assert itself in my world: in movies, television shows, books, magazines, and advertisements as well as in the attitudes of salespeople who think I can't learn to operate a simple machine, repair technicians who I assume I won't know if they've done a shoddy job, and male drivers who believe I'm flattered by sexual offers shouted from passing cars (or worse, who don't give a moment's thought to how I might feel or, worse yet, who hope I feel intimidated só that they can feel powerful). The point here is fairly simple: patriarchy continually exerts forces that undermine women's self- confidence and assertiveness, then points to the absence of these qualities as proof that women are naturally, and therefore correctly, self- effacing and submissive". (TYSON, Lois. *op. cit.*, 2015, p. 82.).

percepção acerca do poder do processo de “gendramento” conduzido pela absorção dos conteúdos midiáticos. Isso resta evidente, a partir das conclusões da pesquisadora no sentido de que:

[...] apesar da maior frequência da verbalização feminina, a análise dos atos de fala indicava: um discurso hegemônico, com predomínio do julgamento moral conservador dos personagens em cena; um discurso polarizado — presente também no contexto da telenovela — nos papéis femininos e masculinos, privilegiando o *status* masculino; *atos da fala* masculinos que desqualificavam a fala feminina e *atos da fala* femininos que validavam as masculinas [...]<sup>93</sup>

Embora sob plataformas distintas, a estratégia patriarcal de condicionamento dos sujeitos à racionalidade própria de sua ideologia, especialmente no espectro da criação de expectativas sociais em torno do papel de cada um dos gêneros, assume formas comuns na literatura e em domínios conexos (e.g. cinema, teledramaturgia e afins). A verificação de que discursos periféricos ao centro nevralgico do Poder — Direito e Política, em essência — podem produzir impactos significativos no modo como se compreendem as relações de gênero na sociedade, eleva a literatura feminista como instância útil e, ousamos dizer, necessária à formação de um jurista sensível às questões e opressões que não lhe tocam diretamente.

É justamente por seduzir o leitor a “realizar a mesma jornada arrebatadora da protagonista”<sup>94</sup>, expondo-o a perspectivas distintas daquela em que resta inserido e, assim, fazendo-o romper com os roteiros heteropatriarcais hegemônicos, que a literatura feminista demonstra seu valor para o mundo do Direito.

---

93 FÁVERO, Maria Helena. *Psicologia de Gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações*. Curitiba: Editora UFPR, 2010, pp. 66-67.

94 ROSENBAUM, Yudith. No território das pulsões. In: *Cadernos da Literatura brasileira*, São Paulo, n. 17-18, 2004, p. 261.

### 3.3. A VÍBORA: TENSÕES ENTRE O ESPÍRITO LIVRE DE JOANA E AS AMARRAS DO PATRIARCADO

O encontro do corpo de Joana com a imensidão do mar rasga a dimensão temporal em fragmentos, fundindo passado e presente num vórtice. Joana imerge no tempo da infância para, num átimo, emergir no tempo da vida adulta<sup>95 96</sup>.

As relações com as pessoas tornavam-se cada vez mais diferentes das relações que mantinha consigo mesma. A doçura da infância desaparecia nos seus últimos traços, alguma fonte estancava para o exterior e o que ela oferecia aos passos dos estranhos era areia incolor e seca. Mas ela caminhava para a frente, sempre para a frente como se anda na praia, o vento alisando o rosto, levando para trás os cabelos<sup>97</sup>

O casamento, dessarte — visto como o “destino inexorável das mulheres de seu tempo”— não tarda a surgir no contexto da trama clariceana. Ao lado de Otávio, homem junto ao qual experimentou as incipientes e contraditórias sensações

---

95 Há quem indique o episódio do banho de Joana na banheira como o momento de ocorrência desse ritual de passagem da infância à vida adulta. Parece-nos, no entanto, que diferem as duas cenas na sua simbologia. Enquanto a cena do mar expressa uma metamorfose existencial, a cena do banho encarna uma transformação mais ligada ao descobrimento do próprio corpo, física, portanto. A esse respeito, verifique-se: ALBUQUERQUE, Lurdes Mara Oliveira de. *A hermenêutica do feminino em Perto do Coração Selvagem*. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

96 Narra a cena do banho: “Imerge na banheira como no mar. Um mundo morno se fecha sobre ela silenciosamente, quietamente. Pequenas bolhas deslizam suaves até se apagarem de encontro ao esmalte. A jovem sente a água pesando sobre seu corpo, para um instante como se lhe tivessem tocado de leve o ombro. Atenta para o que está sentindo, a invasão da maré. Que houve? Torna-se uma criatura séria, de pupilas largas e profundas. Mal respira. O que houve? Os olhos abertos e mudos das coisas continuam brilhando entre os vapores. Sobre o mesmo corpo que adivinhou alegria existe água – água. Não, não... Por quê? Seres nascidos no mundo como água. Agita-se, procura fugir. Tudo – diz devagar como entregando uma coisa, perscrutando-se sem se entender. Tudo. E essa palavra é paz, grave e incompreensível como um ritual. A água cobre seu corpo. Mas o que houve? Murmura baixinho, diz sílabas mornas, fundidas.

[...]

Quando emerge da banheira é uma desconhecida que não sabe o que sentir. Nada a rodeia e ela nada conhece. Está leve e triste, move-se lentamente, sem pressa por muito tempo. O frio corre com os pés gelados pelas suas costas mas ela não quer brincar, encolher o torso ferida, infeliz. Enxuga-se sem amor, humilhada e pobre, envolve-se no roupão como os braços mornos. Fechada dentro de si, não querendo olhar, ah, não querendo olhar, desliza pelo corredor – a longa garganta vermelha e escura por onde afundará no bojo, com tudo. Tudo, tudo, repete misteriosamente. Cerra as janelas do quarto – não ver, não ouvir, não sentir. Na cama silenciosa, flutuante na escuridão, aconchega-se como no ventre perdido e esquece. Tudo é vago, leve e mudo.” (LISPECTOR, Clarice, *op.cit.*, pp. 60-61).

97 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p. 57.

decorrentes do sentimento de amor, Joana busca, sem sucesso, a plenitude e a realização pessoal prometida pela mitologia patriarcal.

Otávio, conforme nos é apresentado pela obra, fora noivo de Lídia, personagem que corporifica o avesso das características de Joana<sup>98</sup>. Enquanto a primeira, de “corpo grosso e firme, como um tronco” e “mãos sólidas e bonitas”<sup>99</sup>, assume o contorno da passividade, nos moldes propugnados pela ideologia patriarcal; a segunda, de “linhas frágeis” e “inconfortáveis”, dotada de uma sensualidade “excessivamente luminosa”<sup>100</sup>, despe-se de todos os papéis sociais que lhe pretendam imobilizar sob determinada categoria (e.g. esposa, mãe e etc).

A figura de Lídia, assim, surge como contraponto à personalidade livre de Joana. As inquietações manifestadas pela personagem coadjuvante durante seu breve noivado com Otávio bem revelam o seu angustiamiento e ansiedade ante a expectativa do matrimônio, o momento simbólico da conjunção entre homem e mulher, com a assunção, por essa última, do papel social de esposa:

Temia os dias, um atrás do outro, sem surpresas, de puro devotamento a um homem. A um homem que disporia de todas as suas forças da mulher para sua própria fogueira, num sacrifício sereno e inconsciente de tudo o que não fosse sua própria personalidade. Era uma falsa revolta, uma tentativa de libertação que vinha sobretudo com muito medo de vitória. Procurava durante alguns dias tomar uma atitude de independência, o que só se realizava com um pouco de sucesso pela manhã, quando acordava, ainda sem ter visto o homem. Bastava a sua presença, apenas pressentida, para toda ela anular-se e ficar à espera.

A força sufocante do casamento, ilustrada pela própria imagem da fogueira que consome as forças femininas para continuar a arder, não se devia apenas à desigual disciplina civil do matrimônio em relação a cada um dos gêneros. Pelo contrário, a disparidade verificada na distribuição de encargos dentro do contexto familiar, conforme sedimentada pelas práticas sociais, também tratava de assumir

---

98 Conforme aponta Lurdes Mara Oliveira de Albuquerque: “Tudo em Lídia esboça movimento e sensação, contrastando com as características de Joana, imobilidade e abstração”. (ALBUQUERQUE, Lurdes Mara Oliveira de, *op. cit.*, p. 97).

99 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p. 83.

100 Idem, p. 84.

contornos de relevo no processo de consolidação daquela perspectiva que atribuía à mulher a qualidade de “ser- para- o- outro”.

Não é preciso grande esforço perscrutador sobre o Código Bevilacqua<sup>101</sup> para identificar o estigma da inferioridade atribuído às mulheres durante a sua vigência. Não bastasse a expressa previsão da *capitis diminutio* da mulher solteira por ocasião do seu matrimônio<sup>102</sup>, o arcaico diploma legislativo encartava inúmeras outras previsões legais voltadas ao regramento da vida da mulher casada no domínio íntimo da vivência familiar. Verifique-se, nesse sentido, o teor do Capítulo III, do Título II, do CC/1916, nominado “Dos Direitos e Deveres da Mulher”.

O artigo que dava abertura ao Capítulo era hialino ao atribuir à esposa o papel de coadjuvação no âmbito do lar. Enquanto à mulher incumbia a função de “companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família”<sup>103</sup> (o espaço interno, privado, familiar); ao homem deferia-se o mundo (o espaço externo, público, social). Plenipotenciário, o marido figurava como chefe da sociedade conjugal<sup>104</sup>, competindo-lhe, nessa posição, não apenas a administração e gestão da família<sup>105</sup>, como também o controle, quase que absoluto, sobre a vida da mulher<sup>106</sup> e dos filhos<sup>107</sup>.

---

101 Lei nº 3.071 de 1º de Janeiro de 1916 (Código Civil de 1916)

102 Art. 6º, CC/16 - São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

[...]

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

[...]

103 Art. 240, CC/16 - A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família (art. 324).

104 Art. 233 CC/16 -O marido é o chefe da sociedade conjugal.

105 No que tange à administração familiar destacam-se as previsões normativas previstas no artigo 233CC/16, a respeito de sua representação legal (inciso I); da administração dos bens comuns e particulares da mulher, que o marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, o do pacto antenupcial (inciso II); o direito de fixar e alterar o domicílio da família (inciso III) e o dever de provimento e manutenção da família (inciso V).

106 Verifique-se nesse sentido a previsão do inciso IV, do artigo 233 CC/16, a respeito do direito do marido de autorizar a profissão da mulher e a residência fora do teto conjugal.

107 Tratando do pátrio poder, dispunha o CC/16:

Art. 379 CC/16 - Os filhos legítimos, os legitimados, os legalmente reconhecidos e os adotivos estão sujeitos ao pátrio poder, enquanto menores.

O artigo 242 CC/16 é ilustrativo desse *status* de supremacia do marido no contexto familiar. Ao exigir da mulher a autorização marital para aceitar ou repudiar herança ou legado<sup>108</sup>; aceitar tutela, curatela ou outro *munus* público<sup>109</sup>; litigar em juízo cível ou comercial<sup>110</sup> ou exercer profissão<sup>111</sup>, o legislador não apenas cerceava aspectos de sua autonomia privada, como também lhe impunha empecilhos ao livre exercício da cidadania.

Essa *ratio* patriarcal, incrustada nos dispositivos do velho Código Civil referentes à situação jurídica da mulher casada, vem sistematizada por Geraldo Tadeu Moreira Monteiro sob quatro grandes grupos taxonômicos<sup>112</sup>:

- 1) os **Direitos conjugais** – diretamente emergentes do vínculo conjugal stricto sensu, ou seja, da relação da esposa com o marido. Nesse caso, a declaração de vontade da mulher é estritamente homologatória e em nada altera a distribuição de poderes na ordem familiar (v.g. Artigo 240 CC/16);
- 2) os **Direitos domésticos** – decorrentes da responsabilidade da mulher – aqui assumida em seus papéis sociais de mãe ou esposa – sobre o lar conjugal e sobre a família. Embora permitam um grau elevado de manifestação da vontade da mulher, na medida em que independem de autorização prévia ou expressa, tais previsões não alteram o (des)equilíbrio na balança de poderes da esfera familiar. (v.g. Artigos 247 e 248, incisos I a IV, CC/16);
- 3) os **Direitos derivados** – exercíveis pelas mulheres mediante a existência de ato ou condição exterior à sua vontade, a exemplo da autorização marital ou da superveniência de um fato objetivo. O grau de manifestação da vontade da mulher, nesse caso, é nulo (v.g. Artigos 242; 245, II; 246 e 251 CC/16);
- 4) os **Direitos próprios** – exercíveis pelas mulheres de modo incondicionado.

---

Art. 380 CC/16 - Durante o casamento, exerce o pátrio poder o marido, como chefe da família (art. 233), e, na falta ou impedimento seu, a mulher

108 Artigo 242, inciso IV, CC/16.

109 Artigo 242, inciso V, CC/16.

110 Artigo 242, inciso VI, CC/16.

111 Artigo 242, inciso VII, CC/16.

112 MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *op. cit.*, pp. 307- 308.



Tratam-se, majoritariamente, de direitos que tocam seu interesse individual e que, por suas características próprias, não admitem ser delegados ou condicionados a outrem. (v.g. Artigo 248, incisos V a VIII).

Ao lado desse feixe de “direitos” emergentes da condição da esposa como “auxiliar do marido nos encargos da família”, Pontes de Miranda acenava para a existência de alguns deveres morais assumidos pela mulher a partir da união matrimonializada. Merece destaque, nesse espectro, o encargo imposto à mulher de “prestar ao marido, serviços obsequiais” durante o casamento<sup>113 114</sup>.

De outra esteira, ganha relevo o peso das definições socioculturais na conformação dos diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres no plano familiar. A pesquisa desenvolvida pela Organização não-governamental Plan International Brasil evidencia, a esse respeito, a abissal discrepância existente, desde a infância, entre as vivências masculina e feminina, especialmente naquilo que concerne à distribuição de tarefas domésticas: enquanto 41% das meninas de 6 a 14 anos cozinham e 65,6% limpam a casa, apenas 11,4% de seus irmãos homens exercem os mesmos encargos<sup>115</sup>.

Essa absoluta assimetria no compromisso de cada um dos gêneros com as

---

113 PONTES DE MIRANDA, F.C., 1892-1979; NERY, Rosa Maria de Andrade (atual.). Tratado de direito privado: Dissolução da sociedade conjugal e eficácia jurídica do casamento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. Tomo VIII, p.207.

114 O caráter odioso desta determinação era de tal modo arraigado no espírito social que, durante muito tempo, relutou parte da doutrina e dos tribunais em aceitar a ocorrência do crime de estupro na constância do casamento. Posicionamentos vinculados à ideia de “justa causa” para a recusa da mulher à prática sexual, no entanto, ainda surgem na *praxis* forense, denotando o forte ranço patriarcal que paira sobre parcela da magistratura brasileira. Verifique-se nesse sentido:

APELAÇÃO CRIMINAL – LESÕES CORPORAIS, ESTUPRO E AMEAÇA – CONDENAÇÃO EM APENAS DOIS DOS CRIMES – INCONFORMISMO DO MP – PRETENSÃO DE QUE A CONDENAÇÃO SE ESTENDA AO CRIME DE ESTUPRO – MARIDO E MULHER – **PROVAS DUVIDOSAS SOBRE A JUSTA CAUSA DA NEGATIVA DO ATO SEXUAL** – CIRCUNSTÂNCIAS PUNIDAS PELOS OUTROS DELITOS – EVENTUALIDADE DA CONSUNÇÃO – RECURSO IMPROVIDO. Sendo a relação sexual (supostamente não consentida) vinculada ao relacionamento marido e mulher e sendo duvidosa a justa causa relativa à negativa do ato sexual e já tendo o cônjuge varão sido condenado pelo crime de lesão corporal e ameaça, surge a eventualidade do princípio da consunção, além de outras circunstâncias que permitem ocasionar a dúvida sobre os atos sexuais não consentidos, mantendo-se a absolvição pelo crime de estupro.”

(Apelação Criminal nº 2010.001432-3, 1ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, Relator: João Batista da Costa Marques, Julgado em 15/04/2010). (*grifo nosso*)

115 PLAN INTERNATIONAL BRASIL. *Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências*. São Paulo: Plan International Brasil, 2015, p. 10.

tarefas do lar acaba por se perpetuar na vida adulta. O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, produzido pela Presidência da República, expõe que enquanto as mulheres maiores de 16 anos dispendem cerca de 20,8 horas semanais na lida doméstica, os homens da mesma faixa etária dedicam apenas 10 horas semanais na realização de tarefas da mesma natureza. Nem há que se aventar, aqui, a alegação rasteira de que a carga horária de trabalho principal masculina compensaria o trabalho doméstico feminino, eis que a mesma pesquisa é clara ao indicar que, em termos absolutos, as mulheres realizam jornadas semanais 4,1 horas mais longas que os homens<sup>116</sup>.

Sob tais condições, não é de se espantar que o Brasil ocupe, contemporaneamente, a 71ª posição no ranking mundial de igualdade de gênero do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), o *Global Gender Gap Report 2014*<sup>117</sup>.

Voltando à narrativa, verifica-se que as expectativas de Lídia em relação ao casamento com Otávio são logo frustradas pela guinada do noivo em direção à Joana, numa decisão ancorada muito mais na segurança proporcionada pela frieza dessa que na existência de um real sentimento de amor entre os cônjuges<sup>118</sup>:

Casariam, ver-se-iam minuto por minuto e que ela fosse pior que ele. E forte, para ensinar-lhe a não ter medo. Nem mesmo o medo de não amar... Ele a queria não para fazer sua vida com ela, mas para que ela lhe permitisse viver. Viver sobre si mesmo, sobre seu passado, sobre as pequenas vilezas que cometera covardemente e a que covardemente continuava unido. Otávio pensava que ao lado de Joana poderia continuar a pecar<sup>119</sup>

A partir de então, Joana via-se casada e ouvia reverberar, mesmo no mais corriqueiro dos diálogos com Otávio, aquele “timbre de recém-casada”<sup>120</sup> – de

---

116 BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. p.21.

117 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Fórum Econômico Mundial. *Global Gender Gap Report 2014*. p.338

118 ALBUQUERQUE, Lurdes Mara Oliveira de, *op. cit.*, p. 90.

119 LISPECTOR, Clarice. *op.cit.*, p. 89.

120 *Idem*, p.67.

“mulher jovem junto de seu homem”<sup>121</sup> – que por tantas vezes escutara em seus tempos de solteira. Essa voz feminina, emanada por uma mulher inominada e de contornos indefinidos, parece surgir na narrativa como o ponto de contato preliminar da protagonista com uma mitologia anti-patriarcal:

[...] O que interessava àquela mulher [da voz]? – indagava-se Joana. Teria um amante...  
– Vive só, a senhora? – perguntou-lhe.  
– Minha irmã mais moça foi ser irmã de caridade. Moro com a outra.  
– Não é triste viver sem um homem na casa? – prosseguiu Joana.  
– Acha? – retrucou a mulher.  
– Estou perguntando se a senhora acha e não eu. Sou casada – ajuntou Joana, tentando dar um ar íntimo à conversa.  
– Ah, eu não acho triste não [...] <sup>122</sup>

A cisão com o mito da essencialidade do homem<sup>123</sup> para a realização pessoal feminina, acenada pela *mulher da voz*, pavimenta as vias de emancipação de Joana com relação à realidade aprisionante do casamento:

Otávio transformava-a [Joana] em alguma coisa que não era ela mas ele mesmo e que Joana recebia por piedade de ambos, porque os dois eram incapazes de se libertar pelo amor, porque aceitava sucumbida ao medo do sofrer, sua incapacidade de conduzir-se além da fronteira da revolta. E também: como ligar-se a um homem senão permitindo que ele a aprisione? Como impedir que ele desenvolva sobre seu corpo e sua alma suas quatro paredes?<sup>124</sup>

O soerguimento de paredes em torno do espaço de liberdade e autodeterminação da mulher não é fenômeno incomum na realidade conjugal. A indevida vinculação do desejo de fusão com o parceiro à ideia de renúncia à autonomia pessoal, pretensamente exigida por um amor dito romântico, acaba por induzir o casal a construir realidades irreais, ou interpretações distorcidas do outro e

---

121 *Ibidem*, p. 67.

122 *Ibidem*, pp. 68-69.

123 Sobre o tema, é imprescindível recorrer aos escritos Simone de Beauvoir a respeito do mito patriarcal que pensa o homem como sujeito e a mulher como o outro: “O homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem. Ela não é senão o que o homem decide que seja” (BEAUVOIR, Simone. *op. cit.* p. 10).

124 LISPECTOR, Clarice, *op.cit.*, p. 27.

da relação, fazendo, por não raras vezes, tabula rasa de suas pré- vivências<sup>125</sup>.

Essa massa unitária produzida pela “absorção” do feminino pelo masculino parece flertar com o mito platônico do andrógino<sup>126</sup>, que vislumbra na junção de corpos do matrimônio a gênese de um ser terceiro, metáfora da família clássica e nuclear. O próprio comando de assunção do apelido do marido pela esposa, previsto na redação original do artigo 240 CC/16<sup>127</sup>, e posteriormente suprimida pelo advento da Lei nº 6.515/77, é sintomático dessa perspectiva alienante do casamento. Joana, nesse sentido, é representativa do mal estar produzido pela vivência à sombra do marido:

Sua presença [a de Otávio], e mais que sua presença: saber que ela existia, deixavam-na sem liberdade. Só raras vezes agora, numa rápida fugida, conseguia sentir. Isso: a culpa era dele. Como não descobrira antes? – perguntou-se vitoriosa. Ele roubava-lhe tudo, tudo<sup>128</sup>

O questionamento posto pela protagonista é deveras relevante para refletir a condição existencial das mulheres de seu tempo: seria realmente possível ligar-se a um homem senão permitindo que ele a aprisionasse?

A resposta a essa pergunta, ao menos em termos jurídicos, parece ser negativa até o ano de 1962, quando da expedição do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/1962), diploma legislativo que afastou a condição de inferioridade da mulher perante o homem, vicejante na sociedade brasileira durante o longo período

---

125 COSTA, Jurandir Freire *apud*. PERLIN, Giovana DalBianco. *Casamentos Contemporâneos: um estudo sobre os impactos da interação família- trabalho na satisfação conjugal*. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília (UNB), Instituto de Psicologia, Brasília, 2006, p. 22.

126 Diz o comediante Aristófanes em “*O Banquete*” que em tempos passados a humanidade era composta por três gêneros: o homem, a mulher e o andrógino, Esses últimos seres, formados por quatro pares de braços e pernas, dois rostos opostos um ao outro na mesma cabeça, dois sexos distintos e dotados de força e vigor terríveis empreenderam, em determinada ocasião, uma escalada aos céus para desafiar os deuses. Zeus e os demais deuses, em represália, decidiram cindir as poderosas criaturas em dois, tornando-as mais fracas. Assim mutilada a natureza, ansiava cada um por sua própria metade, no ímpeto de a ela se unir novamente. (PLATÃO. *O banquete* (o amor, o belo).35 p. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2279](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2279). pp.12-13).

127 Art. 240 CC/16 - A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido [...]

128 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p. 100.

de 462 anos<sup>129</sup>. Não é demais lembrar que a igualdade formal plena entre homens e mulheres, dentro e fora das famílias, somente foi alcançada 28 anos mais tarde com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Assim estruturado sobre bases tão frágeis, o casamento de Joana e Otávio não tardaria a desmoronar. Infelizes, ambos procuram refúgio em amantes: ele, retornando aos braços de Lídia, o “conforto da Ordem”<sup>130</sup>; ela, envolvendo-se com um homem cujo nome e história não lhe despertavam curiosidade<sup>131</sup>.

O jogo com os dados da narrativa, orquestrado por Clarice Lispector, adquire colorido especial ao fazer distinção entre a ignorância da Lei, na traição de Joana, e a transgressão da Lei, no adultério de Otávio. A primeira, furtando-se à determinação dos códigos sociais, subverte a Lei não por sua infração, mas por seu absoluto alheamento em relação a ela. O segundo, por sua vez, limitado pelas fronteiras da Lei e dos códigos comportamentais, é quem realmente demonstra-se capaz de violá-los<sup>132</sup>.

A própria atribuição a Otávio, da profissão de advogado, de homem da Lei, demarca a racionalidade sob a qual ele resta circunscrito. Se ele opera dentro das molduras projetadas pelos *standards* legais e comportamentais, Joana segue sua própria consciência interior, questionando e desafiando as instituições socioculturais nas quais se encontra inserida.

O inconformismo da protagonista com relação às regras postas, ao pré-estabelecido, acaba por lhe atribuir a insígnia de “víbora”<sup>133</sup>. Isso porque, à semelhança de sua mãe Elza<sup>134</sup>, Joana subverte os papéis de gênero que lhes são

---

129 LOBO, Paulo Luiz Neto *apud*. DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 5ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 96.

130 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p.116.

131 *Idem*, p. 179.

132 FERREIRA PINTO, Cristina. Transgressão em Clarice Lispector: Perto do Coração Selvagem. In: GRAMAYCAL *Revista Insular de Filologia*. v.1, 1995, p. 110-111.

133 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, pp.46 e 175.

134 Interessante, a esse propósito, é a passagem em que o pai de Joana rememora a figura de Elza com o amigo Alfredo: “Ela [Elza] não precisava de mim. Nem eu dela, é verdade. Mas vivíamos juntos. [...] Você, como me vê e como me conhece, me acharia o tipo mais simplório perto dela. Imagine então a impressão causada na minha pobre e escassa família: foi como se eu tivesse trazido

impostos pela lógica hierarquizante das instituições socioculturais. Se o mundo esperava que ela germinasse como mulher passiva, marcada por uma subserviência débil ao marido, a passagem do tempo trata logo de mostrar a força e a autonomia de sua personalidade.

Joana não apenas repele a marcha de uma força patriarcal que pretende lhe aprisionar sob o rótulo de “esposa”, como também inverte as expectativas que se colocam sobre seu comportamento como mulher. Longe de se conformar com um espaço de coadjuvação na vida, Joana decide protagonizar o seu próprio destino. Primeiro, fraturando a dominância do homem sobre a mulher no contexto familiar; depois, apropriando-se da posição privilegiada masculina para romper os seus próprios grilhões.

Como se as relações de poder entre os gêneros operassem segundo o princípio dos vasos comunicantes, a assunção de uma posição ativa, “masculina”<sup>135</sup>, por Joana, parece refletir, necessariamente, na subtração de uma parcela do campo de influência de Otávio, que passa a se sentir “inútil e afeminado”<sup>136</sup> em sua presença:

A amargura tomava-o então porque ele não a sentia [Joana] como mulher e sua qualidade de homem tornava-se inútil e ele não podia ser outra coisa senão um homem

Incapaz de eclipsar a luminosidade de Joana com a sombra de sua dominação, Otávio retorna a ex noiva, mulher que lhe permite se colocar numa posição “sexual”, de “homem”<sup>137</sup>. É que Otávio, personificação de uma racionalidade machista, “necessita a presença de um Outro que se subordine, se deixe dominar, para poder construir sua identidade como aquele que domina”<sup>138</sup>.

É precisamente em Lídia que ele vê a condição de possibilidade do equilíbrio

---

para o seu rosado e farto seio [...] o micróbio da varíola, um herege, nem sei o quê...” (*Idem.*, p. 24)

135 Recorde-se, nesse espetro, daquela já criticada proposição dual, apresentada no tópico 2.2 do trabalho, que cinde o mundo masculino e feminino desde as ideias de eu/outro, racionalidade/ sensibilidade, atividade/ passividade, objetividade/ subjetividade, respectivamente.

136 LISPECTOR, Clarice. *op.cit.*, p. 84.

137 FERREIRA PINTO, Cristina. *op. cit.*, p. 111.

138 *Idem*, p. 112.

daquela perspectiva dual que coloca homens e mulheres numa relação de oposição e complementariedade. Passiva e subserviente, Lídia jamais assume o papel de “esposa”, mas tem o “trunfo” de ter conquistado a condição de mãe.

[...] [Lídia] compreendeu que não era pobre, que tinha o que dar a Otávio, que havia um modo de entregar-lhe sua vida, tudo que ela fora... [...] Um filho nasceria. Sim, mas antes que nascesse ela reclamaria seus direitos. “Reclamar seus direitos” parecia-lhe uma frase que dormia desde sempre dentro dela, à espera. À espera de que ela tivesse força. Queria que a criança brotasse entre os pais. E no fundo desejava para si mesma “a pequena família”<sup>139</sup>

Perceba que Lídia fala em termos econômicos, ao se dar conta da gestação diz não ser pobre para, de algum modo, “negociar” com Otávio. Esse “poder de barganha” auferido por Lídia com a gravidez tem lastro no estreitamento da perspectiva que vincula a realização feminina à presença de filhos. Por mais retrógrada que seja, a ideia de que “a mulher só se sente realizada quando tem filhos” foi avalizada, de modo total ou parcial, por 59,5% dos brasileiros já no ano de 2013<sup>140</sup>, número que indica a permanência e estabilidade de uma *ratio* patriarcal na história brasileira.

A maternidade, aliás, parece ter uma força transformadora em Lídia. Não apenas seu corpo se modifica, com o “ventre que já se arredondava”<sup>141</sup>, como também a sua personalidade. A despeito de sua passividade e submissão, Lídia passa a se ver capaz de enfrentar Otávio para reclamar direitos ao seu filho em concepção.

Joana não tarda a descobrir a gravidez de Lídia e seu confronto com a “rival” rende uma primorosa contraposição entre valores: de um lado, a força da tradição e das instituições socioculturais pré- estabelecidas; de outro, os ventos da liberdade e da ideia de autodeterminação dos indivíduos.

Novamente, a inversão de papéis operada pela protagonista confere matizes subversivos à narrativa. Joana não trata Lídia como alguém que tenha “roubado” seu

---

139 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p.121.

140 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), *op. cit.*, p. 7.

141 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p.120.

marido, pelo contrário, ela mesma age como se fosse a transgressora, a amante de seu próprio cônjuge. Isso se dá pelo lugar em que ela se posiciona para falar com a “outra”, longe de representar os papéis de esposa traída transtornada de ciúmes ou de mulher chorosa que espera comiseração, Joana manifesta a frieza que lhe é marcante, exercendo domínio e controle sobre toda a situação:

– É claro que você não pode saber o que é maldade. Então vai ter um filho... – continuou. – Quer Otávio, o pai. É compreensível. [...] Por que não trabalha? Assim não precisaria de Otávio. Não estou disposta a lhe ceder exatamente tudo. Mas me conte antes seu romance com Otávio, me conte como conseguiu que ele voltasse para você. Ou melhor: o que ele pensa de mim. Diga sem medo. Eu o faço muito infeliz?  
– Não sei, não tocamos no seu nome.  
[...]  
– Não é possível... Ele não se libertaria tão facilmente.  
– Mas ele de certo modo detesta você! – gritara Lídia.  
Ah, bem.  
– Você também sente isso? – perguntara Joana. – Sim, sim... Não é ódio somente, apesar de tudo. – A noite de ontem, minha ternura, não importa, no fundo eu sabia que estava só, nem ao menos fui enganada, porque sabia, sabia. – E se fosse medo também?  
– Medo? Não compreendo – surpreendia-se Lídia –, medo de quê?  
– Talvez porque eu seja infeliz, medo de se aproximar. Talvez seja isso: medo de ter que sofrer também...  
– É infeliz? – indagava-se a outra baixo.  
– Mas não se assuste, a infelicidade nada tem a ver com a maldade – rira Joana [...]  
[...]  
– Você gostaria de estar casada –casada de verdade – com ele? – indagou Joana.  
Lídia olhara-a rapidamente, procurava saber se havia sarcasmo na pergunta:  
– Gostaria.  
– Por quê? – surpreendeu-se Joana. – Não vê que nada se ganha com isso? Tudo o que há no casamento você já tem. – Lídia corou, mas eu não tinha malícia, mulher feia e limpa. – Aposto como você passou toda a vida querendo casar.  
Lídia teve um movimento de revolta: era tocada bem na ferida, friamente.  
– Sim. Toda mulher... – assentiu.<sup>142</sup>

A contraposição inicialmente estabelecida entre Joana e Lídia transcende-as, passando a representar, nesse ponto, não mais uma oposição entre sujeitos, mas entre visões de mundo, ideologias. Nesse cenário, Joana surge como potência capaz de minar as estruturas que servem de sustentáculo ao patriarcado, como o casamento, por exemplo:

---

142 *Ibidem*, pp. 137-139.



– Isso vem contra mim. Pois eu não pensava em me casar. O mais engraçado é que ainda tenho a certeza de que não casei... Julgava mais ou menos isso: o casamento é o fim, depois de me casar nada mais poderá acontecer. Imagine: ter sempre uma pessoa do lado, não conhecer a solidão. – Meu Deus! – Não estar consigo mesma nunca, nunca. E ser uma mulher casada, quer dizer, uma pessoa com destino traçado. Daí em diante é só esperar pela morte. Eu pensava: nem a liberdade de ser infeliz se conservava porque se arrasta comigo outra pessoa. Há alguém que sempre a observa, que a perscruta, que a acompanha todos os seus movimentos. E mesmo o cansaço da vida tem certa beleza quando é suportado sozinha e desesperada – Eu pensava. Mas a dois, comendo diariamente o mesmo pão sem sal, assistindo à própria derrota na derrota do outro... Isso sem contar com o peso dos hábitos refletidos nos hábitos do outro, o peso do leito comum, da mesa comum, da vida comum, preparando e ameaçando a morte comum. Eu sempre dizia: nunca.

– Por que casou? – indagava-se Lídia.

– Não sei [...] – Casei certamente porque quis casar. Porque Otávio quis casar comigo. É isso, é isso: descobri: em lugar de pedir pra viver comigo sem casamento, sugeriu-me outra coisa. Aliás, daria no mesmo. E eu estava tonta, Otávio é bonito, não é? Não me lembro mais de nada. – Pausa – Como é que você o quer: com o corpo?

– Sim, com o corpo – balbuciara Lídia.

– É amor.

– E você? – atreveu-se Lídia.

– Não tanto.

– Mas ele me disse o contrário...<sup>143</sup>

É de se observar que Joana desenvolve, através de seu diálogo com Lídia, não apenas uma crítica ferrenha àquela perspectiva que vincula a felicidade feminina à união matrimonializada com um homem – pautada em sua própria experiência frustrada de mulher casada – como também acena, já em 1943, para a possibilidade de conformação de famílias não fundadas no casamento, afastando, ao menos em ficção, o eivo de “ilicitude e imoralidade”<sup>144</sup> que o sistema jurídico clássico impunha sobre essas espécies de união.

Não custa rememorar que o ato-fato jurídico da união estável somente atinge *status* de entidade familiar com o advento da Constituição Federal de 1998, “epílogo de lenta e tormentosa trajetória de discriminação e desconsideração legal”<sup>145</sup>, *in verbis*:

---

143 *Ibidem*, pp. 139-140.

144 MATOS, Ana Carla Harmatiuk. *As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 38.

145 LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Direito Civil: famílias – de acordo com a Emenda Constitucional nº 66/2010 (Divórcio)*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 168.

**Art. 226 CF/88** - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[..]

**§ 3º** Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento

O mero reconhecimento pela previsão constitucional (o normatizado), no entanto, não tem o condão, por si só, de revolucionar a prática social (o praticado). Aliás, sequer o legislador infraconstitucional parece ter compreendido o comando do constituinte naquilo que concerne à atribuição de foros de igualdade entre as uniões matrimonializadas e as não fundadas no casamento. Verifique-se, nesse sentido, a discrepância encartada pelo próprio Código Civil de 2002 na disciplina dos direitos sucessórios do cônjuge sobrevivente (artigos 1.831 a 1.834 CC/02) e do companheiro sobrevivente (artigo 1.790 CC/02). Esse último, por sinal, relegado ao capítulo das disposições gerais da sucessão em geral, como se família não fosse.

Esse conjunto de provocações que Clarice Lispector corajosamente apresenta a seus leitores na sufocante atmosfera patriarcal da década de 1940 bem demonstra a força oxigenadora de sua literatura. Ao escancarar às mulheres de seu tempo e, porque não, também, às mulheres da contemporaneidade, que os papéis sociais que se lhes impõe nada tem de neutro e imparcial, as ficções clariceanas abrem horizontes emancipatórios.

### 3.4. A VIAGEM: RUMO A UMA VIVÊNCIA LIVRE

É no confronto com Lídia que Joana percebe que não necessita de Otávio para lhe amparar a vivência. Aliás, jamais necessitou, “pois seu corpo nunca precisara de ninguém, era livre”<sup>146</sup>.

Essa descoberta da liberdade que tinha sobre o próprio corpo não ocorre num átimo, é um processo lento, gradual, fruto das inúmeras descargas de *self-consciousness* produzidas em Joana pelo influxo de suas epifanias<sup>147</sup>. O ponto decisivo dessa tomada de consciência, no entanto, parece residir na cena em que ela, verdadeiramente, encontra Otávio:

Mas a libertação veio e Joana tremeu ao seu impulso... Porque, branda e doce como um amanhecer num bosque, nasceu a inspiração... Então ela inventou o que deveria dizer. Os olhos fechados, entregue, disse baixinho palavras nascidas naquele instante, nunca antes ouvidas por alguém, ainda tenras da criação – brotos novos e frágeis. Eram menos que palavras, apenas sílabas soltas, sem sentido, mornas, que fluíam e se entrecruzavam, fecundavam-se, renasciam num só ser para desmembrarem-se em seguida, respirando, respirando...

Seus olhos se umedeceram de alegria suave e de gratidão. Falara... As palavras vindas de antes da linguagem, da fonte, da própria fonte. Aproximou-se dele, entregando-lhe a alma e sentindo-se no entanto plena como se tivesse sorvido um mundo. Ela era como uma mulher.<sup>148</sup>

É no instante em que se coloca no tempo anterior à linguagem, que Joana, pela primeira vez, sente-se mulher. É que, liberta dos significados que aprisionavam os espaços de potencialidade dos significantes, Joana passa a habitar um mundo principiológico, onde o vocábulo “mulher”, emanado diretamente da “fonte”, não

---

146 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p. 182

147 A epifania, tomada como o momento súbito de tomada de consciência dos personagens acerca de suas condições existenciais, parece surgir nas obras de Clarice como o momento de ebulição das tensões entre o mundo interno e externo dos personagens. De modo mais técnico, define Olga de Sá: “É um instante existencial, em quem as personagens clariceanas jogam seus destinos, evidenciando-se por uma súbita revelação interior que dura um segundo fugaz como a iluminação instantânea de um farol nas trevas e que, por isso mesmo, recusa-se ser apreendida pela palavra. Esse momento privilegiado não precisa ser excepcional ou chocante; basta que seja revelador, definitivo, determinante. Atinge a escritora o anelo de todo ficcionista: o momento da lucidez plena, em que o ser descortina a realidade íntima das coisas e de si próprio”. (SÁ, Olga de, *apud*. COQUEIRO Wilma dos Santos; SEGATO, Maiara Cristina. A identidade existencial feminina no conto “A imitação da rosa” de Clarice Lispector. In: *Intertextos* (UFTM, Qualis B4), vol. 5, n. 1, p. 5, 2012).

148 LISPECTOR, Clarice. *op. cit.*, p. 129.

reporta automaticamente às concepções de “esposa”, de “mãe” ou de “outro”. Mulher, nesse mundo, quer dizer apenas mulher.

É assim independente e autônoma, que Joana decide deixar Otávio<sup>149</sup>. Não sem antes de lhe pedir a única coisa que não poderia obter sozinha na vida: um filho<sup>150</sup>:

Então, de novo consciente da sala, do homem e de si mesma, suas próprias chamadas cresceram um pouco, ela soube que deveria prosseguir logicamente, que o homem esperava uma continuação. Procurou um aviso, um pedido, a palavra certa:

– Tenho a impressão de que você só veio para me dar um filho – disse e só agora tivera oportunidade de cumprir a promessa feita a Lídia. Mesmo continuar a querer o filho seria ligar-se ao futuro.

Otávio fitou-a um instante assustado, sem ternura.

– Mas – murmurou ele depois de um tempo e sua voz era hesitante, tímida e rouca –, mas você não acha que tudo está quase terminado entre nós? E quase desde o princípio... – aventurou.

– Só terminará quando eu tiver um filho – repetiu ela vaga, obstinada.

[...]

– Talvez um pouco forçada a ideia, não? – perguntou com ironia.

Ela não a notou:

– O que houve entre nós por si só não basta. Se eu ainda não lhe dei tudo, talvez você me procure um dia ou eu sinta sua falta. Enquanto que depois de um filho nada nos restará senão a separação.

– E o filho? – indagou ele. – Qual será o papel do pobre em todo este sábio arranjo?

– Oh, ele viverá – respondeu.

– Só isso? – tentou ele o sarcasmo.

– Que é que se pode fazer além disso? Lançou ela no ar a pergunta, de leve, em aguardar resposta.

Otávio, julgando-a à espera, apesar da timidez e da raiva em obedecer-lhe, concluiu hesitante:

– Ser feliz, por exemplo.

Com seu modo particular de perceber o mundo, Joana transcende a moral e os códigos sociais de seu tempo. Alheia aos binômios que insistem em categorizar os elementos da realidade sob as insígnias de moral/ imoral, legal/ ilegal, lícito/ ilícito, Joana passa a viver sua própria realidade, não manifestando, desse modo, qualquer estranheza com a sugestão dada a Otávio de conduzir uma gestação independente, sem a sua presença.

A sugestão, evidentemente, é rechaçada por Otávio, que a acusa de ser

---

149 *Ibidem*, p. 101.

150 *Ibidem*, p. 146

“infame”, “vil”, uma verdadeira “víbora”<sup>151</sup>. Diante da negativa do (ex-) marido ao seu pedido, não restam outras alternativas a Joana senão o mergulho introspectivo em seus domínios mais íntimos, uma verdadeira viagem em sentido centrípeto ao centro de seu próprio corpo.

A simbologia dessa “viagem” é extremamente forte: ao adensar em Joana a liberdade que residia em seu corpo, a narrativa aproxima-a de uma reconciliação com a sua própria feminilidade<sup>152</sup>, colocando em risco a manutenção das estruturas socioculturais androcêntricas que sustentavam o mundo que lhe exteriorizava.

A aproximação de Joana, mesmo que por um instante, dessa zona limítrofe de ruptura total com o patriarcado e de (re)conciliação com uma perspectiva vinculada às experiências e à subjetividade feminina, corporifica a latência de um *turnover* na racionalidade patriarcal que vigia, e continua vigendo, na sociedade brasileira.

Nem se intente cogitar o aprisionamento da literatura de Clarice Lispector no contexto sociocultural da década de 1940 por meio do ferrolho da “anacronia”. O avanço de pautas cada vez mais conservadoras nas casas legislativas brasileiras, verdadeiras cruzadas contra direitos fundamentais capitaneadas por parlamentares em nome da fé e dos costumes, não deixa margem para dúvidas sobre a atualidade das questões pontuadas por Clarice Lispector em suas obras e sobre o porquê necessitamos da voz do feminismo na arena pública.

O Estatuto das Famílias (Projeto de Lei nº 6.583/2013), apresentado na Câmara dos Deputados pelo parlamentar Anderson Ferreira, é significativo dessa onda de retrocessos no Brasil. Ao limitar a entidade familiar à “união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável”<sup>153</sup> ao mesmo tempo em que brada o direito de as famílias viverem num ambiente livre de violência<sup>154</sup>, o

---

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 175.

<sup>152</sup> ALBUQUERQUE, Lurdes Mara Oliveira de. *op. cit.* p. 104.

<sup>153</sup> Artigo 2º, PL 6.583/2013 - Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre **um homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

<sup>154</sup> Artigo 7º, PL 6.583/2013 - Todas as famílias têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social enquanto núcleo

legislador parece incorrer em evidente contradição. Afinal, existiria violência maior contra as entidades familiares que excluí-las do mundo jurídico sob o manto da invisibilidade?

É em meio à penumbra criada por esse conservadorismo em ascensão que a Literatura (feminista) erige-se como instância fundamental à sociedade, não apenas para a compreensão daquele plexo de opressões que não lhe toca diretamente como também para o desenvolvimento de uma racionalidade empática no processo decisório. Tudo isso em respeito às diferenças fundamentais que se colocam nas vivências de cada cidadão, tomado em sua singularidade.

## 4. HORIZONTES EMANCIPATÓRIOS DA LITERATURA NO DIREITO

Many stories matter. Stories have been used to dispossess and to malign. But stories can also be used to empower, and to humanize. Stories can break the dignity of a people. But stories can also repair that broken dignity.

- Chimamanda Ngozi Adichie

### 4.1. HOMENS A JULGAR MULHERES: POR UMA RACIONALIDADE EMPÁTICA

Conforme exposto no prelúdio deste trabalho, um dos pontos sensíveis aos discursos jurídico e literário diz respeito ao silenciamento da voz feminina nas instâncias de poder. A predominância masculina nos espaços de destaque da literatura<sup>155</sup>, da política<sup>156</sup> e da judicatura – apenas para circunscrever os campos sobre os quais se volta o presente estudo – tende a eclipsar ou conferir menor relevância às questões que afligem as mulheres.

Particularmente em relação ao Poder Judiciário, verifica-se um avanço lento da participação feminina. Em um retrospecto histórico, Maria Tereza Sadek vê o percentual de mulheres na magistratura avançar com timidez: de 2,3%, no final da década de 1960, para 8%, no fim da década de 1970, passando para 11%, em 1993, para, enfim, atingir 22,4% em 2005<sup>157</sup>. Contemporaneamente, conforme indicam os dados do último Censo do CNJ, as mulheres representam 35,9% do corpo de

---

155 Essa dominância masculina na esfera literária parece se traduzir em seu circuito de premiações. Verifique-se, assim, que o Prêmio Nobel de Literatura laureou somente 14 escritoras mulheres durante os seus 114 anos de existência (cf. [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/literature/laureates/](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/literature/laureates/)). O Prêmio Pulitzer para a ficção contemplou 17 mulheres, num universo de 61 títulos entregues desde a sua criação (cf. <http://www.pulitzer.org/bycat/Fiction>). No cenário lusófono pouco muda, também. O prêmio Camões de Literatura, concedido às melhores obras em língua portuguesa desde 1989, somente contemplou 5 mulheres em sua história (cf. <https://www.bn.br/biblioteca-nacional/premios-literarios/premio-camoes>). A própria composição da Academia Brasileira de Letras (ABL) evidencia o *locus* periférico atribuído às mulheres escritoras: num plexo de 288 intelectuais nominados “imortais” pela ABL, somente 8 eram do sexo feminino (cf. <http://www.literatura-brasileira.com/2015/05/desafio-mulheres-na-academia-brasileira.html>).

156 Verifique-se os dados produzidos pela Inter-Parliamentary Union (IPU), citada na nota de rodapé nº 9.

157 SADEK, Maria Tereza, *et. al.* *O múltiplo Judiciário: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 131

magistrados do país<sup>158</sup>. Apesar desse incremento no número de mulheres na magistratura brasileira, o acesso às Altas Cortes nacionais ainda encontra-se cheio de empecilhos. O Supremo Tribunal Federal (STF) teve sua primeira Ministra<sup>159</sup> somente no ano 2000, 110 anos após a sua criação. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua vez, recebeu sua primeira Ministra em 1999<sup>160</sup>, 26 anos depois de sua instalação. Os demais Tribunais Superiores, de igual modo, tardaram a acolher suas primeiras julgadoras: o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), criado em 1932, viu uma mulher ascender a uma de suas cadeiras em 2001<sup>161</sup>; o Superior Tribunal Militar, instituído em 1934, somente teve uma mulher em seu quadro de ministros no ano de 2007<sup>162</sup>; por fim, o Tribunal Superior do Trabalho, órgão máximo do ramo da Justiça brasileira tradicionalmente mais aberto ao acesso das magistradas, recebeu sua primeira Ministra em 1990<sup>163</sup>, sendo o segundo da mesma estatura hierárquica no mundo a fazê-lo.

Diante desse quadro, em que os homens dominam o poder de dizer o direito (*iurisdictio*), parece sintomático que as pautas femininas sejam obscurecidas por uma racionalidade masculina. Nem tanto pela persistência de um ideário machista no Poder Judiciário – o qual, evidentemente, não se nega a existência – mas pela própria miopia dos julgadores e julgadoras quanto às diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres na cotidianidade.

Não se trata, aqui, de um retorno ao velho estereótipo de gênero que atribui às mulheres o caráter da sensibilidade em oposição à racionalidade masculina – como se sua atuação profissional fosse uma extensão da esfera social, onde esses

---

158 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Censo do Poder Judiciário 2013 – Relatório Completo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2015.)

159 Ministra Ellen Gracie Northfleet, nomeada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000.

160 Ministra Eliana Calmon Alves, nomeada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1999.

161 Ministra Ellen Gracie Northfleet, eleita Ministra Substituta do TSE em 2001.

162 Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, nomeada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2007.

163 Ministra Cnéa Cimini Moreira, nomeada pelo Presidente José Sarney em 1990.



critérios classificatórios ainda persistem – mas sim do desenvolvimento de operadores do direito conscientes da exclusão e opressão experimentadas por aquelas pessoas que não se assemelham a sua própria imagem ou à figura de seus pares (*The people who are not us or ours*).

É que incumbindo a um mesmo juiz julgar “Otávios”, “Lídias” e “Joanas”, o cultivo de uma racionalidade capaz de perceber a “semelhante característica humana presente em cada indivíduo”<sup>164</sup> e de, ao mesmo tempo, fazer respeitar as diferenças que se colocam nas vivências das minorias – dedicando assim, uma especial atenção às necessidades que se lhes impõe como tais – é medida absolutamente necessária para a concretização de uma Justiça mais humanizada e materialmente equânime.

Esse apelo à empatia – assim compreendida como o movimento de se colocar na posição do outro para enxergar as necessidades e dificuldades que o tocam – assume interessantes delineamentos a partir de Martha Nussbaum. Em “*Justicia Poética*”<sup>165</sup>, a filósofa estadunidense dedica-se a construir uma conexão teórica entre os discursos jurídico e literário capaz de aproximar a *práxis* do Direito à realidade social. Sua tese central, nesse sentido, gravita em torno da ideia de que a leitura de determinadas obras literárias pelo juiz, não apenas o inseriria dentro de um modelo democrático, como também lhe deferiria ferramentas importantíssimas para o aperfeiçoamento de seu ofício<sup>166</sup>.

A opção pela Literatura (e não pela música ou pelo cinema<sup>167</sup>) como instrumento de mediação entre essas duas arenas justificar-se-ia pelo valor de

---

164 FACHIN, Melina Girardi; CORRÊA, Rafael. Direito e Literatura: O discurso literário como proposta pedagógica do saber jurídico. In: TRINDADE, André Karam (org.), *et. al. Direito & Literatura*. Discurso, Imaginário e Normatividade. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2010, p. 380.

165 Tradução para o espanhol da obra original intitulada “*Poetic Justice*”.

166 BERNAL, Andrés Botero. ¿La Lectura Literaria Forma Buenos Jueces? Análisis Crítico de La Obra “*Justicia Poética*”. *Revista In Jure Anáhuac Mayab* [online]. 2014, ano 3, n.º 5. p. 35.

167 “La contribución de la música es por naturaleza etérea e indeterminada, de manera que limita su papel en la deliberación pública. En cuanto al cine, la crítica reciente nos ha demostrado convincentemente que algunas películas tienen el potencial para realizar contribuciones similares a las que yo atribuyo a las novelas. [...] Pero no soy reacia a admitir que el cine también puede hacer similares aportaciones a la vida pública.” (NUSSBAUM, Martha. *op. cit.*, p. 31).

formação que a autora lhe atribui. Ao “convidar o leitor a se colocar no lugar de pessoas diversas e a adquirir as suas experiências”<sup>168 169</sup>, a leitura viabilizaria uma educação humanista e cosmopolita que não apenas facilitaria a convivência nas sociedades plurais contemporâneas como também permitiria, a longo prazo, a melhor realização do ideal democrático<sup>170</sup>.

O atributo diferencial da Literatura, quando comparada a outras manifestações artísticas, reside, em Nussbaum, na sua capacidade única de “tocar” os leitores:

A boa literatura é perturbadora [...] Como suscita emoções poderosas, desconcerta e intriga. Inspira desconfiança pelo sentimentalismo convencional e provoca uma confrontação a princípio dolorosa com nossos pensamentos e intenções. [...] As obras literárias que promovem a identificação e a reação emocional derrubam essas estratégias de autoproteção, obrigam-nos a ver de perto muitas coisas que podem ser dolorosas de enfrentar, e tornam esse mesmo processo digerível, na medida em que nos brinda com prazer [da leitura] nesse ato mesmo de enfrentamento<sup>171 172</sup>.

Assentada a “imaginação literária” como plataforma de transformação da racionalidade pública, uma primeira filtragem se impõe: que tipo(s) de obra(s) ou gênero(s) literário(s), afinal, daria(m) lastro a essa “formação moral” dos operadores do direito? A resposta a esse questionamento, para Nussbaum, recai sobre a figura do romance, “forma viva de ficção que, além de servir de eixo da reflexão moral, goza de grande popularidade” no contexto em que ela se insere, qual seja, o

---

<sup>168</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>169</sup> Tradução livre para: “las obras literárias invitan a los lectores a ponerse en el lugar de personas muy diversas y a adquirir sus experiencias”.

<sup>170</sup> BERNAL, Andrés Botero. *op. cit.* p. 38.

<sup>171</sup> NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 30

<sup>172</sup> Tradução livre para: “[...] la buena literatura es perturbadora. [...] Como suscita emociones poderosas, desconcierta e intriga. Inspira desconfianza por la sensiblería convencional, y provoca una confrontación a menudo dolorosa com nuestros pensamientos e intenciones. [...] Las obras literarias que promueven la identificación y la reacción emocional derriban esas estrategias de autoprotección, nos obligan a ver de cerca muchas cosas que pueden ser dolorosas de enfrentar, y vuelven digerible este proceso al brindarnos placer en el acto mismo del enfrentamiento”.

estadunidense<sup>173 174</sup>. A escolha desse gênero narrativo não é randômica ou arbitrária, pelo contrário, legitimar-se-ia pela imersão profunda que o romance realiza no mundo interior dos personagens e pelo valor que confere à significação complexa atribuída pelos seres humanos às suas próprias vidas<sup>175</sup>.

Superada essa primeira escolha, um novo afunilamento se estabelece de modo a erigir o realismo angloamericano – representado pelo romance social “*Hard Times*”<sup>176</sup> de Charles Dickens – como “paradigma” ao processo de formação moral dos magistrados. Nussbaum vislumbra no retrato dickensiano da sociedade não apenas um apelo à compaixão<sup>177</sup>, sentimento comumente obscurecido pelas perspectivas economicistas e utilitaristas, como também “valiosas intuições acerca do poder da imaginação na política”<sup>178 179</sup>.

Com isso, não pretende a autora subverter a racionalidade política, mas tão somente ventilá-la com perspectivas mais atentas às assimetrias existentes entre as pessoas que se colocam nos centros de poder e aquelas que são subjugadas à periferia<sup>180</sup>. Embora o enfoque de Nussbaum seja outro, não parecem existir óbices ao transplante desse senso empático e compassivo, propiciado por uma racionalidade literária, também para o âmbito das relações de gênero. É dizer, usar a

---

173 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 31.

174 Tradução livre para: “[...] forma viva de ficción que, además de servir de eje da reflexión moral, goza de gran popularidad em nuestra cultura”.

175 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 60.

176 Traduzido para a língua portuguesa como *Tempos Difíceis*.

177 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 36.

178 *Idem.* p. 36.

179 Tradução livre para: “[...] valiosas intuiciones acerca del poder de la imaginación em la política [...]”.

180 “La imaginación literaria es parte de la racionalidad pública, pero no el todo. Y creo que sería extremadamente peligroso sugerir que el razonamiento moral regido por reglas sea reemplazado por la imaginación empática... Defiendo la imaginación literaria precisamente porque me parece un ingrediente esencial de una postura ética que nos insta a interesarnos en el bienestar de las personas cuyas vidas están tan distantes de la nuestra. Esta postura ética deja amplio margen para las reglas y los procedimientos formales, incluidos los procedimientos inspirados por la economía” (NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 18).

plataforma da literatura para expor e sensibilizar homens e mulheres das condições de opressão experimentadas por essas últimas em suas vivências cotidianas.

É precisamente no imobilismo causado pela estreiteza da eleição de um único movimento literário como manifestação artística verdadeiramente capaz de despertar nos leitores o sentimento de compaixão pelo diverso é que assentamos, ao lado de Andrés Bótero Bernal, a primeira crítica à proposta teórica de Nussbaum. É certo que as produções realistas angloamericanas são dotadas de atributos extremamente fecundos para a fundamentação de uma crítica ao avanço de abordagens utilitaristas, bem como para a compreensão das diferenças e peculiaridades que se estabelecem entre os seres humanos. Mas apenas isso não basta para elevá-la à condição de “*standard* moral”, na medida em que essa aproximação não dá conta dos inúmeros matizes políticos, sociais e econômicos que diferenciam os complexos quadros culturais do mundo.

Note-se, que a despeito do potencial transformador atribuído por Nussbaum ao realismo angloamericano, outras formas literárias, a exemplo do realismo fantástico latino-americano e do modernismo brasileiro de 1945, parecem possuir elementos tão ou mais ricos ao desenvolvimento de uma racionalidade empática quanto “*Hard Times*” de Charles Dickens.

O enveredamento no campo dessas discussões – a da efetiva capacidade da Literatura transformar a realidade social e, na hipótese de se aceitar a primeira premissa, a do tipo/gênero literário mais fecundo ao desenvolvimento dessa percepção empática das diferenças – remete às teorizações marxistas sobre o *locus* da cultura na sociedade.

Conforme leciona o crítico literário Terry Eagleton, do conjunto de “forças” e “relações de produção” que compõem a estrutura de uma sociedade (a “infraestrutura”, a “base econômica”) erige-se um domínio “superestrutural” cujo fim destina-se a legitimar o poder da classe social dominante, detentora dos meios de produção. O campo superestrutural alberga, assim, não apenas as instâncias jurídico- políticas da sociedade, como também aquela forma de consciência social

que o pensamento marxista denomina “ideologia”<sup>181</sup>.

A literatura exsurge, nesse cenário, como um fenômeno complexo pertencente à superestrutura social. Se por um lado, a literatura mantém relação com a maneira dominante de ver o mundo, de outro, ela não pode ser vista meramente como reflexo passivo da base econômica<sup>182</sup>.

A concepção da arte como uma manifestação vinculada a uma determinada compreensão ideológica de mundo, traduziu-se na teoria marxista sob duas posições extremas e opostas. A primeira delas, abraçada pela corrente do “marxismo vulgar” vislumbra a obra literária como o mero reflexo das ideologias dominantes de uma época<sup>183</sup>. A segunda delas, nominada de “arte autêntica”, lança os olhos para aquelas obras literárias que desafiam e transcendem os limites ideológicos de um período<sup>184</sup>.

Contra essas percepções reducionistas da arte, insurge-se Louis Althusser, que passa a sustentar não uma compreensão assimilacionista da arte pela ideologia, mas a existência de uma relação entre essas duas searas. Conforme pontua Terry Eagleton, “a arte encontra-se imersa em ideologia, mas também consegue se distanciar dela, a ponto de nos permitir “sentir” e “observar” a ideologia de onde ela surge”<sup>185</sup>. É por esse movimento de distanciamento que a literatura abre brechas para a construção de um conhecimento verdadeiramente científico, capaz de trazer aportes significativos para a mudança da realidade social:

A diferença entre a ciência e a arte não é que elas lidam com objetos de estudo diferentes, mas que lidam com os mesmos objetos de modo diferente. A ciência nos fornece conhecimento conceitual de uma situação; a arte nos proporciona a experiência dessa situação, que é equivalente à ideologia. Mas ao fazer isso, ela nos permite “ver” a natureza dessa ideologia e, assim, começa a nos conduzir ao entendimento completo da

---

181 EAGLETON, Terry. *Marxismo e Crítica Literária*. Trad. Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 18.

182 *Idem*, p. 21.

183 *Idem*, p. 37

184 *Idem*, p. 38.

185 *Idem*, p. 39.

ideologia, que é o conhecimento científico<sup>186</sup>.

Diante dessa percepção de que a arte pode fazer os leitores experimentarem determinadas situações e enxergarem a natureza da ideologia que paira sobre as suas vivências concretas, faz-se mister enfrentar a questão atinente à escolha da obra literária “mais apta” ao florescimento de uma percepção empática da realidade.

Enveredar sobre essa temática implica perpassar, ao menos superficialmente, sobre as discussões marxistas a respeito da necessidade de engajamento da arte com as causas proletárias, ou, transplantando-se essas teorizações ao objeto deste estudo, o engajamento da literatura com as causas feministas.

Conforme pontua Adriana Facina, ao romper com a valorização idealista da cultura – que a reduzia a uma dimensão superestrutural dependente e determinada pela história material – para vislumbrá-la como espelho da base econômica, o materialismo mecânico inaugura a chamada “teoria reflexionista”, que pensa a arte sob três abordagens centrais: a) como reflexo imediato do mundo objetivo; b) como reflexo das formas constitutivas do mundo (aquilo que está por detrás das aparências) ou c) como reflexo da percepção de mundo do artista<sup>187</sup>.

Afastadas a primeira e a terceira vertentes pelos respectivos objetivismo e subjetivismo exacerbados, debruçou-se o debate teórico sobre o desenvolvimento daquela perspectiva que vislumbrava a arte como reflexo da realidade subjacente ao mundo das aparências. Se de um lado György Lukács defendia o assentamento da “boa literatura realista” do século XIX como mecanismo de desvelo das contradições da sociedade capitalista; de outro, Bertolt Brecht rejeitava a eleição prévia de uma forma literária específica para os mesmos fins, na medida em que a identificava como produto de um momento histórico determinado<sup>188</sup>.

Tais construções teóricas complexificam a teoria do reflexo, na medida em que problematizam o vínculo estrutura/superestrutura da sociedade para reconhecer,

---

186 *Ibidem*, p. 39.

187 FACINA, Adriana. *Literatura & Sociedade* (1971). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 19.

188 *Idem*, pp. 21-22.

cada vez mais, a possibilidade de uma atuação autônoma da superestrutura. A literatura aparece, nesse cenário, como um constructo dotado de um potencial transformador, inserido no curso do processo histórico<sup>189</sup>.

O refinamento dessas abordagens chega, na modernidade, na forma de três modelos amplos de aproximação entre arte e sociedade. A primeira delas vislumbra a arte a partir dos dados apreendidos pelo senso estético/ psicológico de seus receptores, tomando as condições sociais como meras interferências que modificam o movimento, mais ou menos constante, da cultura humana<sup>190</sup>. A segunda pretende identificar os fatos e estruturas básicas de uma dada sociedade ou período que são refletidos, de modo mais ou menos direto, nas produções artísticas concretas<sup>191</sup>. A terceira, por fim, propõe a modificação ou substituição da ideia de reflexo pelo conceito de “mediação”, um processo ativo por meio do qual o interlocutor recebe e transforma o conteúdo original transmitido pelo locutor.

Esse último modelo, o da mediação, pode ocorrer sob três formas distintas: a) a mediação por projeção, através da qual o objeto social sujeito à crítica é projetado, em seus traços essenciais, na expressão artística; b) a mediação pela descoberta de um “correlato objetivo”, por meio da qual a arte reproduz, de modo artificial, as situações sociais responsáveis pelo desencadeamento dos sentimentos subjetivos ou concretos dos quais se originaram o impulso para a composição e c) a mediação como função dos processos sociais básicos de consciência, pelo qual a arte cristaliza imagens da realidade social que, de outro modo, não seriam captados diretamente<sup>192</sup>.

A própria ideia da mediação como ponto de articulação entre arte e sociedade parece indicar o equívoco de Nussbaum na eleição de um único movimento literário como ponto de partida para o desenvolvimento de seu projeto de

---

189 *Idem*, p. 22.

190 WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 21.

191 *Idem*, p. 23.

192 *Idem*, pp. 23-24.

sensibilização moral dos operadores do Direito. O realismo de Dickens de fato pode contribuir para o vislumbre e o enfrentamento crítico das condições de exploração dos trabalhadores de Coketown, por exemplo, mas parece-nos, por outro lado, que quando a temática volta-se aos dramas existenciais experimentados pelas mulheres em suas vivências cotidianas, o modernismo de Virgínia Woolf, Katherine Mansfield e Clarice Lispector, apenas para citar algumas representantes de correntes literárias diversas daquela eleita pela filósofa estadunidense, parece oferecer uma base muito mais sólida ao desenvolvimento de uma postura crítica da literatura em face do discurso jurídico.

Transposta essa primeira observação, faz-se mister indicar o plexo de argumentos erigidos por Nussbaum para explicar como e em que medida a literatura pode auxiliar na formação de juízes mais preparados para lidar com a diversidade do mundo. A primeira dessas premissas diz respeito à melhora na compreensão dos fatos trazidos a Juízo pelas partes. Quer dizer, ao afinar a capacidade hermenêutica do magistrado-leitor, a literatura permite o desentranhamento daquelas perspectivas que se colocam mais além da superficialidade dos fatos *sub judice*<sup>193</sup>. Embora não decorra propriamente do diálogo do Direito com a Literatura, pode-se tomar a recepção do instituto dos alimentos compensatórios<sup>194</sup> pela jurisprudência pátria como exemplo fundamental de uma postura empática dos julgadores com relação àqueles elementos que subjazem à crueza dos fatos retratados pelas peças judiciais.

A segunda premissa diz com o poder igualador do discurso literário. Ao colocar o magistrado-leitor em contato com personagens de origens e histórias

---

193 BERNAL, Andrés Botero. *op. cit.* p. 44.

194 Conforme pontua Rolf Madaleno: “O propósito da pensão compensatória está em indenizar por algum tempo ou não, o desequilíbrio econômico causado pela brusca perda da padronagem socioeconômica do cônjuge desprovido de maiores riquezas materiais, sem que se busque igualar economicamente aqueles que foram casados, mas justamente em sentido contrário, a pensão compensatória procura reduzir os efeitos deletérios causados pela repentina indigência social causada pela ausência de recursos e de ingressos até então mantidos pelo parceiro conjugal, e que deixariam de aportar com a separação ou com o divórcio judicial”. (MADALENO, Rolf. *Obrigação, Dever de Assistência e Alimentos Transitórios*. Disponível em: <http://www.rolfmadaleno.com.br/novosite/conteudo.php?id=37>. Acesso em: 01 de novembro de 2015).



bastante distintas da sua, fazendo-o experimentar as suas dores, a compreensão literária “promove hábitos mentais que conduzem à igualdade social, na medida em que contribui ao dismantelamento dos estereótipos em que se baseia o ódio coletivo”<sup>195 196</sup>. A ideia de um “juiz literário”, sensível às opressões experimentadas pelas minorias, traz importantes contribuições para a desmistificação de algumas mitologias que vicejam na sociedade. Tome-se como exemplo, a esse respeito, o descompasso existente entre as normas jurídicas propugnadoras da igualdade de gênero (artigo 5º, inciso I, CF/88) e a realidade de exclusão vivenciada por milhares de mulheres no Brasil em suas vivências cotidianas.

A terceira premissa refere-se à capacidade da literatura despertar no leitor, o sentimento de empatia por aquelas pessoas que não se assemelham à sua imagem ou às suas condições de vida. A construção de personagens complexos, atormentados por dramas existenciais particulares, mas que são perfeitamente compatíveis com situações coletivas<sup>197</sup>, permite a translação do magistrado- leitor de seu *locus* original de poder, para as posições daquela pluralidade de pessoas representadas pela arte.

A quarta premissa diz respeito à imparcialidade de que se reveste o magistrado- leitor pelo lançamento de um olhar empático aos indivíduos desfavorecidos e, por extensão, às minorias. A ideia central, aqui, é a de que o conhecimento sobre as dificuldades enfrentadas pelos personagens das obras literárias, retratos vívidos de sujeitos ou de grupos de pessoas que compõe a miscelânea social, torna o julgador capaz de dar a “cada objeto ou qualidade a sua justa proporção”<sup>198</sup>. O que há aqui, é um ideal de imparcialidade judicial que não se associa a uma generalidade remota ou a uma abstração pretensamente científica,

---

195 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.*, p. 130.

196 Tradução livre para: 'La comprensión literaria, pues, promueve hábitos mentales que conducen a la igualdad social en la medida en que contribuyen al dismantelamiento de los estereotipos en que se basa al odio colectivo'.

197 BERNAL, Andrés Botero. *op. cit.* p. 46.

198 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.*, p. 117.

mas sim a uma rica concreção histórica e à visão do mundo humano<sup>199</sup>.

A quinta premissa gravita em torno do poderoso sentimento de compaixão despertado pela aproximação do magistrado-leitor com os infortúnios experimentados pelos personagens retratados nas obras literárias. Esse julgador compassivo, diz Andrés Botero Bernal, “logra reivindicar a humanidade ante a fria técnica dos limites institucionais, redundando, por isso, em um melhor juiz, especialmente na faceta moral”<sup>200</sup>.

A sexta premissa margeia o papel das emoções no processo de construção da racionalidade pública. A *contrario sensu* da neutralidade apregoada e exigida por uma postura puramente positivista, o labor jurisdicional, respeitados os devidos balizamentos legais, pode e deve ser permeado por valores e emoções para a atribuição de respostas mais justas e humanizadas a seus jurisdicionados.

Não é preciso ir muito longe para apreciar as externalidades positivas produzidas pela abertura da argumentação jurídica às contribuições das “emoções racionais”. Na seara familiarista, por exemplo, é paradigmática a transição experimentada pelo instituto jurídico da guarda a partir do advento de perspectivas mais atentas à complexidade do mundo ontológico. Se o Código Civil de 1916 previa um quase automatismo na atribuição da guarda dos filhos à mulher – baseado na “mística feminina” que lhe gravava com o signo da maternidade<sup>201</sup> – o avanço da principiologia constitucional, assim como o advento do microssistema normativo de proteção de crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/1990 – ECA), tratou de conferir novas variáveis a esse processo de deliberação (v.g. o princípio do melhor interesse

---

199 *Ibidem*, p. 118.

200 BERNAL, Andrés Botero. *op. cit.* p. 48.

201 CARBONERA, Silvana Maria. *Guarda de Filhos: O sentido da relação entre seus sujeitos e os critérios de estabelecimento na família constitucionalizada*. 1999. 254 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999, pp. 141-142.

da criança), dotando-o de matizes muito mais amplas<sup>202 203</sup>.

A sétima premissa, por fim, aproxima-se das vantagens identificadas por Benjamin Nathan Cardozo no diálogo estabelecido entre Direito e Literatura, quais sejam o aprimoramento das habilidades de leitura e escrita do magistrado- leitor e o desenvolvimento de sua capacidade interpretativa.

Expostas as vantagens da abertura do Direito aos aportes trazidos pela Literatura, mister perscrutar com maior cuidado o modo como se erige a ponte entre estes dois discursos. Isso porque, tratando-se a interpretação das obras literárias de produtos intrinsecamente vinculados à subjetividade de seus receptores – na medida em que não acreditamos em interpretações objetivas da arte – são plúrimas as compreensões sobre um mesmo objeto.

Desde o cenário apresentado, impõe-se o questionamento sobre qual seria a interpretação “mais acertada” ao desenvolvimento da imaginação literária propugnada por Nussbaum. Afinal, conforme bem alerta Bernal, existiram, na história da humanidade, inúmeros apreciadores da literatura que foram pessoas absolutamente imorais<sup>204</sup>.

Nussbaum, por evidente, não nega a multiplicidade de interpretações ensejadas pelas leituras que cada indivíduo, em suas vivências e singularidades, realiza sobre uma mesma obra literária. É pelo fato de reconhecê-la, aliás, que a autora estabelece mecanismos de lapidação das emoções e juízos produzidos por

---

202 Isso, porém, não teve o condão de romper com a racionalidade social que atribui às mulheres o dever de cuidado e tutela dos filhos menores. De acordo com as últimas estatísticas de Registro Civil produzidas pelo IBGE no ano de 2010, em 87,3% dos divórcios concedidos no Brasil, a responsabilidade pela guarda dos filhos foi atribuída unilateralmente à mulher (cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estatísticas do Registro Civil 2010*, p. 46. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010>. Acesso em: 03 de Novembro de 2015.

203 Convém recordar que o advento da Lei nº 13.058/2014, alteradora de dispositivos do Código Civil atinentes à guarda, torna impositiva a aplicação da modalidade compartilhada no caso de dissenso entre os pais. Apontamentos críticos a essa perspectiva podem ser encontrados em: OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Guarda compartilhada e condição feminina: limites e possibilidades para a democratização dos papéis econômico e afetivo. In: *Revista Pensar*, v. 19, n. 3, Fortaleza, p. 750-778, set./dez. 2014,)

204 BERNAL, Andrés Botero. *op. cit.* p. 63.

intermédio da experiência literária.

O afinamento das múltiplas emoções despertadas pela Literatura é conduzido, assim, pela figura do “espectador judicioso” de Adam Smith, um constructo artificial destinado a modelar o ponto de vista moral- racional, para que possua unicamente aqueles pensamentos, sentimentos e fantasias que formam parte de uma perspectiva racional do mundo<sup>205</sup>.

Fica claro, aqui, que somente uma identificação compassiva com o próximo não basta, é preciso, ademais, que o leitor/observador coloque-se numa posição externa aos fatos *sub judice* para que não seja contaminado por impulsos vinculados à sua própria segurança e à satisfação de seus interesses pessoais<sup>206</sup>. Conforme expõe Nussbaum:

[...] tanto a participação empática como a avaliação externa são cruciais para determinar o grau de compaixão que é racional sentir por uma pessoa. “A compaixão do espectador deve surgir da consideração do que ele mesmo sentiria se estivesse reduzido à mesma e infausta situação e pudesse, ao mesmo tempo – o que quiçá seja impossível – contemplá-la com sua razão e juízo presentes<sup>207 208</sup>”

Esse local ocupado pelo espectador judicioso, perto o bastante dos fatos para se comprazer com o sofrimento dos personagens, mas distante o suficiente para não se confundir com eles, é o que permite o florescimento das “emoções racionais”, expressões humanas livres da cólera, do medo e dos sentimentos centrados no “eu”<sup>209</sup>.

Se a construção teórica do “espectador judicioso” responde à pergunta sobre

---

205 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 108.

206 *Idem*, p. 108.

207 *Idem*, p. 109.

208 Tradução livre para: “[...] tanto la participación empática como la evaluación externa son cruciales para determinar el grado de compasión que es racional sentir por un persona. “La compasión debe surgir de la consideración de lo que él mismo sentiría si estuviera reducido a la misma e infausta situación y pudiera al mismo tiempo - lo que quizá sea imposible - contemplarla con su razón y juicio presentes.”

209 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.*, p. 110.

que emoções devem permear o imaginário público, a figura da “condução conjunta”<sup>210</sup> auxilia na pacificação das inúmeras interpretações extraídas de uma mesma produção literária. É que fica claro desde logo que a leitura, por si só, não tem o condão de despertar uma racionalidade jurídico- literária; faz-se mister, ainda, o exercício de um juízo crítico sobre o que foi lido, bem como o estabelecimento de um processo dialógico entre leitores, para depurar o conjunto de intuições havidas sobre determinada manifestação artística:

No processo de condução conjunta, nossas intuições acerca de uma obra literária se refinam mediante as críticas da teoria ética e do conselho amigável, as que podem modificar a experiência emocional que temos como leitores<sup>211 212</sup>

Trata-se, conforme indica Bernal, de deixar de lado as opções de formação moral fundadas na própria individualidade do sujeito (consciência) para ancorá-las no processo dialógico estabelecido entre indivíduos (alteridade)<sup>213</sup>.

Expostas as bases estruturais que servem de supedâneo à “interpretação jurídico- literária”, impende promover as interconexões entre a abertura do discurso jurídico às “emoções racionais” e a efetivação da igualdade material entre gêneros encartada pela Constituição da República.

Conforme vem sendo delineado ao longo deste trabalho, o labor jurisdicional (bem assim como a racionalidade política) deve articular com a intrínseca dicotomia da existência humana: se de um lado somos dotados de uma semelhança estética evidente, exposta e facilmente observável pelos atributos anatômicos comuns a toda forma humana; de outro, somos eivados de diferenças antagônicas residentes na

---

210 Na edição traduzida para o espanhol: “co-ducción”. A opção pela tradução “condução conjunta” decorre da raiz etimológica do termo “ducción”, que se refere à operação intelectual realizada das premissas de um raciocínio até a sua conclusão. (cf. <http://exonario.blogspot.com.br/2008/05/duccin.html>).

211 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 111.

212 Tradução livre para: “En el proceso de co-ducción, nuestras intuiciones acerca de una obra literaria se refinan mediante las críticas de la teoría ética y del consejo amigable, las que pueden modificar la experiencia emocional que tenemos como lectores[...]”

213 BERNAL, Andrés Botero. *op. cit.* p. 52.

subjetividade presente em cada um de nós<sup>214</sup>.

É em favor do reconhecimento desse arco de nuances, que assemelham e diferenciam os seres humanos, que exsurge a corrente da *critical legal theory* como meio de romper com a visão maniqueísta que opõe homens e mulheres sob as categorias estigmatizantes de masculino/ racionalidade/ objetividade e feminino/ irracionalidade/ subjetividade. Trata-se, assim, de usar a plataforma da hermenêutica jurídica para equalizar a discrepância nas amplitudes atribuídas às vozes masculinas e femininas, primeiro, nas relações interpessoais, segundo, nas instâncias de Poder.

Paralelamente a essa perspectiva crítica gestada no interior do discurso jurídico, densificam-se os movimentos interdisciplinares que procuram, cada um a seu modo, oferecer aportes para a construção de uma Justiça mais engajada na consecução de um ideário de igualdade. A corrente do "Direito e Literatura" – especialmente quando elege a Literatura feminista como objeto de suas investigações – surge como modelo teórico cheio de possibilidades. É que ao cristalizar determinadas situações na narrativa, que de outro modo restariam invisibilizadas pela cegueira do senso comum ou pelo atropelo da cotidianidade, a literatura feminista abre uma brecha na parede que separa os mundos do “eu” (masculino) e do “outro” (feminino)<sup>215</sup>, permitindo, de um lado, que os homens tomem consciência da posição privilegiada que ocupam dentro de um sistema patriarcal – e, por isso mesmo, cultivem perspectivas empáticas com relação às condições de opressão experimentadas pelas mulheres – e, de outro, que as mulheres, apercebendo-se das situações díspares que gravam as suas vivências, assumam posturas combativas – especialmente na arena jurídica – contra o avanço do patriarcado.

Clarice Lispector surge, aqui, como representante, por excelência, da virada de Copérnico ocorrida na literatura de autoria feminina no Brasil. Ao romper com a tradição de deferência aos valores patriarcais da “*feminine fase*” para inaugurar a

---

214 FACHIN, Melina Girardi; CORRÊA, Rafael. *op. cit.* p. 395.

215 A posição de alteridade atribuída à mulher por uma perspectiva dualista essencializada foi explorada com maior profundidade no ponto 2.2 desse trabalho.

“*feminist fase*” na literatura nacional, a escritora traz elementos preciosos para a construção de uma racionalidade político- literária comprometida com a promoção da igualdade entre gêneros.

Conforme será explorado no próximo tópico, é precisamente na educação acadêmica/jurídica que as condições de possibilidade de uma real emancipação feminina recebem um primeiro impulso cinético.

#### **4.2. PRECISAMOS FALAR SOBRE GÊNERO: OS APORTES DA LITERATURA FEMINISTA NA EDUCAÇÃO (JURÍDICA)**

Ao longo dos tópicos anteriores procurou-se realizar um adensamento das razões que tornaram a aproximação entre Direito e Feminismo pauta premente para a concretização da igualdade de gêneros. Mesmo após o decurso de vinte e sete anos da promulgação da Constituição que cristalizou, na esfera do normatizado, a igualdade entre homens e mulheres, o mundo do praticado ainda impõe barreiras ao avanço das lutas e pautas do(s) movimento(s) feminista(s).

A resistência imposta à efetivação de garantias fundamentais femininas por uma (ir)racionalidade machista – essencialmente voltada à manutenção do *status quo* – parece decorrer de uma falha na percepção masculina sobre os inúmeros prejuízos experimentados pelas mulheres por decorrência direta da posição de deságio que lhes são atribuídas no interior de uma estrutura social patriarcal. Se os homens têm, desde logo, o mundo inteiro como condição de possibilidade, as mulheres devem romper a dura casca da domesticidade para acessar esse mesmo espaço, nem sempre, porém, em sua plenitude.

É justamente dentro desse cenário, em que Direito e Sociedade surgem cada vez mais apartados pelo caudaloso rio do senso comum e do(s) preconceito(s), que a literatura feminista emerge como ponte de conexão entre as margens do normatizado e do praticado.

O diálogo entre os mundos ontológico e deontológico, estabelecido desde uma racionalidade jurídico- literária, parece ganhar forma a partir de três movimentos distintos, porém convergentes: a um, numa concepção um tanto idílica, por meio da elevação da consciência feminina (*consciousness raising*) a respeito das condições de opressão que estreitam os campos de possibilidade de suas vidas concretas; a dois, pelo desvelo masculino da situação de privilégio que o modelo social heteropatriarcal lhe defere pelo simples fato de ter nascido homem; e a três, numa posição que nos parece ser a mais fecunda, como instrumento de um processo dialógico/educacional que permita uma real transformação das condições de desigualdade entre gêneros que viceja na sociedade.

A primeira dessas propostas, a da elevação da consciência feminina (*consciousness raising*) por meio do cultivo de uma racionalidade jurídico- literária, toma a literatura feminista como plataforma para o compartilhamento de experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres em sua cotidianidade. É que ao expor às leitoras a anormalidade de situações que, por sua própria habitualidade, acabam sendo naturalizadas socialmente, a literatura feminista incita as mulheres a (re)pensar a sua condição existencial desde uma posição crítica.

Ao exhibir na ficção os mesmos conflitos existenciais e as mesmas amarras que impedem o livre desenvolvimento feminino na vida real, a literatura feminista abre espaço para que outras mulheres compartilhem suas narrativas individuais sobre os desconfortos e angústias que atormentam as suas vivências cotidianas. É justamente pela troca desses relatos que germina a consciência coletiva sobre o verdadeiro espaço (periférico) ocupado pelas mulheres na sociedade.

“Perto do Coração Selvagem” é exemplificativo dessa capacidade da literatura feminista perturbar a estabilidade do *status quo* sustentado pelo patriarcado. Ao ilustrar, pela figura de Joana, que o instituto do casamento não é um fim em si mesmo, Clarice Lispector rompe com o papel social que impõe às mulheres a condição de mães e/ou esposa zelosa, para acenar para condições de existência muito mais plurais que aqueles forjados pelos *scripts* tradicionais.

Embora essas experiências tendam a repercutir numa esfera “microsocial”, o



simples fato de algumas mulheres tomarem consciência dos esquemas patriarcais de opressão que limitam as suas vivências cotidianas – e que antes restavam invisibilizados por força de um processo de naturalização – abre uma valiosa oportunidade para que elas se organizem e reajam a esse movimento.

Embora escape a uma abordagem estritamente jurídico- literária, a menção à campanha virtual “*#primeiroassedio*”<sup>216</sup> surge como exemplo vigoroso da relevância dos movimentos de “elevação de consciência” (*consciousness raising*) na esfera do empoderamento feminino. Ao incitar as mulheres a exporem os seus primeiros casos de assédio nas redes sociais, o movimento não apenas abriu espaço para a discussão de temáticas usualmente ocultas pelo manto do tabu, como também tratou de demonstrar que a dimensão dos problemas produzidos por uma cultura machista transcende a individualidade para afligir toda uma coletividade. Essa última percepção, a de que um problema *a priori* individual aflige várias outras mulheres como um grupo, defere as condições necessárias para a articulação e posterior reação feminina.

A segunda proposta, a da conscientização masculina sobre o espaço de privilégio que ocupam dentro de uma sociedade orientada por valores patriarcais, assume a literatura como instrumental para o desenvolvimento de uma racionalidade empática. Esse contato masculino com as experiências de opressão e cerceamento da(s) liberdade(s) femininas – viabilizado a partir da assunção, pelos homens, do posto de espectadores judiciosos – defere-lhes, de um lado, um senso de humanidade mais amplo para a compreensão das dores e aflições vivenciadas pelas mulheres em seus cotidianos, de outro, uma provocação para que problematizem o processo de naturalização que lhes atribui condições de superioridade no contexto social. Conforme leciona Martha Nussbaum:

[...] os leitores de romances compartilham o transe dos personagens,

---

216 Trata-se de uma ação iniciada pela jornalista Juliana de Faria, do blog Think Olga, em extensão ao bem-sucedido movimento do “*Chega de fiu fiu*”. Na campanha, a jornalista incitava as mulheres a relatar seus primeiros casos de assédio sexual nas redes sociais. Embora não seja dotada de um rigor metodológico científico, a campanha é extremamente útil para indicar a proximidade de uma cultura do assédio nas vivências femininas.

experimentando o que lhes sucede como se tivessem o mesmo ponto de vista. Experimentam, também, a piedade, algo que transcende a empatia porque supõe que o espectador julga que os infortúnios dos personagens são graves e não surgiram por sua culpa<sup>217 218</sup>

Conquanto Nussbaum olhe para categorias como classe econômica e raça ao tratar da capacidade da Literatura em despertar sentimentos de empatia e compaixão, nada impede que a mesma racionalidade seja transplantada para a seara das discussões sobre gênero. O vislumbre da perniciosidade da estrutura social patriarcal ao livre desenvolvimento das mulheres, habilita os homens a se tornarem, também, agentes de transformação social.

Ao se darem conta do total desequilíbrio provocado pelo peso do controle social e das expectativas geradas pelo patriarcado na esfera dos direitos e deveres das mulheres, os homens colocam-se em posição de adensar os movimentos feministas na luta pela igualdade e pela justiça social, não como parte de uma massa inominada e despersonalizada, mas como integrantes de uma multidão de sujeitos individualizados, dotados de diferenças substanciais, que agregam perspectivas plurais ao feminismo<sup>219</sup>.

A terceira proposta, por fim, parece apresentar as abordagens mais fecundas ao projeto que ora sustentamos, qual seja, a da conexão interdisciplinar entre Direito, Feminismo e Literatura como proposta de realização do comando constitucional da igualdade plena entre gêneros na sociedade brasileira.

A Literatura feminista – pela via da imaginação jurídico-literária proposta por

---

217 NUSSBAUM, Martha. *op. cit.* p. 100.

218 Tradução livre para: “[...]los lectores de novelas comparten el trance de los personajes, experimentando lo que les sucede como si tuvieran su mismo punto de vista y también piedad, algo que trasciende la empatia porque supone que el espectador juzga que los infortunios de os personajes son graves y no han surgido por su culpa [...]”

219 A posição dos homens dentro dos movimentos feministas ainda é questão conturbada na realidade brasileira. Embora haja quem defenda uma ampla participação masculina em seu adensamento (e.g. Carla Cristina Cezar), a tendência majoritária dos movimentos tende a apontar que os homens não podem ser agentes ativos do feminismo, apenas colaboradores de suas lutas, que são, essencialmente, vivenciadas e protagonizadas pelas mulheres.

Martha Nussbaum – apresenta-se, conforme exposto anteriormente, como ferramenta riquíssima para a construção de percepções de mundo mais atentas às diferenças que se estabelecem entre as vivências masculinas e femininas. É que ao lançar luz sobre o espaço de subjetividade que diferencia as experiências de vida de homens e mulheres em sociedade, esse tipo de literatura defere uma percepção mais aprofundada sobre as violências e opressões que limitam o livre desenvolvimento dessas últimas.

Embora muito tenha se falado sobre o relevo da imaginação literária na construção de indivíduos mais conscientes do espectro de direitos fundamentais que lhe são garantidos, bem assim como da cultura de violência (física e simbólica) que uma estrutura social heteropatriarcal (re)produz cotidianamente sobre as mulheres, ainda falta esclarecer o modo como se conduz(irá) esse empreendimento, mormente no contexto cultural de um país que lê cada vez menos<sup>220</sup>.

A esse respeito, posicionamo-nos ao lado de Melina Girardi Fachin e Rafael Corrêa, ao eleger a educação como veículo para a introdução desse imaginário na esfera social<sup>221</sup>. É na educação, mais que em qualquer outro campo, que os ideários de transformação da sociedade encontram terrenos férteis para se desenvolver e produzir seus frutos. Como bem leciona Rosalice Fidalgo Pinheiro ao tratar das vias de transformação do Direito e do ensino jurídico:

Eis que repensar o Direito leva-nos a repensar seu ensino, e, ao fazê-lo, sentimos a necessidade de um ensino que nos leve a construção de um novo saber. Um novo saber mestiço, dotado de interdisciplinaridade, despido de neutralidade, objetividade e a erudição que ainda norteiam o Direito, com o qual operamos<sup>222</sup>

---

220 O Relatório “Retratos da Leitura no Brasil 3”, produzido pelo Instituto Pró-Livro no ano de 2012, indica que embora o número de leitores tenha aumentado no período de 2007 a 2011, de 66,5 milhões para 71,9 milhões, a quantidade individual de livros lidos anualmente sofreu um decréscimo: de 3,7 livros/ano em 2007 para 3,1 livros/ano em 2011 (cf. INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil 3*, FAILLA, Zoara (Org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012, p. 337).

221 FACHIN, Melina Girardi; CORRÊA, Rafael. *op. cit.* p. 397.

222 PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. Ensino jurídico na graduação: ainda como nossos pais? Modelo, conformismo e repetição na metodologia do ensino jurídico. In.: FACHIN, Luiz Edson (Org.). *Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro : Renovar, 1998. p. 222

A abertura do discurso jurídico aos influxos da crítica feminista e das emoções literárias parece assumir as mesmas condições propugnadas pela jurista como modelo para um processo de reconstrução do Direito. Assim, é interdisciplinar porque opera com outras perspectivas além da normativa; é despida de neutralidade e objetividade porque lança os olhos sobre o mundo subjetivo das minorias; e é livre de erudição na medida em que utiliza a linguagem literária para dialogar com o mundo do Direito.

A inserção da educação de gênero nas universidades, especialmente por seu esforço em atribuir visibilidade às pautas dos movimentos feministas, parece ser medida relevante para frear o avanço dos movimentos machistas conservadores. Ao despertar as mulheres para o plexo de situações opressivas que vivenciam diariamente, mas são minimizadas pela força de um processo de naturalização, assim como para os direitos que, apesar de constitucionalmente garantidos, são reiteradamente violados, essa perspectiva educacional permite formar não meros operadores do direito, mas sim transformadores críticos da ciência jurídica.

A literatura feminista emerge, nesse contexto, como supedâneo ao desenvolvimento de discussões mais profundas sobre as questões que tocam a temática do gênero. Ao posicionar os leitores (espectadores judiciosos) no epicentro dos dramas existenciais vivenciados por suas personagens, esse tipo de literatura vetoriza um movimento de desconstrução das visões estereotípicas da mulher erigidas por uma lógica patriarcal de oposição entre o masculino e o feminino.

É que ao trazer problematizações sobre o espaço e o papel da mulher na família e na sociedade, a literatura feminista rompe com o roteiro tradicional e impõe um movimento de reflexão aos seus leitores. Trata-se, aqui, de fazer repensar esse jogo de representações e auto-representações de gênero, que se desenvolve como tensionamento entre os discursos oficiais hegemônicos e o espaço de subjetividade feminina. Se na concretude da vida, a mulher vive sob a redoma das normas sociais patriarcais, em *“Perto do Coração Selvagem”* Joana é movida pelas pulsões que a direcionam rumo a uma existência livre.

A subversão promovida pela literatura feminista a partir da escolha de um enfoque mais preocupado com o domínio da subjetividade de suas personagens femininas (o auto-representado) do que com a normatividade emitida pelas instituições sociais tradicionais (o representado), conduz a visões mais complexas sobre as diferentes vivências humanas, deferindo, desse modo, novos elementos a serem ponderados durante o processo decisório dos magistrados-leitores como forma de calibrar a balança da igualdade de gêneros. No mesmo sentido, pontuam Judith Resnik e Carolyn Heilbrun:

Em nossas aulas [de Direito, Literatura e Feminismo], reconhecemos a importância de investigar as vozes femininas em outros documentos além daqueles produzidos pelos tribunais, que apenas as descrevem; o que tenho a oferecer são algumas palavras de autores e autoras que falam, imaginativamente, dos incríveis e desconhecidos desejos e necessidades das mulheres<sup>223 224</sup>

Um exemplo ilustrativo da relevância dessa perspectiva empática na seara familiarista, diz respeito à temática da pensão alimentícia devida à ex-cônjuge ou companheira. Conforme pontua Lúcia Ziggotti de Oliveira, os Tribunais de segunda instância vêm construindo um posicionamento jurisprudencial que atribui ao instituto um caráter meramente provimental das necessidades básicas do requerente, ignorando por completo o desequilíbrio patrimonial e relacional gerado após o divórcio. Tais orientações, continua a autora, olvidam da realidade social na qual, somente no ano de 2010, mais da metade das mulheres deixaram definitivamente os seus ofícios para se dedicar com exclusividade à família<sup>225</sup>.

É a essa tomada de consciência geral sobre o contexto de desigualdade entre gêneros na sociedade que se presta uma educação lastreada na literatura feminista. Note que o despertar das crianças para os direitos fundamentais a partir de uma abordagem literária (contos de fadas) já vem sendo realizado com algum sucesso na

---

223 HEILBRUN, Carolyn. RESNIK, Judith. *op. cit.* p. 1931.

224 Tradução livre para: "In our classes, we knew the importance of tracing women's voices in documents other than the appellate court opinions that describe them; what I had to offer was a few of the words of women and men authors who spoke, imaginatively, of the amazing and unrecognized desires and needs of women."

225 OLIVEIRA, Lúcia Ziggotti de. *op. cit.* pp. 94-97.

educação básica do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul<sup>226</sup>. Ao problematizar questões como o beijo do príncipe na princesa inconsciente ou a descoberta do amor (em sentido lato) em pessoas outras além do príncipe encantado, os educadores lograram sensibilizar as crianças para temáticas relevantíssimas à construção de sociedades mais justas e igualitárias em relação às mulheres.

Lamentavelmente, os movimentos conservadores não tardaram a reagir a esses focos de progressismo nas escolas. Na Câmara dos Deputados são seis os Projetos de Lei que intentam interferir nos conteúdos programáticos trabalhados em sala de aula com vistas a garantir uma suposta neutralidade no ensino.

O Projeto de Lei nº 2.731/2015, de autoria do Deputado Federal Eros Biondini (PTB/MG), visa acrescentar o Parágrafo Único ao artigo 2º, do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 13.005/2014), de modo a proibir a “utilização de qualquer tipo de ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto”, sob pena de incorrer o professor nas penas criminais previstas no artigo 232<sup>227</sup>, da Lei nº 8.069/90 (ECA), além da perda do cargo ou emprego<sup>228</sup>.

O Projeto de Lei nº 1.859/2015, de autoria dos Deputados Federais Izalci Lucas Pereira (PSDB/DF), Givaldo Carimbão (PROS/AL), João Campos (PSDB/GO), Alan Rick (PRB/AC), Celso Russomano (PRB/SP), Eros Biondini (PTB/MG), Luis Carlos Hauly (PSDB/PR), Eduardo Cury (PSDB/SP), Flavinho (PSB/SP), Stefano Aguiar (PSB/MG), Rosângela Gomes (PRB/SP), Leonardo Picciani (PMDB/RJ), Antônio Imbassahy (PSDB/BA), Evandro Gussi (PV/SP) e Bonifácio de Andrada

226 Verifique-se nesse sentido: GONÇALVES, Gabriela. MORENO, Ana Carolina. *Professoras usam contos de fadas e cartazes para ensinar direitos sociais*, São Paulo, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professoras-usam-contos-de-fadas-e-cartazes-para-ensinar-direitos-sociais.html>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

227 Artigo 232 ECA - Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:  
Pena - detenção de seis meses a dois anos.

228 Artigo 4º, PL 2.731/2015 - O descumprimento da proibição de utilização da ideologia de gênero, orientação sexual e congêneres ou de qualquer outro tipo de ideologia, na educação nacional, sujeitará os infratores às mesmas penas previstas no artigo 232 da Lei nº 8.069/90 (ECA), além da perda do cargo ou emprego.

(PSDB/MG), objetiva alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo a incluir a proibição aos professores de adotar práticas educacionais “que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo *gênero* ou *orientação sexual*” em sala de aula.

O Projeto de Lei nº 867/2015, também proposto pelo Deputado Federal Izalci Lucas Pereira (PSDB/DF), vetoriza o “Programa Escolas sem Partido”, que milita pela absoluta neutralidade do ensino, com vistas a preservar a moral e as convicções religiosas dos pais ou responsáveis pelos estudantes<sup>229</sup>.

Os Projetos de Lei nº 7.180/2014 e nº 7.181/2014, ambos de autoria do Deputado Federal Erivelton Santana (PSC/BA), pretendem incluir um novo princípio no rol estabelecido pelo artigo 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), de modo a dar precedência aos “valores de ordem familiar na educação escolar, nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” sendo “vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”<sup>230</sup>. Tudo isso justificado, ironicamente, pela adequação das normas educacionais aos comandos do Pacto de São José da Costa Rica.

O Projeto de Lei nº 3.236/2015, de autoria do Deputado Federal Marco Feliciano (PSC/SP), pretende acrescentar o parágrafo único ao artigo 2º do PNE (Lei nº 13.005/2014), com vistas a obstar a educação de gênero nas escolas<sup>231</sup>.

Diante desse avanço dos retrocessos, parece ser cada vez mais urgente que as Universidades, como instâncias de produção do conhecimento, comecem a desbravar as ainda pouco conhecidas veredas dos estudos de gênero no Brasil. Enquanto esses estudos não ganham a amplitude necessária para revolucionar a

---

229 Artigo 3º do PL 867/2015 - São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

230 Artigo 1º do PL 7.180/2014.

231 Artigo 1º, do PL 3.236/2015 - O art. 2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. A consecução da diretriz constante do inciso III do *caput* deste artigo exclui a promoção da ideologia de gênero por qualquer meio ou forma. (NR)

estrutura patriarcal da sociedade – o que, evidentemente, resta condicionado a longos anos de luta e de arregimentação de capital político por parte dos movimentos feministas – resta empreender esforços para operar as micro-transformações na racionalidade social.

A literatura feminista abre-se, nesse contexto, como um mar de possibilidades aos movimentos de mulheres: a um, porque lastreia o cultivo de sentimentos de empatia em relação à condição feminina; a dois, porque pode servir de prelúdio a situações ainda desconhecidas por suas leitoras, mas que certamente lhes vão afligir a existência; e a três, porque, no campo jurídico, permite introduzir a mulher ao campo dos direitos fundamentais que lhes são garantidos constitucionalmente.

Evidentemente, é preciso muito mais que imaginação e empatia para cindir com a rigidez histórica das estruturas sociais patriarcais. Vislumbramos esses dois elementos, no entanto, como pequenas fagulhas capazes de dar ignição a movimentos mais fortes e amplos de questionamento e desconstrução dessa racionalidade tão perniciosa ao livre desenvolvimento das mulheres. Educar para o gênero, nesse espectro, é educar para os direitos humanos e para os direitos fundamentais<sup>232</sup>.

---

232 Alinhamo-nos, aqui, com a postura de Melina Girardi Fachin que, embora reconheça a diferença terminológica entre “direitos humanos” (positivados na esfera do direito internacional) e “direitos fundamentais” (reconhecidos e protegidos no âmbito do direito constitucional interno de cada Estado), sugere uma abstração dessas categorizações com vistas a afastar os óbices que servem de empecilho às suas implementações. (FACHIN, Melina Girardi. *op. cit.*, p. 62).



## 5. CONCLUSÃO

1. A ineficácia do comando constitucional de igualdade entre gêneros na sociedade, encartado pelo artigo 5º, inciso I, da CF/88, é sintomático de um processo de distanciamento entre o discurso dos direitos humanos e fundamentais e a dura realidade de opressão experimentada por milhares de mulheres no país.
2. Esse descompasso verificado entre as marchas do normatizado e do praticado desvela “a falência do modelo jurídico da modernidade” que, incapaz de se infiltrar nas relações inter- privadas para sedimentar transformações reais no contexto de violência física e simbólica em que vivem as mulheres, mancha de ineficácia o comando constitucional de igualdade entre gêneros.
3. A construção da igualdade material entre os gêneros, tal como propugnado pelo legislador constituinte, perpassa a estruturação de um esquema de mediação entre o discurso oficial da Lei e o discurso real das estatísticas (que demonstram o abismo existente entre as vivências masculinas e femininas na sociedade). Esse tipo de aportamento parece encontrar as suas condições de possibilidade nos discursos produzidos pela Literatura.
4. Os aportes literários à ciência jurídica emergem, tradicionalmente, de três vertentes principais: o Direito na Literatura (law in literature), que busca elementos jurídicos nas narrativas ficcionais; o Direito como Literatura (Law as Literature), que busca transportar elementos literários à redação de documentos jurídicos e a Literatura como veículo do Direito, que propõe a criação de narrativas especialmente para o ensino do direito.
5. Uma taxonomia mais minuciosa dessas vertentes, surgida a partir de Andrés Botero Bernal, lança luz sobre a existência de seis modelos de abordagem da Literatura no Direito: o retórico, o metodológico, o jurídico, o estético, o expositivo e o analítico. Essas duas últimas – a primeira referente ao uso da literatura como sustentáculo para teses jurídicas e a segunda atinente a uma imersão do leitor na cultura jurídica que serve de plano de fundo a narrativa – surgem com maior relevo

para a proposição inicial de estreitamento dos mundos do normatizado e do praticado.

6. Especificamente no campo dos direitos da mulher, é inevitável a remissão à corrente literária feminista como veículo do diálogo entre a norma e a realidade. A Literatura Clariceana, representada pela sua obra de estreia “*Perto do Coração Selvagem*”, emerge não apenas como marco inaugurativo da fase feminista da literatura de autoria feminina no Brasil, mas também como peça fundamental para o alinhavo do Direito e da Sociedade.

7. A opção pela Literatura Clariceana como plataforma de convergência entre os discursos jurídico e literário, abre espaço, também, para as contribuições teóricas produzidas pelos movimentos feministas. A corrente da *critical legal theory* apresenta, assim, construções valorosas para a compreensão da dificuldade enfrentada pelo universo jurídico em concretizar o plexo de direitos conquistados pelas mulheres no avançar da história.

8. Um dos principais obstáculos impostos à autonomização da mulher diz com a posição de alteridade que lhe é atribuída por uma racionalidade orientada por valores patriarcais. Antagonizam-se, nesse contexto, os atributos tipicamente masculinos dos atributos tipicamente femininos (*sexualization*). Impõe-se, num segundo momento, uma relação de hierarquia entre os caracteres femininos e masculinos, com a primazia destes últimos sobre os primeiros (*hierarchization*). Por fim, gravam-se os caracteres vindicados pelo mundo masculino na própria estrutura do Direito, operando-se um fenômeno de exclusão do feminino dessa seara (*law as male*).

9. A *critical legal theory* surge como vertente crítica a esse “processo de masculinização do fenômeno jurídico”, denunciando o maniqueísmo dos dualismos que opõem homens e mulheres sob insígnias estereotípicas (*sexualization* e *hierarchization*) e propondo algumas soluções pela via hermenêutica. Katherine T. Bartlett apresenta, nesse contexto, três métodos legais para incluir a voz feminina no fenômeno jurídico: o perguntar para a mulher (*asking the woman question*), que visa investigar se os textos jurídicos consideraram os dados provenientes da experiência

feminina em suas formulações, a razão prática feminista (*feminist practical reasoning*), que contextualiza os enunciados normativos a partir das contingências da realidade das mulheres, e, por fim, a elevação de consciência (*consciousness raising*), que propugna a criação de uma consciência coletiva da realidade de opressão das mulheres por meio do compartilhamento de experiências.

10. O ponto de convergência entre as veredas do Direito, Feminismo(s) e Literatura encontra amparo nas teorizações de Teresa de Lauretis a respeito da estratégia cinematográfica de produção e reprodução de “identidades gendradas”. Expõe-se por essa teoria o duplo processo de construção do gênero: primeiro, pelas representações impostas à sociedade pelas tecnologias de gênero (v.g. Direito, cinema, literatura), depois, pelas auto- representações produzidas na esfera da subjetividade dos interlocutores. É no interstício (*space off*) dos espaços do representado e do auto- representado que Teresa de Lauretis posiciona a condição de possibilidade dos movimentos feministas.

11. A escolha da Literatura Feminista justifica-se, assim, pela sua força desveladora das estruturas condicionantes das vivências femininas. Ao iluminar os *space off* existentes nos discursos sociais hegemônicos, esse tipo de narrativa desperta as mulheres para as condições de violência e opressão em que restam inseridas.

12. Em “*Perto do Coração Selvagem*” esse discurso contra- hegemônico ganha contornos mais nítidos. Ao tensionar o espírito livre da personagem Joana com os *standards* comportamentais impostos pela sociedade, Clarice Lispector lança luz sobre a violência despersonalizante da racionalidade patriarcal, em que se é “mãe”, “esposa” ou “filha”, antes mesmo de ser “Joana”.

13. Ao apropriar-se do “mito da busca masculina”, transformando-o numa “busca feminista” – por meio da qual as narrativas femininas se libertam de um papel coadjuvante em relação ao protagonismo masculino (mito da busca feminina) e rejeitam a assunção de caracteres masculinos para se afirmar (mito da busca da heroína masculina) – “*Perto do Coração Selvagem*” abre caminhos para um movimento de libertação das mulheres.

14. Joana personifica, então, a ânsia de ruptura com as estruturas sociais patriarcais. Guiada por seus próprios impulsos/desejos, Joana rebenta com os papéis sociais que lhes são impostos pelo mundo do patriarcado e acena para novas condições de possibilidade da vivência feminina. O desconforto manifestado pela personagem com o instituto do casamento – tradicionalmente tomado como um dos fins últimos da realização pessoal das mulheres – bem exemplifica a força subversiva da narrativa clariceana.

15. O afastamento da personagem Joana com relação ao plano das expectativas sociais construídas pelo patriarcado serve como ferramenta de sensibilização dos magistrados- leitores às externalidades negativas ensejadas pela visão dualista de mundo que opõe homens e mulheres sob insígnias distintas e hierarquizadas.

16. É precisamente por esse poder de sensibilização do leitor às dificuldades enfrentadas pelas mulheres em suas cotidianidades que a Literatura Feminista se abre para conferir novos matizes ao mundo jurídico. Martha Nussbaum sustenta, a esse respeito, o papel fundamental do discurso literário na construção de uma racionalidade mais atenta os espaços de opressão das mulheres.

17. É pelo desenvolvimento de uma racionalidade empática com relação à situação das pessoas que não são ou não se assemelham ao magistrado- leitor que se sustenta o potencial transformador da literatura no Direito. A percepção de que as condições de extrema opressão em que vivem as mulheres não decorrem de fatores naturais, mas sim de constructos sociais legitimados pela força das instâncias de poder (dominadas por homens) e pela reiteração histórica de alguns comportamentos (albergados pelo manto de uma suposta tradição), defere condições de possibilidade para a concretização dos potenciais transformadores da literatura feminista.

18. As condições de possibilidade do uso da literatura feminista no Direito surgem, assim, desde três vias distintas, porém convergentes: a) pela elevação da consciência feminina a respeito da situação de violência e opressão em que vivem; b) pelo despertar de uma percepção masculina sobre a posição de privilégio em que vivem em função da estrutura patriarcal da sociedade e c) pelo uso do ferramental

literário no processo educacional da população.

19. Essa última via surge como campo mais fecundo à proposta desenvolvida por esse trabalho. Mais do que buscar soluções paliativas aos problemas de desigualdade entre gêneros verificados na sociedade brasileira, a Academia deve concentrar seus esforços no desenvolvimento de medidas capazes de subverter, verdadeiramente, essa dura realidade de opressão feminina. É na educação, pois, que essas medidas transformadoras parecem pulsar, mesmo que ainda em latência, com maior vigor.

20. A educação para o gênero trata de abrir caminhos para o desmanche das percepções sexualizantes e hierarquizantes que se abatem sobre o fenômeno jurídico. Ao dotar os operadores do direito de percepções mais cristalinas sobre a realidade prática que os circundam, a racionalidade juridico- literária- feminista viabiliza a compreensão crítica da posição da mulher na sociedade, especialmente dentro de um cenário de retrocessos em que vivem os Direitos e Garantias fundamentais no Brasil.

21. Num mundo em que os cidadãos – e, especialmente as minorias – são vistos pelo Estado como pontos minúsculos num mar indistinto de pessoas, demonstra-se imperiosa a ascensão de um discurso humanizante que permita- nos recordar da relevância de cada indivíduo em si mesmo. É dizer, compreender o sujeito não como mais um número nas estatísticas, mas como um ser humano dotado de história e subjetividade próprias.

22. É justamente pelo fecho de luz lançado nas situações vivenciadas por suas personagens femininas – o que não raras vezes produz um sentimento de identificação por parte de suas leitoras – que a literatura feminista assume uma posição crítico- transformadora da realidade.

23. Conclui-se, desse modo, que educar para o gênero é muito mais que educar para os direitos humanos e fundamentais. Educar para o gênero é tirar a mordaca que há anos silencia a voz feminina na sociedade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Lurdes Mara Oliveira de. *A hermenêutica do feminino em Perto do Coração Selvagem*. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2006

ALVAREZ, Sonia E. *et. all*. Encontrando os feminismos latino- americanos e caribenhos. In: *Revista de Estudos Feministas*. 11 (2): 360, jul-dez/2003.

ANDREOSSI, Stephanie Carolina. A crítica literária feminista e a crítica literária feminina : o caso de Marguerite Duras. In: *Revista Lettres Françaises*, v.12, 2011, pp. 253-262. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/lettres/article/view/5313>.

BARTLET, Katherine T. Feminist Legal Methods. In: *Harvard Law Review*, Cambridge, v. 103, nº 4, February 1990.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Trad.: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BERNAL, Andrés Botero. ¿La Lectura Literária Forma Buenos Jueces? Análisis Crítico de La Obra “Justicia Poética”. *Revista In Jure Anáhuac Mayab* [online]. 2014, ano 3, n.º 5.

\_\_\_\_\_. *Derecho y Literatura: un nuevo modelo para armar. Instrucciones de uso*. Disponível em: [www.jus.unitn.it/cardozo/Review/2008/Botero.pdf](http://www.jus.unitn.it/cardozo/Review/2008/Botero.pdf).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015.

CALEFFI, Renata. SALGADO, Eneida Desiree. *Propostas para aumentar a participação feminina na política brasileira*. Consultor Jurídico-CONJUR. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-mai-02/propostas-aumentar-participacao-feminina-politica>.

CÂNDIDO, Antônio. No começo era de fato o verbo. In: LISPECTOR, Clarice. *A paixão Segundo G.H.*. Ed. crit. org. por Benedito Nunes. Florianópolis: Arquivos da Unesco, 1988. p. XVII-XIX Disponível em: [http://www2.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/liminar/liminar\\_13.pdf](http://www2.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/liminar/liminar_13.pdf).

CARBONERA, Silvana Maria. *Guarda de Filhos: O sentido da relação entre seus sujeitos e os critérios de estabelecimento na família constitucionalizada*. 1999. 254 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

CARDOZO, Benjamin N. Law and Literature. In: *Yale Law Journal*, n. 48, pp. 489-507, 1938.

\_\_\_\_\_. Law and Literature. *Selected Writings of Benjamin Nathan Cardozo by Margaret E. Hall*. p. 339, 1947.

CHUEIRI, Vera Karam de. Direito e literatura. In: BARRETTO, Vicente de Paulo (Org.). *Dicionário de Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro/São Leopoldo:

Renovar/Unisinos, 2006. p. 233-235

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Censo do Poder Judiciário 2013 – Relatório Completo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>.

\_\_\_\_\_. Censo do Poder Judiciário 2013: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – Relatório Magistrado. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Censo/Relat%C3%B3rios\\_Magistrados/Tjs/Magistrados\\_-\\_TJ\\_Paran%C3%A1.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Censo/Relat%C3%B3rios_Magistrados/Tjs/Magistrados_-_TJ_Paran%C3%A1.pdf).

COQUEIRO Wilma dos Santos; SEGATO, Maiara Cristina. A identidade existencial feminina no conto “A imitação da rosa” de Clarice Lispector. In: *Intertextos* (UFTM, Qualis B4), vol. 5, n. 1. 2012.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 5ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

DIMOULIS, Dimitri. *O caso dos denunciantes invejosos*: introdução prática às relações entre Direito, Moral e Justiça. Com tradução do texto de Lon L. Fuller, parte da obra *The Morality of Lay*. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007

DOUGLASS, Ellen H. Para uma mitologia feminista do século XX. In: *Organon*. v.16, nº 16, 1989.

DOWD, Nancy E. Asking the man question: masculinities analysis and feminist



theory. In: *Harvard Journal of Law and Gender*. v.33, nº 2, Summer 2010, pp. 415-430. Disponível em: <http://www.law.harvard.edu/students/orgs/jlg/vol332/415-430.pdf>.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e Crítica Literária*. Trad. Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FACHIN, Luiz Edson. FACHIN, Melina Girardi. GONÇALVES, Marcos Alberto Rocha. Morte e Vida Severina: um ensaio sobre a propriedade rural no Brasil contemporâneo a partir das lentes literárias. Disponível em: <http://fachinadvogados.com.br/artigos/FACHIN%20Morte%20e%20Vida.pdf>.

FACHIN, Melina Girardi; CORRÊA, Rafael. Direito e Literatura: O discurso literário como proposta pedagógica do saber jurídico. In: TRINDADE, André Karam (org.), *et. al. Direito & Literatura*. Discurso, Imaginário e Normatividade. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *Direitos Humanos e Fundamentais: do discurso teórico à prática efetiva*. Um olhar por meio da literatura. Porto Alegre: Nuria Fabris Editora, 2007.

FACINA, Adriana. *Literatura & Sociedade* (1971). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: *El género em derecho: ensayos críticos*, pp. 181-224. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/48759/>.

FÁVERO, Maria Helena. *Psicologia de Gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

FERNANDES, Clarice Cerqueira. Transgressões na obra clariceana: uma leitura de *Perto do Coração Selvagem*. In: *Darandina Revista eletrônica*, v.3, 2010.

FERREIRA PINTO, Cristina. Transgressão em Clarice Lispector: *Perto do Coração Selvagem*. In: *GRAMAYCAL Revista Insular de Filología*. v.1, 1995.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. A identidade feminina em Clarice Lispector: Tradição x descentramento. In: *Revista de Letras*, v.44, nº 2, 2004.

FULLER, Lon. *O Caso dos Exploradores de Cavernas*. Trad. Plauto Faraco de Azevedo. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1993.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Claridade, 2001.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito e Literatura*. John Henry Wigmore, Benjamin Nathan Cardozo e Lon Fuller. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25388-25390-1-PB.pdf>.

GONÇALVES, Gabriela. MORENO, Ana Carolina. *Professoras usam contos de fadas e cartazes para ensinar direitos sociais*, São Paulo, G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professoras-usam-contos-de-fadas-e-cartazes-para-ensinar-direitos-sociais.html>.

HEILBRUN, Carolyn. RESNIK, Judith. Convergences: Law, Literature and Feminism. *Faculty Scholarship Series. The Yale Law Journal*, v. 99, Paper n. 909, 1990, p. 1914. Disponível em: [http://digitalcommons.law.yale.edu/fss\\_papers/909](http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/909).

INSTITUTO AVON, DATAFOLHA. *Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher*. Nov/2014. Disponível em: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa\\_instituto22x44\\_5.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. *Estatísticas do Registro Civil 2010*, p. 46. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). *Tolerância Social à Violência contra as mulheres*. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf).

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil 3*, FAILLA, Zoara (Org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Women in National Parliaments. Situation as of 1<sup>st</sup> June 2015. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho: estudio preliminar. In: *El género em derecho: ensayos críticos*, pp. 103-128. Disponível em:

<http://www.bdigital.unal.edu.co/48759/>.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LISPECTOR, Clarice. *Perto do Coração Selvagem*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. *Direito Civil: famílias – de acordo com a Emenda Constitucional nº 66/2010 (Divórcio)*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf. *Obrigação, Dever de Assistência e Alimentos Transitórios*. Disponível em: <http://www.rolfmadaleno.com.br/novosite/conteudo.php?id=37>.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. *As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *Construção jurídica das relações de gênero: O processo da codificação civil na instauração da Ordem Liberal Conservadora do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003.

MORAES, Camila. “Homem ganha prêmio de literatura”, a manchete que você nunca vai ler. Jornal El País Brasil. Caderno Cultura. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/13/cultura/1439497611\\_407108.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/13/cultura/1439497611_407108.html).

MORAWETZ, Thomas. Empathy and Judgment. In: *Yale Journal of Law & Humanities*. Vol.8. Article 8.

MOSER, Benjamin. *Clarice*,. ed. bolso [ebook]. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2013.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. In: *Muitas Vozes*, vol. 2, n.2, ano 2013.

NUSSBAUM, Martha. *Justicia Poética* (1995). Trad. Carlos Gardini, Santiago do Chile: Editorial Andrés Bello, 1997.

OLIVEIRA, Lúgia Ziggioni de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Guarda compartilhada e condição feminina: limites e possibilidades para a democratização dos papéis econômico e afetivo. In: *Revista Pensar*, v. 19, n. 3, Fortaleza, p. 750-778, set./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *(Con)formação da(s) identidade(s) da mulher no Direito das Famílias Contemporâneo: perspectivas feministas sobre o individual e o relacional em família*. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2015.

OLSEN, Francis. The Sex of Law. In: *The Politics of Law: A Progressive Critique*. Edited by David Kairys. New York: Pantheon Books, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Fórum Econômico Mundial. *Global Gender Gap Report 2014*.

PERLIN, Giovana DalBianco. *Casamentos Contemporâneos: um estudo sobre os impactos da interação família- trabalho na satisfação conjugal*. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília (UNB), Instituto de Psicologia, Brasília, 2006.

PIMENTEL, Sílvia. *A evolução dos Direitos da Mulher. Norma-Fato-Valor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1978.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. Ensino jurídico na graduação: ainda como nossos pais? Modelo, conformismo e repetição na metodologia do ensino jurídico. In.: FACHIN, Luiz Edson (Org.). *Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo*. Rio de Janeiro : Renovar, 1998.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. *Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violências*. São Paulo: Plan International Brasil, 2015.

PLATÃO. O *banquete* (o amor, o belo).35 p. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2279](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2279).

PONTES DE MIRANDA, F.C., 1892-1979; NERY, Rosa Maria de Andrade (atual.). *Tratado de direito privado: Dissolução da sociedade conjugal e eficácia jurídica do casamento*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. Tomo VIII.

PONTES JR., Geraldo Ramos. Os estudos culturais e a crítica literária no Brasil. *Estud. Lit. Bras. Contemp.*, Brasília, n. 44,p. 17-36, Dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-)

40182014000200002&lng=en&nrm=iso.

POSNER, Richard. Law and Literature: A Relation Reargued. In: *Virginia Law Review*. v. 72, n. 8, pp. 1351-1392, 1986.

RAMOS, Emerson Erivan de Araújo. RODRIGUES, Thaíse Silva. Direito como tecnologia de gênero: uma análise de caso. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis/SC, 2013, p. 4. Anais Eletrônicos. disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384782608\\_ARQUIVO\\_EmersonRamos.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384782608_ARQUIVO_EmersonRamos.pdf).

ROSENBAUM, Yudith. No território das pulsões. In: *Cadernos da Literatura brasileira*, São Paulo, n. 17-18, 2004.

SADEK, Maria Tereza, *et. al.* *O múltiplo Judiciário: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

SODRÉ, Muniz. *Por um conceito de minoria*. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT16042010145008.pdf>.

STRECK, Lênio Luiz. Aplicar a “letra da lei!” é uma atitude positivista? *Revista Novos Estudos Jurídicos (NEJ)*, v.15, nº 1, pp. 158-173, 2010. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/2308>.

TRINDADE, André Karam. Kafka e os paradoxos do Direito: da ficção à realidade. *Revista Diálogos do Direito*. Disponível em

<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/download/63/76>.

TYSON, Lois. *Critical Theory Today: A User- Friendly Guide*. 3.ed. Nova Iorque: Routledge, 2015.

WEISBERG, Richard H. Wigmore, and the Law and Literature Movement. *Cardozo Legal Studies Research Paper* n. 177, 2006, p. 3. Disponível em: [http://ssrn.com/abstract=951700\\_ou\\_http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.951700](http://ssrn.com/abstract=951700_ou_http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.951700).

WIGMORE, John Henry. Pontius Pilate and Popular Judgements. *Journal of American Judicature Society*, n. 25, 1941.

\_\_\_\_\_. A List of One Hundred Legal Novels. *Illinois Law Review*, n.17, 1922.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina na literatura brasileira: as marcas da trajetória. In: *Revista Mulheres & Literatura*., Rio de Janeiro, vol. 3, 1999.